

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Hilda Jaqueline de Fraga

**As Bocas Da Rua**  
**“EU TE VEJO, MAS VOCÊ NÃO ME VÊ”**

**A cognicidade das memórias (res)sentimentos  
da Cidade Invisível.**



**Porto Alegre**  
**2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**HILDA JAQUELINE DE FRAGA**

**AS BOCAS DA RUA**

**“EU TE VEJO, MAS VOCÊ NÃO ME VÊ”.**

A cognicidade das memórias (res)sentimentos da Cidade Invisível

449802

T  
37:719-058.5  
F811b  
2004

Porto Alegre

2004

UFRRS  
BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

**HILDA JAQUELINE DE FRAGA**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, sob o título **As Bocas da Rua – “Eu te vejo, mas você não me vê”**: Itinerários educativos das memórias (res)sentimentos da Cidade Invisível, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lucia Bezerra Machado.

Porto Alegre

2004

Dedico

aos “manos da rua” do jornal *Boca de Rua* e  
da Oficina Aprendizizes da Rua,  
por me permitirem compartilhar de suas  
vivências e memórias (res)sentimentos.

A todos eles, eterna gratidão e respeito.

*In memoriam*

a minha avó, Hilda Correa da Silva,  
pela presença espiritual e pelas inspirações  
nos momentos de realização deste trabalho.

Obrigada por tudo.

## Agradeço

a minha família, pelos ensinamentos preciosos, pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos mais difíceis;

à tia Rosa Clarinda, pelo afeto e as atenções constantes em minha vida;

à tia Valdiva, pelo carinho ao fornecer as tampinhas para a realização dos “bottons”;

à Helena, pela força e dedicação dispensadas durante a caminhada do Mestrado;

a Mari, Thomas, Magda e Gislaine, parceiros de caminhada nesta existência, cujos ensinamentos estão presentes neste trabalho;

à Rede de Apoio do Jornal *Boca de Rua*, por reafirmarem em mim a certeza de que é preciso resistir sempre à crueldade do mundo;

aos amigos Ana Müller e Moacir Meira, pelos cuidados dispensados e pelas caronas aos sábados, que permitiram a realização da pesquisa;

à Marlui, pela amizade e dedicação na transcrição das entrevistas feitas durante a pesquisa;

aos colegas Getúlio e Suzana, da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí, pelo incentivo e pelas aprendizagens fecundas que resultaram neste trabalho;

à equipe de professores da Escola Estadual José Maurício, de Gravataí;

à equipe de professores da Escola Municipal Áurea Céli Barbosa, de Gravataí, onde realizei as primeiras vivências com a metodologia de Educação Patrimonial;

à Vera Suzana, brilhante artista e poetiza – com sua sensibilidade, soube ouvir e compreender os meus desabafos;

a Sônia Pedroso e Mara, pelas contribuições e carinho dispensados durante a realização deste trabalho;

à orientadora e conselheira, Prof<sup>a</sup> Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado, por acreditar nesta pesquisa e ter-me dado liberdade para criar;

à Ana Petersen, pelo acolhimento carinhoso na chegada à Faculdade de Educação da UFRGS;

às Professoras Malvina, Eliane e Jaqueline, pelas orientações da Banca e respeito por meu trabalho;

às amigas Maria Aparecida e Simone Valdete, pela rica convivência durante o Mestrado e aulas de graduação compartilhadas na Faculdade de Educação da UFRGS;

à Marlene Ribeiro e aos colegas do TRAMSE, pela convivência solidária;

aos funcionários da Faculdade de Educação da UFRGS;

ao CNPq, pelo incentivo dado à produção científica através das bolsas de pesquisa;

a Vitor Ortiz, Secretário Municipal de Cultura de Porto Alegre, pela ajuda ao fornecer o espaço para a realização das oficinas;

à Direção e aos funcionários do Auditório Araújo Viana, pela convivência solidária nos espaços da instituição;

ao Breda, por ceder para a oficina Aprendizagem da Rua a sala onde se realizam atualmente as ações educativas.

## RESUMO

A presente dissertação de Mestrado apresenta uma pesquisa qualitativa que contempla a cognicidade (saberes/fazer) das memórias (res)sentimentos dos moradores de rua do jornal *Boca de Rua*, explicitada nas oficinas de Educação Patrimonial desenvolvidas com o grupo em Porto Alegre, mais precisamente no espaço educativo do Parque da Redenção, durante o anos de 2002 e 2003. As contribuições dos itinerários educativos das memórias socializadas nas oficinas tornam visível a necessidade de uma Educação capaz de realizar um processo educativo a partir da intersecção das áreas da Educação, da Memória e da Cidade. A aproximação realizada no decorrer desta pesquisa da Cidade Visível e da Cidade Invisível representa a possibilidade de diálogo entre a escola e a rua, mediante a valorização e a revitalização dos conhecimentos constituídos pela errância urbana em Lugares de Memória da cidade não-oficiais, fornecendo aprendizagens importantes para o estabelecimento de políticas públicas de gestão da Educação, da Cidade e da Memória mais solidárias.

Palavras-chave:

Cidade – Educação – Memória (res)sentimento – Educação Patrimonial – Políticas Públicas – Cognicidade – Lugares de Memória.

## ABSTRACT

This paper shows a qualitative research on the cognizance (knowledge/accomplishments) of memories resents/sentiments of the street-dwellers (street-livers) who write a newspaper called *Boca de Rua* ("street mouth"), explicitly expressed during the workshops on Patrimonial Education hold with that group in Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, Brazil, more precisely in the educative space of Parque da Redenção, in the years 2002 and 2003. The contributions of educational itineraries brought by the memories, which were socialized in the workshops, make visible the need of an Education capable to carry out an educational process from the intersection of Education, Memory and City areas. In course of the research, the approach on the Visible City and the Invisible City represents a possibility of dialogue between school and street, by means of the appreciation and revitalization of the knowledge built by those errant people through the city non-official Places of Interest (squares, parks and viaducts), giving important learning for the establishment of public policies in the administration of Education, City and Memory marked out for much more solidarity.

Key words:

City – Education – Memory resents/sentiments – Patrimonial Education – Public Policies  
– Cognizance – Places of Interest.

Uma sibila, questionada sobre o destino de Marósia disse:  
– Vejo duas cidades: uma do rato, uma da andorinha.  
O oráculo foi interpretado da seguinte maneira: atualmente  
Marósia é uma cidade em que todos correm em galerias de  
chumbo, como bandos de ratos que comem restos caídos  
dos dentes de ratos mais ameaçadores; mas está para começar  
um novo século em que todos os habitantes de Marósia voarão  
como andorinhas no céu de verão, chamando uns aos outros  
como se fosse um jogo, exibindo-se em volteios com asas firmes,  
removendo do ar mosquitos e pernilongos.  
– É hora de concluir o século dos ratos e iniciar o das andorinhas –  
disseram os mais resolutos. E, de fato, sob o sinistro e sórdido  
predomínio ratinheiro, já se sentia incubar, entre as pessoas menos  
notórias, um ímpeto de andorinhas, que avançam no ar transparente  
com um ágil movimento da cauda e desenham com o lateral das asas  
a curva do horizonte que se alarga.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*, 1999, p. 140.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
1 EU TE VEJO, MAS VOCÊ NÃO ME VÊ. ....	12
1.1 Os itinerários educativos da cidade: praças, parques e viadutos. ....	18
1.2 A Redenção e o jornal <i>Boca de Rua</i> : o educativo das memórias (res)sentimentos. ..	27
1.3 Narrativas e olhares das Bocas da Rua sobre a educação e a instituição escolar. ....	35
2 A APROXIMAÇÃO COM A COMPLEXIDADE DAS BOCAS DA RUA. ....	42
2.1 O ritual de entrada... ..	46
2.2 As aprendizagens das memórias (res)sentimentos. ....	52
2.3 A Educação Patrimonial e a memória das Bocas da Rua. ....	58
2.4 A oficina e a metodologia como proposta educativa. ....	69
3 APRENDIZES DA RUA .....	80
3.1 Memórias da rua, Memórias da infância, Memórias da cidade... ..	80
3.2 A oficina Aprendizizes da Rua: tensionamentos e rupturas. ....	93
3.3 “Cognicidade”: a Cidade, a Memória e a Educação das Bocas de Rua. ....	98
CONCLUINDO: Um risco que apesar de ser um risco tem história prá contar. ....	103
REFERÊNCIAS .....	108

## APRESENTAÇÃO

O debruçar sobre uma realidade desconhecida é sempre uma aventura, porque pressupõe aprendizagens constantes mediadas pela incerteza e o inusitado. No caso da presente dissertação, o desconhecido refere-se à rua e às trajetórias educativas das memórias dos sujeitos que fazem dela seu espaço de sobrevivência. Os olhares, gestos, falas e registros constituídos no espaço da cidade por esses grupos sociais compõem o trabalho, mostrando a tênue linha entre a Cidade Visível e a Cidade Invisível, a primeira vista como organismo harmônico simbolizado pela limpeza, ordenação e transparência preconizados pelas políticas de planejamento e de gestão dos centros urbanos, e a segunda entendida como espaço polifônico revelador de existências criativas e educativas permeadas por vivências e conhecimentos efetivados na rua, produtoras de sentidos e artes do fazer plurais cujos itinerários abrangem praças, viadutos e parques. Tais itinerários desafiam a Cidade Visível e sua forma, apresentando conteúdos e memórias constituídas em espaços educativos informais e formais, construídos pelos “corpos estranhos” que, através dos movimentos sociais, reivindicam o direito à participação na gestão das políticas públicas desenvolvidas no âmbito da Gestão Urbana, Memória, Patrimônio e Educação.

A tessitura complexa dos itinerários educativos do “povo da rua” faz da cidade, segundo a estudiosa Glória Alves, um “espaço de revelação” capaz de auxiliar no desenvolvimento de uma educação do olhar e da escuta do diferente, do desconhecido, ampliando a consciência dos educandos e educadores acerca das outras sociabilidades presentificadas no cenário urbano e suas reais condições materiais de existência, seus enfrentamentos cotidianos e sonhos.

O contato com o universo educativo por meio das memórias (res)sentimentos das experiências da rua traz para a superfície da dimensão do visível, no primeiro momento, alguns elementos que permitem um repensar sobre as políticas públicas de gestão da Cidade Visível com relação à realidade complexa da Cidade Invisível, remetendo todos a uma reflexão profunda sobre as problemáticas que envolvem as cidades contemporâneas. No segundo momento, o mesmo universo demonstra, a partir de seu movimento complexo de auto-eco-organização, uma antropolítica baseada na ecologia humana da e na cidade, de onde emergem possíveis contribuições para a viabilização de políticas públicas em Educação mais horizontalizadas. Portanto, de acordo com Alves (2001, p. 97), *“as cidades têm grande papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência. Por isso são um espaço de revelação”*.

Nesta dissertação, a cidade constitui-se como espaço de revelação através da ressignificação das memórias (res) sentimentos que constituem as aprendizagens de um Grupo de moradores de rua, mais precisamente do Grupo do jornal *Boca de Rua* e da oficina Aprendizagem da Rua. É espaço de revelação que se situa em um dos Lugares de Memória da cidade: o Parque Farroupilha, mais conhecido como Parque da Redenção, local onde foi desenvolvida a pesquisa durante os anos de 2002 e 2003.

O percurso da pesquisa pressupõe o exercício constante, ao longo do processo investigativo, de uma ética da compreensão frente às diferentes formas de pensar, de ser e existir no mundo, reveladas pelos diferentes olhares, sentimentos, percepções e representações sobre a cidade e seus espaços educativos, ou seja, um processo que abrange a escola e outros espaços sócio-educativos que fazem parte do corpo da cidade. Seu propósito consiste, portanto, em tornar visível a existência de uma cognicidade, isto é, de uma cognição da e na cidade, de um conhecimento que se concretiza nos espaços urbanos, criado e recriado pela Cidade Invisível à medida que sua fluidez se encontra com a rigidez das grades da Cidade Visível, um conhecimento que se caracteriza pela liquidez que torna transparente o sólido e suas tentativas de apreensão, silenciamento e esquecimento.

A densidade das Bocas da Rua com sua cognicidade profana desloca nossos olhares e percepções enquanto educadores para aprendizagens que tensionam a cidade e as práticas educativas de suas instituições, entre elas a escolar. Sua arqueologia urbana torna a cidade um

espaço educativo e museológico, um lugar de produção de sentidos por onde transita um patrimônio humano “*que, apesar de ser um risco, tem história prá contar*”.

Empreender um movimento a fim de constituir uma ciência em Educação da e na cidade que considere a dimensão complexa destes riscos, que constroem suas formas de ser e existir através de suas práticas culturais, faz com que a crise pela qual passa o pensamento educacional represente um momento fértil de abertura a outras estruturas de pensamento, baseadas em sistemas cognitivos mais abertos.

Isso significa que estamos na aurora de um esforço de fôlego e profundo, que necessita de múltiplos desenvolvimentos novos, a fim de permitir que a atividade científica disponha dos meios da reflexividade, isto é, da auto-interrogação (MORIN, 1998, p. 26).

Esse é o convite prazeroso e, ao mesmo tempo, conflitante que fazem as Bocas da Rua a partir desta pesquisa, que explicita um pouco de suas artes do fazer através da metodologia denominada Educação Patrimonial. É o convite para o estabelecimento de uma Educação reflexiva, capaz de interrogar-se e suspeitar-se sempre. Sua matéria-prima são as marcas e os registros das lembranças dos acontecimentos cotidianos vividos por seus sujeitos. Suas memórias (res)sentimentos falam de inquietações, da necessidade curiosa de um aprender a ser com os outros, de encontros com a prática e a teoria e suas contradições. De uma memória feita de prazeres, dores, (res)sentimentos, de encontros, da escuta de palavras e concepções de mundo, das várias vozes que continuam a sua tessitura... As Bocas da Rua.

“... participando dos seminários e isso e aquilo, eu conheci uma palavra que não é uma palavra muito usada no nosso meio, que é a palavra *negligência*. E eu fui querer saber o significado dessa palavra: - Que é negligência? Aí descobri que negligência é exatamente isso: são pessoas que passam pelas crianças de rua, pelos moradores de rua, estão vendo as pessoas ali na rua mas simplesmente negam a ainda enxergar essa pessoa, né. Está se estendendo a mão para a sociedade civil, mas a sociedade civil as nega. Então é... exatamente como diz a frase: Eu vejo vocês, mas vocês não me vêem. Mas não vêem porque não querem, porque, na realidade, na força da expressão mesmo, a gente sabe que as pessoas estão vendo. As pessoas têm conhecimento da situação do morador de rua em geral, né? Mas ficam se negando a aceitar essa realidade.”

O estabelecimento de formas de gestão verticalizadas, por parte da Cidade Visível, com vistas a silenciar as memórias dos itinerários educativos da Cidade Invisível, explicita a predominância do concebido e sua racionalidade legitimadora de uma imagem harmônica do social com o objetivo de produzir a invisibilidade das textualidades das Bocas da Rua.

As Bocas da Rua fazem emergir, de fato, os limites do conceito de cidade entidade – aparentemente higiênica, devidamente organizada e planejada – em que se baseiam os planejamentos urbanos, demonstrando suas implicações na educação dos sentidos, corpos e visões de mundo daqueles que pertencem à Cidade Visível.

As subjetividades fluídas das Bocas da Rua, constituídas de formas de existência plurais dispersas e descontínuas, reveladoras das astúcias e táticas de resistência necessárias a sua sobrevivência, tornam visível o imbricamento conflitivo entre o concebido e o vivido através da coexistência da ordem e da ambivalência destacadas por Bauman (1999, p. 14) como elementos marcantes da modernidade. Nesse sentido, o conceito de cidade construído sob a égide da modernidade dá lugar ao que Micheul de Certeau denomina polifonia urbana, ou seja, a cidade entendida como lugar de produção de sentidos plurais oriundos das cartografias urbanas e suas redes complexas de saberes/fazer que burlam a rigidez das grades instituídas que, segundo o autor, dizem respeito à Cidade Visível. A polifonia urbana da realidade da rua denuncia o caráter centralizador, hegemônico e excludente dos projetos de urbanização da Cidade Visível e seu conteúdo pedagógico marcado, na maioria das vezes, pela indiferença e incompreensão do contexto social mais amplo, que reproduz processos de seleção, silenciamento e apagamento das memórias e dos conteúdos educativos das subjetividades produzidas no cenário urbano mediante os enfrentamentos decorrentes das modificações globais no âmbito político, econômico e sócio-cultural.

Tais processos encontram-se presentes no cotidiano da cidade, em olhares que se desviam, na não-escuta de um apelo e nas expressões de desagrado frente a um corpo caído na calçada ou frente à ocupação dos espaços públicos, questões revitalizadas novamente por Lúcio quando menciona:

“A sociedade usa muito isso: - Ah, não é comigo, não é meu filho, não é isso, não é aquilo. Então excluem essas, esses moradores de rua de Porto Alegre. Eu acho que as pessoas deveriam ser mais um pouco esclarecidas realmente do que é ser humano. Que ser humano nada mais nada menos é do que a própria Bíblia diz e ensina para nós: Amai- vos uns aos outros, né? Se dedicar, pensar um pouquinho no próximo, isso é o que está faltando prá sociedade. A sociedade só pensa nos seus entes queridos, mas o próximo, aquele que vive no lado dela, o vizinho, ou aquele que tá ali debaixo da ponte, não interessa, não tão pensando.”

Portanto, a propriedade líquida da memória educativa da rua torna transparentes as fissuras existentes na geometria presentificada na organização e gestão da Cidade Visível, considerada por Baumann (1999, p. 22) como o arquétipo da mente moderna: “*A geometria mostra como seria o mundo se fosse geométrico. Mas o mundo não é geométrico. Ele não pode ser comprimido dentro das grades de inspiração geométrica*”. Desta forma, os elementos educativos da Cidade Invisível, representada pelas aprendizagens das subjetividades invisíveis da rua, conduzem à necessidade de interrogações e reflexões acerca do pensamento científico que tem respaldado as intervenções realizadas pelo Poder Público, uma vez que demonstram os tensionamentos existentes na tênue linha entre o visível e o invisível a que fazem referência as contribuições deste integrante do grupo:

“A sociedade brasileira ainda vive dessa forma, uma forma animalésca de pensar somente em si e nos seus entes queridos, e que o resto se dane. E esse é um pensamento muito fraco, muito mesquinho, muito pequeno ainda da sociedade, é o que não leva prá frente. É o que leva as pessoas a acharem, acharem não! É o que faz as pessoas pensarem que, se são as donas do mundo, o problema dos outros não lhes interessa, 'interessa a mim resolver o meu'. Mas mal elas sabem que o problema da sociedade brasileira é um problema de todos. É um problema prá todo mundo há... solucionar, todo mundo dá a mão, todo mundo querer”.

A crítica educativa a que remetem as múltiplas vozes da rua resgata a pertinência da rediscussão da atuação do Estado e da política defendida por Lebeuvre (1995, p. 58), indispensável à tomada de consciência do centro acerca da existência de uma periferia, cuja complexidade precisa ser ouvida e considerada, tendo-se em vista que:

Sólo los periféricos alcanzan la conciencia y el conocimiento de los centros. Inmersas en el centralismo, de pensamiento o de decisión, las personas pierden conciencia de ello. En este momento leo muchos escritos políticos, y estoy sorprendido por la ausencia de reflexión sobre el Estado y la política entre los propios políticos. Hablan de táctica, no de política. Inmersos en la vida política no la ponen en duda. Se trata de enarcas que ignoran al Estado del que serán instrumentos o dueños; o de políticos profesionales. Ninguna reflexión profunda sobre lo que es la política y el Estado, sin duda porque la reflexión les turbaría hasta tal punto que no podrían funcionar eficazmente como administradores o gobernantes.

As contribuições do autor ao analisar a atuação do Estado no que se refere às políticas e aos gerenciamentos adotados pelo aparelho burocrático estatal deflagram a permanência de uma racionalidade administrativa baseada na concepção de ciência clássica a que faz referência Morin ao abordar o paradigma do pensamento complexo. As narrativas complexas nas quais se baseiam os itinerários educativos do povo da rua, provocadoras de estranhamentos porque frutos da desordem e do caos, inserem no terreno dos debates sobre o planejamento e a urbanização os limites do caráter arbitrário de um pensamento científico que prima por reduzir e simplificar o complexo das dinâmicas urbanas e suas outras formas de gestão, concretizadas no corpo da cidade, realidade complexa que coloca a possibilidade de um salto qualitativo no que se refere à Educação na e da cidade, uma vez que fornece subsídios para a preconização de um pensamento complexo que esteja aberto a estruturas de pensamento baseadas em sistemas mais abertos e seus construtos históricos, sociológicos e éticos.

Assim a ciência é, intrínseca, histórica, sociológica e eticamente, complexa. É essa complexidade específica que é preciso reconhecer. A ciência tem necessidade não apenas de um pensamento apto a considerar a complexidade do real, mas desse mesmo pensamento para considerar sua própria complexidade e a complexidade das questões que levanta para a humanidade. É dessa complexidade que se afastam os cientistas não apenas burocratizados, mas formados segundo os modelos clássicos do pensamento (MORIN, 2001 p. 9).

Mediante essas considerações, destaco a importância do reconhecimento das práticas educativas vivenciadas e construídas no universo da rua que resistem às tentativas de definição e determinação. A emergência na atualidade dos conhecimentos complexos que caracterizam os movimentos sociais urbanos sugere uma atenção maior dos educadores aos novos campos de observação e experimentação, até então desconhecidos e invisíveis às lentes do pensamento educacional instaurado pela modernidade.

Portanto, a aventura de conhecer os Lugares de Memória da cidade – tomando como ponto de partida as memórias (res)sentimentos escritas pelos itinerários educativos da errância urbana – mostra-se como um exercício rico à medida que evoca a religação de saberes marcados pelo sensível que resistem ao esquecimento a que estão confinados. Nesta perspectiva, a aprendizagem do olhar referida anteriormente precisa ser seguida da aprendizagem do corpo com suas marcas, gestos e ritmos a revelar a estética de uma arqueologia urbana que estilhaça a Cidade Visível, mergulhada no concebido. A rua, com sua estética marginal e artes do fazer encharcadas pelo vivido, coloca em cheque o sonho da modernidade de dar lugar a tudo e a todos, porque seu imaginário traz à superfície do visível a vida como ela é, com sua poética e crueldade humana.

Partindo dessas primeiras considerações com vistas a tornar visível o solo em que se situam os propósitos e os caminhos percorridos por essa pesquisa, que mergulha nas aprendizagens da rua e suas contribuições para o campo da Educação a partir da metodologia de Educação Patrimonial, inicio como educadora e pesquisadora a aventura em direção aos itinerários educativos de um grupo específico de moradores de rua de Porto Alegre, que atualmente vem desenvolvendo um trabalho na e da cidade, que resulta na elaboração de um jornal chamado *Boca de Rua*.

É a partir dos relatos e registros elaborados pelo grupo e pela pesquisadora durante as oficinas de Educação Patrimonial que a pesquisa se aproxima da realidade da rua. Porém, é importante ressaltar que se trata de um grupo com especificidades que se diferenciam em alguns aspectos da realidade da maioria dos moradores de rua de Porto Alegre, tendo em vista que o trabalho que realizam conta com uma Rede de Apoio composta por profissionais das áreas de Jornalismo, Psicologia e Educação formada durante o período de existência do Projeto do jornal, que é de três anos. Alguns de seus integrantes já não se encontram em situação de rua, muito embora essas exceções sejam um número bastante pequeno; outros já estão empregados, apesar de continuarem na rua; há também aqueles que, paulatinamente, têm se inserido em programas educacionais direcionados a esse público e escolas de ensino formal, na busca de retomar os estudos ou para conseguirem se alfabetizar, o que evidencia a heterogeneidade dos processos singulares de seus participantes, explicitada por Roberto:



“Eu moro na rua, mas consegui um serviço na AVIPAL. É longe, é em Itapuã, é cansativo, não é mole. Venho dormindo no ônibus e tenho filho. O que eu passei não quero que meu filho passe, não quero que um inimigo meu passe. Aonde eu vou sou respeitado, graças a Deus. Sempre agradeço a Deus, que me deu o sofrimento de enxergar. Eu acho que a pior coisa que tem é a dor. A dor é a pior coisa que tem no mundo, e o preconceito da alta sociedade e o racismo. O preconceito derruba a gente, é ruim. Se a gente não lutar pela gente, se eu não lutar pelo meu filho, ele vai se tornar que nem eu, um analfabeto, não vai conhecer nada.”

No entanto, essa diversidade não invalida as contribuições dadas por seus integrantes, que em muito auxiliam para a compreensão da complexidade que envolve a rua, entendida como um universo de construção de subjetividades e processos educativos não-institucionalizados.

Para compreender as redes complexas que, de forma invisível, ligam esses sujeitos num propósito de tornar visíveis suas reivindicações, suas dores, prazeres e aprendizagens, faz-se necessária a aproximação com a memória coletiva desse grupo específico e suas construções – simbólicas e também concretas – nos Lugares de Memória da cidade não-oficiais. Efetiva-se essa aproximação com o intuito de ampliar o entendimento do conceito Lugares de Memória, auxiliando na compreensão da cidade como espaço educativo museal, ou seja, o espaço urbano como Lugar de Memória, um museu vivo revitalizado pelo patrimônio humano da rua <sup>3</sup>.

Diante de tal compreensão do espaço urbano – como um museu vivo encharcado pelo imaginário do povo da rua – apresenta-se aos olhos da Cidade Visível a possibilidade de visibilização de uma Museologia Social cujos conteúdos educativos oferecem subsídios para a viabilização de intervenções nos campos da Educação, Cidade, Memória e Patrimônio, com base em interlocuções estabelecidas com esses grupos sociais, para a constituição de políticas públicas mais solidárias e humanizantes no que concerne à vida na cidade, através do contato com os itinerários educativos das Bocas da Rua.

---

<sup>3</sup> Ao enfatizar o patrimônio humano de acordo com autores como Edgar Salvadori de Decca, a pesquisa pretendeu desnaturalizar o conceito de patrimônio comumente centrado no edificado.

## 1.1 OS ITINERÁRIOS EDUCATIVOS DA CIDADE INVISÍVEL: PRAÇAS, PARQUES E VIADUTOS.

As memórias (res)sentimentos dos integrantes do Grupo de moradores de rua do jornal *Boca de Rua* encontram-se ligadas por memórias compartilhadas da infância e da adolescência na rua. Suas trajetórias estão permeadas por vivências e Lugares de Memórias comuns constituídas anteriormente à criação do jornal, que a pesquisa acaba por revelar. Sendo assim, é impossível relacionar o processo de inserção do grupo de moradores no Projeto do jornal sem considerar esses aspectos que servem de elementos aglutinadores em torno de um propósito: fazer um jornal e torná-lo um veículo de expressão, denúncia e luta contra o esquecimento e a invisibilidade a que estão submetidos os que sobrevivem na rua, habitando praças, parques e viadutos, constatação ressaltada pela jornalista Andréia:

“... a idéia do jornal em princípio é justamente ser um canal de voz prá uma população que normalmente era uma população invisível. Vocês entendem? Aquela população que as pessoas passam na rua e fazem de conta que não vêem. Eles mesmos na primeira edição do... do jornal eles diziam: - Nós somos a gente invisível. Só que essa gente invisível fala, sofre, sofre violência, tem sonhos. E a idéia é que a gente pudesse dar um espaço que normalmente a mídia tradicional não dava. Nós como jornalistas da ALICE, a gente tinha uma frustração muito grande porque... a gente fazia matérias, artigos sobre essa população e a situação em que eles vivem e tinha um espaço muito pequeno.”

O encontro com as zonas muitas vezes obscuras e confusas onde reside a memória da rua, explicitada no decorrer deste trabalho por meio das falas, registros e movimentos dos moradores de rua, possibilita o contato com a memória (res)sentimento constantemente revitalizada pelo grupo. A complexidade e a pluralidade dos movimentos e formas de representação da memória (res)sentimento torna difícil sua definição. Entretanto, fazer dela a matéria-prima de uma pesquisa significa recorrer a algumas contribuições dos estudiosos que atualmente vêm discutindo esta dimensão da memória e a apresentam como

... memórias que podem atuar como advertência e rememoração de derrotas nas quais a imagem dos vencidos assume a frente de cenários em ruínas, mas que também encontram lugar na afirmação positiva do direito à cidadania por pessoas que, pela condição social e/ou idade cronológica, deveriam se recolher a um não-lugar, ou que, por circunstâncias ocasionais da vida privada, vêm-lhe recusado o lugar privilegiado da cidadania (BRESCIANE e NAXARA, 2001, p. 13).

Ao imbuir-se das contribuições das autoras e das Bocas da Rua, a pesquisa passa a deparar-se com a existência de uma memória constituída em outros campos educativos onde residem processos de aprendizagem que merecem maior atenção dos estabelecimentos de ensino, das instituições museais e suas políticas públicas de gestão, devido ao fato de ser difícil sua inserção nesses Lugares de Memória da cidade <sup>4</sup>. No caso dos integrantes do jornal *Boca de Rua*, os itinerários de suas memórias (res)sentimentos habitam primeiramente uma praça da cidade de Porto Alegre, a Praça do Rosário, mais conhecida como Praça do Cachorrinho, que acabou por denominar o nome do grupo de meninos que ali se reuniam nas décadas de 80 e 90 – a Turma do Cachorrinho, constantemente lembrada pelo ex-integrante Márcio:

“Ah! Turma do Cachorrinho porque... os guris se criaram, nós criaram ali, né, começamos a se conhecer ali dentro da FEBEM, na Cruzeiro, no IJM... por causa da Praça que tinha uma banquinha de cachorro-quente e os guris sempre falaram: - Aqui é a pracinha do cachorro-quente mais melhor que tem em Porto Alegre, Praça do Rosário.”

As memórias de alguns remanescentes da Turma do Cachorrinho descortinam lições aprendidas desde cedo por seus integrantes e conteúdos que permitem visibilizar os conhecimentos socializados pela convivência em grupos, os rituais de entrada na cultura de rua <sup>5</sup> e seu funcionamento no cotidiano da cidade.

Ao referendar a cultura presente nas artes do fazer, presentificadas na cidade pela tessitura de dimensões humanas marcadas pela pluralidade da memória da cultura de rua, destaco as contribuições de Safa (*apud* GRUNBERG, 2000, p. 1) sobre o tema e sua definição de cultura. Segundo a autora, a cultura é uma combinação de vivências, “*de ações e processos individuais ou coletivos de criação e recriação de formas de perceber, organizar e integrar o mundo que os homens fazem entre si e o meio ambiente*”. Safa chama a atenção para a necessidade de investigações que dêem visibilidade a outras interações culturais existentes. Através de suas reflexões, coloca a pertinência de uma tipologia das interações que permita compreender as dinâmicas de organização das múltiplas culturas, movimento possível

---

<sup>4</sup> Ao considerar os estabelecimentos de ensino como Lugares de Memória da cidade, além das instituições oficiais de salvaguarda da Memória, a pesquisa visa ampliar esse conceito restrito aos espaços museais, uma vez que escolas, albergues, casas de passagem e o patrimônio arquitetônico também são espaços educativos de produção de lembranças e esquecimentos.

<sup>5</sup> Conceito utilizado pelo próprio Grupo ao referir-se às suas artes do fazer no cotidiano da cidade.

mediante investigações abertas à compreensão da variedade de vínculos existentes entre as culturas e que não se apressem em categorizá-las.

Algumas das interações a que Safa faz referência encontram-se presentes nas memórias da Turma do Cachorrinho, quando seus ex-integrantes narram a racionalidade de suas vivências e aprendizagens. As narrativas demonstram, através das estratégias de inserção dos mais novos no Grupo pelos mais experientes, interações que permitem visibilizar as redes de solidariedade da cultura de rua, relatadas por Márcio:

“Era difícil os guri de rua assim... conseguir entrar assim... como se diz... falar a realidade mesmo... em gang, né? Que o nosso grupo ali se chamava Gang do Cachorrinho. Tem a Gang da 15 e... mais as duas se davam junto, né? Gang com Gang, mas não tinha nada contra. Aí eu fui conhecendo com o esse falecido Fumo, meu amigo que morreu dentro da FEBEM ali no IJM. Aí ele foi conversando comigo, ele falou: - Tu não quer ir prá Turma nossa do Cachorrinho? Eu: - Qual cachorrinho? - Ele bem assim: Não, vamo que eu te levo lá! - Aí eu fui com ele, comecei a conhecer, gostei e tô até hoje aí com eles.”

As redes apresentam um movimento de auto-eco-organização presente na cultura de rua, entendida na perspectiva de Morin como a interação entre ordem e desordem, concretizada em forma de turbilhão pelas artes do fazer dos moradores de rua nos espaços educativos informais da cidade, como viadutos, parques e rodoviárias, e em instituições educativas de recuperação, onde as formas plurais de organização se materializam através do relato de Júlio, mostrando-se atravessadas por fazeres/saberes ofensivos aos espaços institucionais, esquadrihados pelas políticas públicas estatais:

“Eu cheguei com 14 anos. Eu conheci os guris através da Rodoviária, nós ficava e daí da Rodoviária nós subimos pro Cachorrinho lá. Lá nos cuidava carro lá. Pegava e quando nós dormia, dormia nós tudo junto um do lado do outro, mas nada de mais, né? A gente sempre fazia da gente assim... e tinha o Carlos Alberto né, que era um guri que seguinte: cuidava de nós, a gente arrumava dinheiro e dava prá ele, né? E daí seguinte: ele comprava coisa prá nós comer, né? E assim era a nossa vida assim... Mas antes de nós se conhecer um professor Nairdi, aquele que tinha um violão que ele dava aula de música prá nós ali na Igreja das Dores ali. E aí depois, daí em diante, que seguinte: nós fomos conhecendo a Clarinha, a Rosina lá no Cachorrinho, lá que foi montando o negócio do jornal dos moradores do Boca de Rua, né.”

A auto-eco-organização representada pelas artes do fazer cotidiano da Turma do Cachorrinho, que abrange outros espaços sociais da cidade, encontra-se intrinsecamente ligada às novas condições em que se processaram as relações econômicas, sociais e culturais

nos centros urbanos durante as décadas de 80 e 90 do século recém-findo, somadas à dinamização das novas relações de produção, cultura de consumo, dos intercâmbios e das comunicações, que trouxeram com maior potência a problemática da diversidade social representada pela cultura de rua, temida e tão severamente vigiada pelo Poder Público. A cidade passa, portanto, a ser o pano de fundo do conflito entre o concebido e o vivido, Lugar de Memórias descontínuas, fugidias e fluidas, onde se concretiza um combate entre memórias voluntárias e involuntárias, ou seja, entre a Cidade Visível e a Cidade Invisível.

Os saberes locais da rua, descontínuos e desqualificados pela racionalidade científica preconizada na cidade e em suas instituições educativas, revestem-se, através de sua ativação, da crítica necessária ao discurso científico unitário, organizado de forma compartimentada. A liquidez presente nos saberes da rua impulsiona os educadores a um movimento de reeducação que estabeleça políticas públicas da e na cidade baseado em estruturas de pensamento que contemplem ações coletivas transdisciplinares.

O embate entre as memórias trazidas à luz por depoimentos sobre a Turma do Cachorrinho retira das sombras uma memória (res)sentimento involuntária, ou seja, não-historicizada, ligada ao sensível. Seus itinerários educativos apresentam outros espaços e tempos de significação, habitados por outros que emergem durante as oficinas de Educação Patrimonial, mostrando suas estratégias e jogos de trampolinagem, marcados por astúcias que driblam os termos dos contratos sociais da Cidade Visível. As vivências das oficinas, ao se constituírem como espaço educativo através da rememoração de fragmentos das memórias da Turma do Cachorrinho, desencadeiam a revitalização de um patrimônio humano a partir das narrativas, imagens e ressignificações de Lúcio:

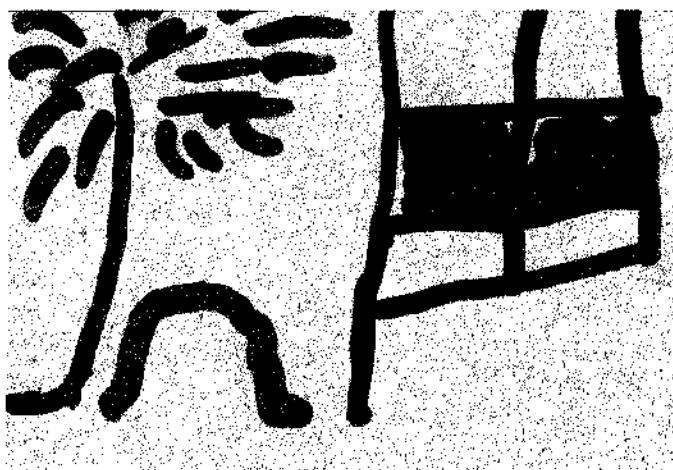


Figura 1 – Oficina de Educação Patrimonial  
(Araújo Viana – 2003)

“Aí eu fiz uma figura que representa o banco da Praça do Cachorrinho, porque o banco da Praça do Cachorrinho ele é azul e verde. E nesse banco da Praça do Cachorrinho a gente praticamente tem altas histórias prá contar, porque era ali que a gente... nesses banco que a gente se reúne prá cheirar loló, prá fumar maconha... que a gente se reunia né, prá cheirar loló, prá fumar maconha e isso aquilo, quando a gente tava assim na espera dos carros.”

“Aí representa a vivacidade que a praça tem, porque a Praça do Cachorrinho é uma praça que tem bastante verde. Aí vocês viram que eu criei, eu fiz vários corpos, né, como se fossem de criança e de novo a pedra e a árvore que a gente mais, sempre mais cuidou carro. E porque que eu botei aquele monte de... aquelas cinco crianças? É porque representa, porque todo ... há... há dezesseis anos que eu cuido de carro na praça, e esse ponto sempre foi assim, com bastante guardadores de carro da Turma do Cachorrinho, seria mais a representação da Turma do Cachorrinho. É isso a minha história.” (grifo meu)



Figura 2 – Oficina de Educação Patrimonial  
Praça do Cachorrinho (Araújo Viana – 2003)

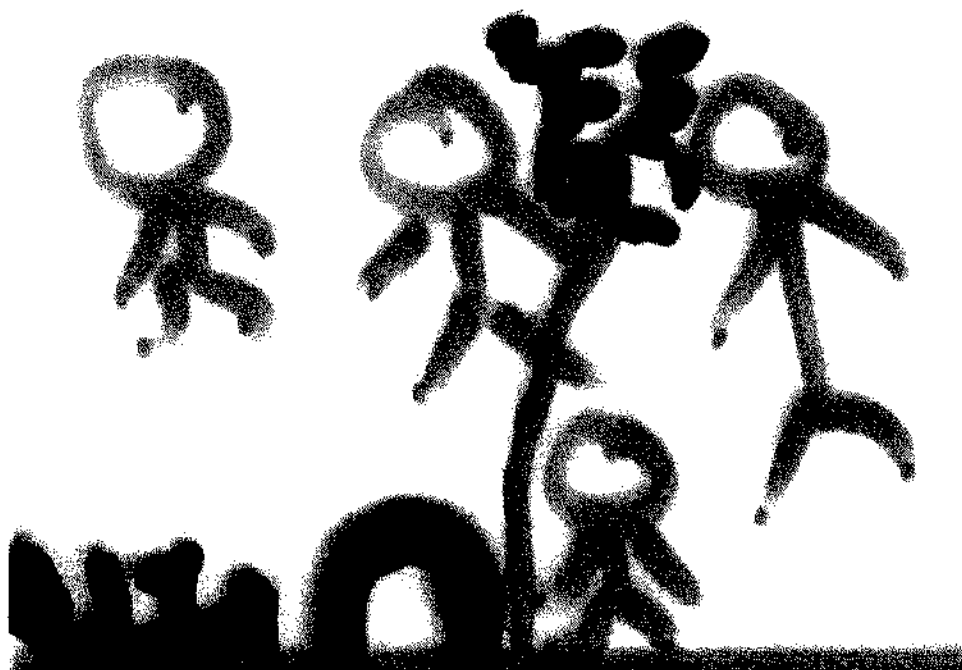


Figura 2 – Oficina de Educação Patrimonial  
Turma do Cachorrinho (Araújo Viana – 2003)

“E aquela árvore também é muito marcante. É aquilo que a gente pendura as nossas sacolas, jaquetas, casacos, o que a gente tivé.”

As textualidades, cores e vivências do imaginário dos itinerários educativos das memórias (res)sentimentos redimensionam os olhares da Cidade Visível, incitando-a a ir para além da cidade e de sua imagem. O trânsito pelo solo movediço do imaginário das Bocas da Rua faz com que praças, bancos, pedras e árvores se transformem em Lugares de Memória produtores de sentidos. São espaços de lazer e de encontros, como explicitam as narrativas do morador de rua. São também lugares de sensibilidades e cargas afetivas. Isso faz com que as memórias (res)sentimentos não se reduzam a uma abordagem centrada nos recalcaamentos e submissões preconizados em alguns estudos sobre o assunto. O educativo de seus itinerários consiste em tornar visível a memória do sensível, encharcada de sentimentos contraditórios, complexos do humano em sua dimensão *sapiens* e *demens*.

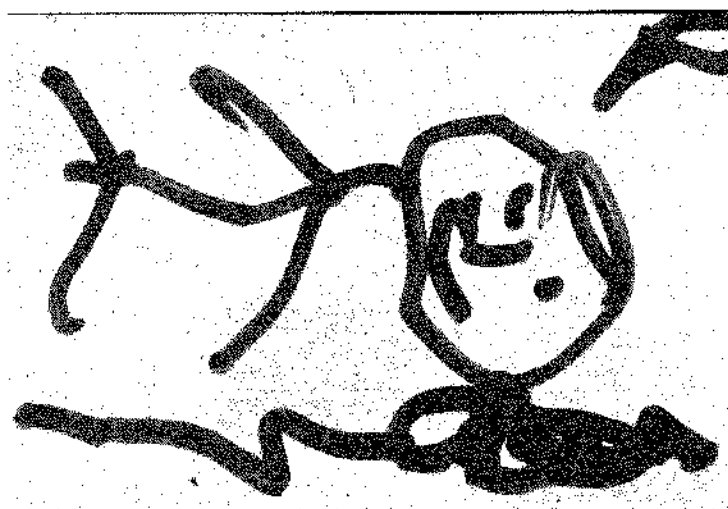


Figura 4 – Oficina de Educação Patrimonial  
(Araújo Viana – 2003)

Assim como o itinerário da Turma do Cachorrinho se desdobra em múltiplas direções no que diz respeito às relações de afeto e práticas sociais que revelam sua poética, estética e sua ligação com o sensível, ele apresenta também nos registros de suas vivências o lado obscuro da crueldade humana, marcado pela violência a que estão expostos. Na rua ninguém está

seguro ou imune às cenas de agressão constantemente lembradas pelo grupo nas oficinas.

O registro da memória acima, feito por Márcio, apresenta a outra face da Cidade Visível que, revitalizada no momento de sua construção, foi acompanhada pelo silêncio de seu criador, maneira pela qual também se expressa a memória (res)sentimento. A imagem recupera as memórias daqueles que, vítimas da violência, das drogas e de doenças sexualmente transmissíveis, deixam sua passagem pela Turma, constantemente lembrada pelas narrativas de seus integrantes e retomada posteriormente na fala do integrante do grupo:

“Tinha 30. Eu, o André, o Constantino, a Jacques, o Joelci, o falecido Baiano, o falecido Jeison, o falecido Troquinho, o falecido Fumo, o falecido Renatinho, o falecido Mercedes, a falecida Renata, um monte... o Nenê também é... o falecido Chocolate, irmão do Jeferson.”

As lembranças retratam a relação de pertencimento dos integrantes do jornal *Boca de Rua* com a Turma do Cachorrinho. Esta relação revela itinerários ligados à rotina da cidade e suas instituições educativas marcados por rituais de entrada e saída, numa demonstração de que a cultura de rua não se constitui à margem da cidade; ela é fruto de suas teias e tramas. São as memórias (res)sentimentos que a alimentam, uma vez que as dinâmicas que as constituem no corpo da cidade ora se encontram, ora se afastam da Cidade Visível, num combate histórico que compreende Lugares de Memórias oficiais, como museus, arquivos, albergues e escolas, religando esses espaços educativos aos saberes complexos preconizados em Lugares de Memória não-institucionalizados, mencionados por Márcio:

“Aí nós ia para o Albergue só ficava... vinha do Albergue ali no Ingabrita, na Ipiranga, e ficava no Cachorrinho de dia cuidando de carro. Chegava de noite, voltava para o Albergue de novo, era assim que nós fazia. É nós ficava ali conversando com os guris, conversando com os boyzinho... Bah! Pedindo roupa prá os boyzinho. É os filhinho do... de cara, pessoal que mora em apartamento e mansão, esses guris que chamam de rico, é esses aí que são boyzinho prós morador de rua.”

A religação entre os saberes institucionais e esses outros campos de cognição elucidada o educativo que se mostra mais uma vez através das memórias (res)sentimentos, permitindo refletir sobre as esquizofrenias ainda existentes nas políticas públicas da cidade direcionadas a essas populações. Sendo assim, o educativo dos itinerários da rua com sua memória (res)sentimento leva a vislumbrar a possibilidade do diálogo com o diferente a partir de um processo educacional que coloque o desafio e a urgência de práticas com base na transdisciplinaridade, com o objetivo de religar a Educação aos demais saberes de outras áreas, como Urbanismo, Arquitetura e Memória, viabilizando uma comunicação entre os diferentes campos do saber, a fim de enriquecer o debate em torno da cidade e as possíveis soluções para as demandas sociais sem incorrer na armadilha do reducionismo. Porém, ao utilizar o conceito de transdisciplinaridade, tomo como base contribuições de Morin (2001, p. 136) centradas não somente no “*fazer a transdisciplinaridade*”, mas também no questionamento sobre que “*transdisciplinaridade é preciso fazer*”. Ao destacar a importância desta reflexão, o autor chama atenção para o fato de a ciência moderna ter alcançado seu estatuto de ciência justamente por ter se valido da transdisciplinaridade no desenvolvimento



de sua racionalidade científica. É para empreender uma nova transdisciplinaridade que nos chama a complexidade da rua quando mostra as artes de seu fazer cotidiano.

Através de um pensamento complexo transdisciplinar, o mergulho nas memórias do Grupo revela os processos e desdobramentos vivenciados por seus integrantes no final da década de 90 do século XX, imbricados pelas modificações do cenário urbano de Porto Alegre que contemplam os campos de saber supracitados. O cotidiano dos integrantes da Turma do Cachorrinho a partir deste novo momento de desenvolvimento urbano da cidade sofre modificações que culminam em sua desarticulação, de acordo com os depoimentos de Márcio:

“Ah, quem sobrou foi só eu, o Joelci, o André e o resto tudo sumiram. E o Gordo que é o Carlos Alberto e o Constantino tão trabalhando já, cada um tem um... o Carlos Alberto trabalhou na Control Viper, Constantino trabalha em qualquer serviço que ele vê, ele passa mais já pede para trabalhar e consegue. Eles me chamam de 'meu irmão', né? Porque ele me conheceu e quando ele me conheceu foi lá em Cruz Alta, na FEBEM de lá. Ai nós se criamos lá, eu e ele junto começamos a se conhecer lá, aí nós saímos de lá e voltamos para POA.”

“Foi se espalhando, acabando porque a casa que nós ganhamos nos fumo roubado, uma casa bem novinha e foram se... não sei, né? Foram se revoltando por certas coisas, por ter perdido amigo e ter perdido família e casa também.”

O fenômeno de fragmentação da realidade microsocial do grupo encontra-se articulado aos processos vividos no contexto mundial no âmbito das relações sociais, econômicas e das políticas públicas de gestão da cidade, que também incidem nos *modus vivendi* da cultura de rua. A caleidoscopia vertiginosa das relações nas dimensões supracitadas nas grandes metrópoles urbanas, entre elas a cidade de Porto Alegre, provoca a migração deste grupo específico para outros lugares da cidade, atingindo parques e viadutos, vivência relatada por Júlio:

“... onde eu me acostumava ficar mais era no Viaduto da Conceição. Eu conheço bastante gente lá. Tinha um casarão lá. Eu morava num casarão. E cada um. O que a pessoa tinha que fazer lá dentro, viveu lá dentro tinha que limpá. Sujava o prato quando comia, lavava o seu prato. Todo mundo botava um pouquinho de dinheiro prá fazer a comida, né? Todo mundo se ajudava, né? Tinha que ter unido, né? E se tu tivesse que pegar uma droga tipo... tinha que fumar maconha sabe, não é que... se tu botasse tu ia fumar, se tu não botasse tu não fumava, né. No caso se foi só, se foi só a Patricia que comprou, né, só ela que ia usar prá ela. Se ela quisesse dá prá outra pessoa isso era com ela. Mas na realidade era assim, cada um botava o seu, uma certa quantia, né, prá comprar prá todo mundo. Ah, não tinha esse é meu, esse é meu. Cada um usava o seu com seu próprio dinheiro, mas cada um botava um pouco. Sempre um ajudava o outro, sempre unido.”

O nomadismo dos saberes/fazeres dos remanescentes da Turma do Cachorrinho permite compreender que esses grupos passam a ganhar, neste momento de transformações urbanas, cada vez mais espaço de significação no corpo da cidade, modificando e ampliando seus itinerários educativos. Ao mesmo tempo em que os conhecimentos da “escola da rua”<sup>6</sup> se metamorfoseiam de acordo com o contexto histórico e cultural da cidade, as aprendizagens acumuladas pelas vivências da rua ganham maiores configurações, através da apropriação do patrimônio edificado e de espaços públicos mais amplos pela cultura de rua que deu origem a novas cartografias urbanas. As grandes obras arquitetônicas, criadas pelos planejamentos urbanos e pela arquitetura funcional com o propósito de modernizar a cidade e higienizar os espaços públicos, passam cada vez mais a ser as “residências” desses pequenos deuses citados por Michelet ao tratar sobre ressignificações elaboradas por esses grupos no contexto das cidades:

Se os grandes deuses antigos estão mortos, os “pequenos” – os das florestas e das casas - sobreviveram aos sismos da História; eles pululam, transformando nossas ruas em florestas e nossas fronteiras dogmáticas de um suposto “patrimônio”; eles possuem lugares, quando nós achamos que os prendemos (MICHELET *apud* CERTEAU, 2001, p. 194).

Com a memória (res)sentimento de sua cultura de rua, os moradores de rua passam a reivindicar, através de seus saberes/fazeres, outra concepção de planejamento urbano que transcenda os limites da aplicação técnica e estética unívoca. Tal movimento exprime o entendimento de que a viabilização de uma Educação solidária, que considere em seus fazeres/tecidos a complexidade do humano e suas maneiras de habitar, necessita da reforma do pensamento educacional da cidade como um todo, efetivado não somente por movimentos oriundos do interior dos estabelecimentos educativos, mas também por aqueles presentes na realidade que os circundam.

É necessário, portanto, que toda ciência se interrogue sobre suas estruturas ideológicas e seu enraizamento sócio-cultural. Aqui, damos-nos conta de que nos falta uma ciência capital, a ciência das coisas do espírito ou noologia, capaz de conceber como e em que condições culturais as idéias se agrupam, se encadeiam, se ajustam, constituem sistemas que se auto-regulam, se autodefendem, se automultiplicam, se autopropagam. Falta-nos uma sociologia do conhecimento científico que seja não só poderosa, mas também mais complexa do que a ciência que examina (MORIN, 2001, p. 26).

---

<sup>6</sup> Termo utilizado pelos moradores em um dos números do jornal que tratou sobre a Educação.

O turbilhão das redes complexas que constituem as racionalidades e a auto-eco-organização dos sistemas de pensamento de grupos sociais que resistem à grade e à vigilância da Cidade Visível, no caso, dos moradores de rua, ao migrarem das praças como o exemplo da Turma do Cachorrinho, dos viadutos e estações rodoviárias, posteriormente se estabelecem em outros espaços considerados públicos.

A partir da nova realidade da dinâmica urbana de Porto Alegre, o Parque Farroupilha – mais conhecido como Parque da Redenção – constitui-se um nicho onde passa a transitar mais efetivamente a diversidade dos grupos de rua, entre eles os antigos integrantes da Turma que, ao sobreviverem aos sismos da história, passam a construir seu novo espaço educativo de referência e pertencimento. Isso ocorre primeiramente por meio do encontro do grupo com voluntários dispostos a trabalhar na rua com um projeto de alfabetização, mais tarde com o grupo de jornalistas da ALICE – Agência Livre da Infância, Cidadania e Educação, cujo projeto deu início à elaboração do jornal *Boca de Rua* e ao estabelecimento da Rede de Apoio. É neste cenário que a Redenção e o jornal *Boca de Rua* se constituem em espaço educativo da cidade e convidam a empreender uma aventura.

## 1.2 A REDENÇÃO E O JORNAL *BOCA DE RUA*: O EDUCATIVO DAS MEMÓRIAS (RES)SENTIMENTOS.

“Meu nome é Luciano Felipe da Luz e nasci no dia 25 de dezembro. Por isso alguém me disse que eu sou Filho da Luz. Devo ser, mesmo, porque sou um sobrevivente. Tenho HIV, já levei tiro na cabeça, facada e fui atropelado 12 vezes. Numa delas, por um caminhão Mercedes-Benz. Por isso meu apelido é Mercedes. Mas aqui neste livro eu não quero contar a minha história. Quero contar outras histórias que vi na rua, porque estou na rua desde pequeno. Vão ser histórias de uma boca de rua (integrante do jornal, morto em 21 de maio de 2001 em decorrência da AIDS e do sistema público de assistência social)” (jornal *Boca de Rua*, v. I, 3 out. 2001).

Mercedes<sup>7</sup> é uma das tantas bocas que compõem a memória registrada no jornal *Boca de Rua*, elaborado a partir dos olhares e artes do fazer de agentes sociais desconsiderados pela lógica excludente da Cidade Visível. Não é à toa que o chamamento para a densidade e a sensibilidade de seu conteúdo se apresenta com marca inconfundível: uma boca vermelha,

<sup>7</sup> O nome verídico de Mercedes é divulgado neste trabalho porque foi liberado pelo participante para a matéria sobre sua vida como uma Boca de Rua para o jornal *Boca de Rua*, antes de seu falecimento.

enorme, em forma de grito, acompanhada pelo símbolo de um tridente circundado pelo nome do jornal e os sinais de igualdade.



Figura 5 – Logomarca do jornal Boca de Rua  
(Parque da Redenção – 2003)

O símbolo, inspirado e materializado pelo imaginário criativo de uma Boca de Rua, mais conhecida pelo apelido de “Riquinho”, apresenta por meio de suas cores – vermelho vibrante, preto e branco – uma textualidade que estiliza a tentativa da cidade geometrizar de fazer prevalecer o discurso e as práticas sociais unívocas. Sendo assim, falar do jornal *Boca de Rua* é falar de tessituras, de encontros e desencontros, de esperanças e desesperanças, de nascimento e morte... enfim, de vida. A densidade de sentimentos expressa em suas palavras e imagens é registrada pelas muitas vozes dos sujeitos que tornam visíveis às memórias (res)sentimentos elaboradas em um Lugar de Memória localizado no coração da cidade. Um espaço onde as memórias (res)sentimentos relatadas e revitalizadas servem de eixos temáticos para a elaboração de um jornal totalmente feito por moradores de rua e para o estabelecimento de práticas educativas não-institucionalizadas com base na recuperação da cidadania, conforme afirma Lúcio quando explica uns dos objetivos do jornal:

“É a de que a gente colocasse no papel o que aconteceu com nós, a forma como nós pensamos para que depois, futuramente, quando nós tiver nossos oitenta anos e quando o papai do céu chamar nós, outras pessoas leiam a nossa história prá saber que a gente existiu realmente, de verdade. Que a gente não foi só uma sombra numa praça. A gente foi... a gente é ser humano, a gente é gente, que a gente se expressa, a gente pensa, a gente sente fome, a gente é alegre, a gente é feliz, a gente é triste. Então nós somos seres humanos como todo mundo.”

No caso dos moradores de rua integrantes do jornal *Boca de Rua*, o Lugar de Memória revitalizadora de suas memórias (res)sentimentos é o Parque Farroupilha, ou Parque da Redenção, para onde alguns deles migraram após a desarticulação da Turma do Cachorrinho e onde atualmente se reúnem aos sábados para a elaboração do jornal. A Praça do Cachorrinho é substituída pelo espaço amplo do Parque, onde as memórias (res)sentimentos da cultura de rua passam a desenvolver suas práticas educativas, tornando-o um lugar de referência.

A fluidez cada vez maior da migração para outros espaços cognitivos da cidade, mais amplos e mais visíveis como o Parque da Redenção, localizado em zona considerada “nobre” da cidade, não é vivido somente pelos integrantes da Turma do Cachorrinho; também demonstra a diversidade dos sujeitos que o frequentam. Nele transitam não só moradores de rua, mas também travestis, mendigos, michês, assaltantes e artistas que expressam sua arte e sua estética.

A inserção do Parque da Redenção como trajetória educativa do povo da rua no contexto da cidade reflete o crescimento e o acirramento das disparidades e desigualdades sociais nos grandes centros urbanos, efetivados nas últimas décadas do século passado, e a fragilidade de algumas tentativas das políticas públicas e suas intervenções para manter, através de seus programas sociais e projetos de gestão urbana, a distância e a vigilância seguras entre o centro e a periferia. Muito embora o sistema de vigilância estatal tenha sempre se preocupado em manter distância cautelosa entre ambas as realidades sociais, o fato é que a linha a separá-las é bastante tênue e frágil. O limite entre o centro e o periférico é móvel, assim como é o fazer social da cultura de rua, com suas continuidades e descontinuidades. “*Las periferias se sitúan*

*as veces muy cerca del centro, facilitan incluso la clave para llegar al centro. El espacio social no se define como el geográfico por distancias mensurables”* (LEFEBVRE, 1995, p. 5).

As observações do Grupo aos sábados, dia da reunião do jornal, abarcam, portanto, uma análise dos espaços-tempo de seus movimentos nesse lugar da cidade, revelando que o Parque



Figura 6 – Oficina de Educação Patrimonial  
(Araújo Viana – 2003)

da Redenção se configura como uma zona que representa a linha tênue existente entre o Visível e o Invisível. Ponto geográfico estratégico para ambas as cidades, o Parque constitui-se como um Lugar de Memória por excelência, onde transitam paralelamente as memórias da Cidade Visível e da Cidade Invisível. A primeira, explicitada pela complexidade

das memórias (res)sentimentos das quais o jornal *Boca de Rua* é um porta-voz. A identificação da cultura da rua com o espaço educativo e a vivacidade do Parque emerge, por exemplo, sob a forma de registros da memória de Luís quando indagado sobre seu lugar de preferência da cidade.

A apropriação do Parque pela liquidez expressa nas memórias (res)sentimentos da rua desarticulam as noções de espaço-tempo dos processos educativos corporificados nas situações cotidianas dos cidadãos da Cidade Visível, misturando o que não pode misturar-se, aspecto mencionado por Baumann (1999, p. 23): *“As ervas daninhas são o refugio da jardinagem, ruas feias ... são refugio porque desafiam a classificação e a arrumação da grade. São a mistura desautorizada de categorias que não devem se misturar”*.

A mistura do complexo presente na Cidade Invisível com a linearidade dos espaços-tempo da Cidade Visível é conjugada com momentos de enfrentamentos e estranhamentos traduzidos por cenas que emergem do cotidiano citadino do Parque, um espaço de lazer, e ao mesmo tempo de perigo e risco. Nele se descortinam cenas da vida cotidiana: uma mulher

negra descalça passa chorando e fala nervosamente com um homem. O conteúdo da cena, segundo o Grupo, refere-se a um assalto ocorrido próximo dali, em suas redondezas.

No Parque vivem e circulam grupos de meninos e meninas de rua. Às vezes atuam sozinhos, noutras em bandos. Roubam, cheiram, drogam-se. A caleidoscopia complexa do lugar revela outra cena: meninos de rua perseguem um trenzinho turístico cheio de pessoas. O grupo grita, ameaçando invadir o trem; o motorista, ao perceber a situação, acelera a fim de impedir o contato. Um pouco mais tarde, a cena de abordagem de um passante pela Polícia. A vigilância constante da Cidade Visível é acompanhada. A abordagem: mãos na cabeça e pernas separadas; o corpo do rapaz paralisado pelo controle do poder policial. Paulatinamente a abordagem disciplinar e educativa da Cidade Visível estabelece a coreografia de um poder capilar que se expressa na postura altiva do policial: seus gestos rápidos e firmes demonstram ostensivamente um clima de intimidação, aprendizagem que o abordado já sabe de cor.

A fluidez da rua se congela. É o encontro do sólido e do líquido que se misturam. A liquidez torna transparente a solidez dos dispositivos sociais de controle e ordem social. A lição aprendida pela cultura de rua indica, a partir das colocações de Renato, que a saída é não reagir e esperar:

“É o seguinte: eles chegam no cara e pedem pro cara ir prá parede numa boa. O cara vai prá parede, numa boa. O cara não tá fazendo nada! E aí revistam. Nos 60% dos brigadiano eles são legal, eles botam o cara na parede numa boa, perguntam o que que o cara tá fazendo aí, né? Conversando com o cara numa boa e o cara atende eles. Então! Eles vão conversando com o cara e no conversar já chega outro por trás já dá-lhe pau não nem sabe? Judi (pausa) Não tem que dá-lhe papo prá vagabundo! Não tem que dá papo prá vagabundo! Vagabundo tem que pegar e deitar no chão, dá dois tiro na cabeça e já era. Não é assim que eles fazem com os brigadiano? Então nós vamos fazer isso com eles.”

Passados alguns instantes, que explicitam a tentativa de controlar e identificar algo que tenha transgredido a norma, o rapaz é então liberado pelo policial. Ao longe, alguns transeuntes acompanham a trama e o desenrolar dos acontecimentos. O carro da Polícia retoma sua direção, seguindo o caminho anterior. Aos poucos o cotidiano tranquilo do Parque é retomado.

Os relatos transcritos parecem fazer parte de um roteiro de ficção, mas são vivências revitalizadas durante as oficinas do jornal e de Educação Patrimonial, preconizadas no Parque da Redenção. A aproximação com o campo de investigação como educadora e pesquisadora apura a consciência para as especificidades dos espaços-tempo e ações estabelecidas no lugar de encontro com o Grupo.

Apesar da tentativa de separação da Cidade Visível, as memórias (res)sentimentos ressurgem através de abordagens de passantes que se juntam ao Grupo por uma tarde ou por alguns momentos. As interrupções abruptas da abordagem de moradores de rua não-integrados à proposta das oficinas proporcionam, aos poucos, maior tomada de consciência do lugar onde as oficinas ocorrem. Com base nessas impressões, é possível compreender que as memórias (res)sentimentos do Parque se encontram pulsantes, mesmo que constantemente vigiadas. Basta que alguém, desconhecido ou não, pare por alguns segundos e volte sua atenção a quem está passando ou tentando se aproximar, para que ela se expresse, se revele.

A memória (res)sentimento, ao perceber qualquer fissura na atitude normalmente indiferente dos transeuntes, encontra maneiras de se fazer visível, seja perguntando “*que horas são*”, seja pedindo fogo para acender um cigarro ou, até mesmo, pedindo um cigarro. Às vezes, basta lançar um rápido olhar em sua direção e já vem um apelo para sentar e conversar junto à sombra de uma árvore. Desta forma, a memória (res)sentimento do Parque busca ser entendida e ouvida, anseia por mostrar-se com toda sua intensidade humana, muito embora signifique sempre um risco a quem a escuta no que se refere a sua real intenção.

A consciência desse movimento de busca de reconhecimento e visibilidade, provocada tanto pela auto-eco-organização do Grupo do jornal como de outros grupos que atravessam com suas artes do fazer, o Parque da Redenção se revigora, se potencializa quando se buscam subsídios para a compreensão dos (res)sentimentos que nele habitam através do uso da história à qual está ligado esse espaço educativo da cidade.

Ao analisar a trajetória deste Lugar de Memória sob a luz da História e das políticas públicas de gestão urbana adotadas em Porto Alegre a partir dos séculos XIX e XX mostra-se com nitidez a ligação existente entre o Parque e as memórias daqueles considerados os errantes da cidade.



A ligação evidencia-se a partir do primeiro nome dado ao local, “Campos da Redenção”, em homenagem à redenção dos escravos que, após as campanhas abolicionistas, fazem do Parque seu lugar de ganho e sobrevivência (MACEDO, 1998, p. 70). Entretanto, esse espaço da cidade sofre alterações devido às modificações ocasionadas pelo acúmulo de capital obtido em nível nacional pela agroexportação do café, fazendo com que, segundo a historiadora Pesavento (1998, p. 42), haja progressivamente a consolidação de uma ordem urbana industrial no país. Tal fenômeno de crescimento urbano cria condições para que a cidade passe a ser o centro de irradiação de padrões e valores da classe social ascendente, no caso a burguesia industrial. A política estabelecida no panorama nacional caracteriza-se neste contexto pelo maior rigor e preocupação, por parte das administrações municipais, com a higienização dos espaços centrais da cidade.

A cidade de Porto Alegre, inserida nesta realidade nacional, passa também por intensa renovação urbana, tecnológica e higienista. A vida cidadina ganha novas configurações a partir da constituição de um novo imaginário urbano, cujo sonho é o de consolidar o ideal de uma cidade limpa, bonita e ordenada. Sendo assim, em meados da década de 20 do século passado, o Campo da Redenção sofre as conseqüências da nova cultura urbana, tornando-se zona nobre da cidade. Aos poucos, os miasmas, ou seja, os indesejados, são expulsos e “remanejados” para as zonas mais periféricas. A nova política de organização e planejamento urbano corresponde, portanto, aos interesses da comunidade local de instaurar políticas públicas de controle social e disciplinarização das sociabilidades. Trata-se não só de inserir as populações pobres no contexto produtivo capitalista que se processa ao nível mundial, mas também de criar tecnologias, mencionadas por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*, que gerem conhecimentos, permitindo ao Poder Público nomear, vigiar e criar lugares de confinamento aos inadaptados.

A política de higienização da cidade é intensificada ao longo das décadas posteriores, mais especificamente as de 30, 60 e 70, período marcado por intervenções mais incisivas no espaço urbano que se mostram insuficientes nas últimas décadas do século XX, as de 80 e 90, quando se apresenta o acirramento das problemáticas sociais nos grandes centros urbanos. O agravamento dos conflitos e das desigualdades sociais acarreta o reaparecimento, na atualidade, de movimentos sociais que, na contemporaneidade, reivindicam com maior vigor

o direito de dizer sua palavra e participar dos destinos da cidade. Alguns deles, como no caso dos moradores de rua do jornal *Boca de Rua*, retornam agora aos Lugares de Memória ligados às lembranças (res)sentidas dos errantes da cidade, exigindo o direito à cidadania e à memória. Ao se reapropriarem, na atualidade, do Parque, com sua fluidez mediante as subjetividades que por ele transitam e o processo educativo desenvolvido nesse espaço educativo pelo Grupo do jornal *Boca de Rua*, as memórias (res)sentimentos reativam as origens histórico-sociais que as constituíram, bem como fazem emergir suas sensibilidades silenciadas pelo esquecimento a que estiveram sujeitas ao longo do desenvolvimento da cidade.

Ao provocar a necessidade de uma contextualização para sua compreensão, o educativo das memórias (res)sentimentos presentificadas pelas Bocas da Rua potencializadas pela boca aberta em forma de grito da logomarca do jornal, criada por seus interlocutores, empreende uma reforma do pensamento. Sua vitalidade mediante as denúncias e sistemas de resistência coloca a necessidade de religação dos conhecimentos produzidos na cidade nos âmbitos político, cultural, econômico e administrativo, produtores da memória (res)sentimento, aspecto referendado pela jornalista Andréia:

“Eu só queria dizer o seguinte: o Jornal tem dois objetivos principais: um é a gente começar a discutir com a própria população, eles estão aqui prá falar não só sobre a realidade deles, mas como se pode tentar mudar a realidade deles e como se pode também encaminhar alguns sonhos deles. Porque todo mundo sonha e todo sonho é possível de ser realizado dentro da medida do possível, desde que se batalhe muito. Então esse é o princípio básico. E a outra é que a gente possa de alguma forma servir como ponto de passagem ou como intermediários prá que eles possam ter um atendimento mais decente de saúde... É uma forma da gente discutir o que é que são esses conceitos tão amplos de cidadania, direitos que todo mundo fala e que na hora da prática é muito difícil cumprir, e é também uma forma de se tentar chegar à sociedade e mostrar que eles também são responsáveis.”

Tomando como referência o depoimento da jornalista sobre o Projeto, a proposta desse espaço educativo do jornal *Boca de Rua* potencializa-se à medida que busca unir o que está compartimentado e fragmentado pela descontextualização provocada pelos saberes/fazer da Cidade Visível e seu pensamento geômetra.

As Bocas da Rua, ao instigar com suas narrativas e imagens a pertinência de religação dos conhecimentos que alicerçaram a organização e gestão da cidade, através de seu grito (res)sentido que significa lembrar novamente como forma de resistência ao esquecimento, fornecem a contextualização necessária para a tomada de consciência da comunidade comum de destinos que necessita estar presente nas discussões educativas que têm como referência a cidade, suas pedagogias e políticas de gestão, discussões que se intensificam à medida que as narrativas e olhares e percepções da Cidade Invisível mostram suas leituras sobre a Educação e a instituição escolar mediante a complexidade educativa de suas memórias (res)sentimentos.

### **1.3 NARRATIVAS E OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO E A INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

“A vida é a escola”. A frase anunciada corresponde à chamada do número 10 da edição do jornal *Boca de Rua* de 2003, que teve como temática central a Educação. Suas contribuições, somadas aos depoimentos conseguidos em uma das oficinas de Educação Patrimonial, permitem conhecer um pouco sobre a realidade dos moradores de rua com relação às vivências no espaço escolar e na “escola da rua”. As narrativas e olhares sobre a Educação e a instituição escolar a partir do universo das Bocas da Rua demonstram, mais uma vez, o tensionamento entre o concebido presente na arquitetura pedagógica escolar e o vivido das vivências complexas da escola da rua.

Realizar a religação entre os saberes/fazeres de ambos os espaços mencionados por esse grupo social em específico consiste uma das aventuras a que convida a Educação para o próximo milênio. Mais uma vez, as narrativas das bocas de rua desterritorializam os conceitos de Educação e de escola, ao ampliar e desacomodar as noções construídas no pensamento educacional moderno que permeiam as políticas públicas adotadas no campo da Educação pela Cidade Visível. Neste sentido, ao inserir-me no universo educativo da rua, realizo primeiramente a aproximação com o Grupo, buscando compreender a Educação e seu papel nas relações sócio-culturais sob os olhares e narrativas dos moradores de rua.

Ao explicitarem suas concepções de Educação por meio das colocações de Paulo, um dos integrantes do Grupo, as Bocas da Rua redimensionam o conceito comumente aprendido e

solidificado pelo pensamento pedagógico moderno que consiste no entendimento da Educação como um processo de mera transmissão e apreensão de conteúdos e habilidades a serem assimiladas pelos educando.

“Tu saber conversar com a pessoa, se tu não souber conversar com a pessoa ela vai sempre dizer prá ti que tu é um mal-educado, né? E eu acho que educação é tu saber dialogar com a pessoa, né?”

“Educação prá mim é uma maneira da gente respeitar e ser respeitado. A pessoa que tem educação, a pessoa é respeitada mostra que é...”

“Sabê trocá diálogo com as pessoas.”

Ao complexificarem seu entendimento sobre a Educação, as Bocas da Rua fornecem às discussões educacionais elementos esquecidos pelos processos de produção de lembranças e esquecimentos forjados pela maquinaria escolar, uma vez que delas emerge a pertinência do estabelecimento de um processo educacional que retorne sua atenção no humano, por meio da crítica acerca de que conhecimentos foram validados em detrimento de outros no âmbito das ações pedagógicas escolares e a incidência deste processo de seleção nas relações sociais e na qualidade de vida dos cidadãos da cidade.

As impressões sobre a Educação abordadas pelas Bocas da Rua pressupõem uma reforma do pensamento educacional, tendo-se em vista que a Educação referendada por elas remete a uma mudança de postura, ou seja, de relação com a comunidade de destino. Sua densidade vai além: à medida que constituir tal movimento, faz com que tanto os profissionais em Educação como as políticas públicas educacionais se baseiem no exercício da ética da compreensão, isto é, uma ética capaz de compreender a tragédia e a beleza humana, que implica na compreensão complexa sobre a vida do humano em sua multiplicidade e que, em consequência, traz como exigência para seu estabelecimento três elementos referendados por Morin (2000, p. 79) ao abordar a ética na contemporaneidade: “*a preocupação autocrítica na ética-para-si, a consciência da complexidade e dos desvios humanos e uma moral da compreensão*”, aspectos reivindicados por Valter no depoimento que serve de matéria do jornal que aborda a temática da Educação:

“A escola é um lugar difícil para o morador de rua. Tem muitas regras e discriminação. Os mais ricos, que andam mais arrumados, não aceitam um morador de rua todo sujo no mesmo colégio. Isso não deveria acontecer, porque a primeira coisa que a gente deve pensar é: o que é educação? É respeitar e ser respeitado. A droga atrapalha bastante o morador de rua que quer estudar. Muitas vezes a pessoa nem está usando loló, mais o cheiro fica na roupa. Tem uns professores que se preocupam em ajudar, outros mandam embora para não se incomodar.”

As vivências no espaço da escola, associadas às vivências no espaço da rua reativadas pela emergência de memórias (res)sentimentos ligadas a afetos, alegrias, realizações, crueldade, preconceitos e incompreensões, permitem visualizar a complexidade das trajetórias de vida daqueles que sobrevivem na rua. São trajetórias marcadas por perdas afetivas, pela inserção no mundo das drogas, pelo afrouxamento dos vínculos familiares e a não-submissão às regras institucionais. Elas precisam ser consideradas pelos programas educacionais direcionados a esse público em específico, como relata Flávio em uma das oficinas:

“Ah, eu sempre fui muito inteligente na escola. Inclusive quando eu tava com doze anos, eu tava terminando a 5ª série, né. Aí aconteceu que eu perdi meu pai, né. Era o meu braço direito, perdi uma bengala, no caso. Aí fiquei desnordeado, não quis mais saber, né. Aí eu pensei: - Vou ajudar a mãe. Vou trabalhar. Aí comecei a trabalhar, mais aí os outros... os traficantes já, né, já começaram a me chamar pro lado deles. E eu, inexperiente, fui indo, fui indo. Claro, trabalhava mesmo, tinha dinheiro pra sustentar o vício deles, né? Então eles botavam um pouquinho e tiravam a maioria, né? E aí eu fui perdendo tempo, e aí quando eu me dei por conta já era quase automaticamente... quase que tarde. Agora é que eu tô tentando... tenho as minha recaídas às vezes com droga, mas... não dá prá...”

As contribuições de Flávio a partir da complexidade da cultura popular de rua apresentam o trânsito da liquidez das memórias (res)sentimentos pelos espaços da escola formal e a escola da rua através de suas narrativas e olhares sobre a Educação. Ao mesmo tempo, tais memórias tensionam e criam fissuras que oxigenam o pensamento educacional geométrico, não no sentido de oferecer respostas e certezas absolutas, mas de tornar visíveis zonas de conhecimentos que, permeados pelas éticas da compreensão, podem constituir processos educacionais horizontalizados sem incorrer na armadilha de captura de suas subjetividades. *“Quanto mais uma sociedade é complexa, menos rígidas ou duras são as obrigações que pesam sobre os indivíduos, de modo que o conjunto social pode se beneficiar das estratégias, iniciativas, invenções ou criações individuais”* (MORIN, 2001, p. 89).

A consciência da flexibilidade e da complexidade de processos vividos da rua exige das políticas públicas educacionais a compreensão e a validação das aprendizagens da “escola da

rua”, que se caracteriza pela mescla de aprendizagens de solidariedade intercaladas com aprendizagens “com métodos desumanos”, como relembram as narrativas de Valter e Flávio:

“... na escola da vida tem aula de segunda a segunda, o turno é de 24 horas e ninguém leva falta. Tem lição boa e ruim. O morador de rua é, ao mesmo tempo, aluno e professor. O turno da noite é o mais freqüentado. É de noite que rola a droga, acontecem as brigas e a prostituição. Por isso, uma das primeiras lições para quem mora na rua é dormir com um olho aberto e outro fechado. Tem que ter ouvido de passarinho, senão pode tomar tiro, garrafada, ser roubado ou até ser queimado.”

“Eu aprendi a ser solidário. Solidário porque eu saí prá rua assim desnorteado, né. Perdi minha mãe com câncer, né. Foram anos de sofrimento e eu vendo tudo aquilo ali. Aí eu tive que arrumar uma fuga. Consegui uma fuga assim através da droga, que só me viciou, me deixou a mercê dos traficantes, né. Qué dizer: ou tu paga o que tu me deve... ou, ou morre. Dai então comecei a me destacar e comecei a procurar entidades, no caso A Sopa do Pobre. Eu fui lá e me auxiliaram porque eu fui realista, né, disse: - Ó, tô na rua porque eu entrei em depressão, perdi a minha mãe com câncer. E eles foram solidários comigo me deram encaminhamento prá Assistente Social, me mandaram a albergues que eu não conhecia, né. Então eu aprendi a ser solidário com as pessoas. Hoje então, que se eu tenho uma coisa que tá... que vai me fazer, que não vai me fazer falta, que tá ali ocupando espaço, eu pego, eu tiro e dou. Depois azar, se eu for precisar, eu vou a luta de novo, né? Aprendi a ser solidário.”

A complexidade das forças antagônicas mas também complementares que constituem as vivências e aprendizagens da “escola da rua” também se encontra presente nas lembranças das passagens pela escola formal de alguns moradores de rua. São lembranças que revelam os limites e as possibilidades da escola para assumir-se como espaço de construção, socialização e produção de beleza e humanidade. São aprendizagens que as memórias (re)sentimentos instigam a revitalizar a partir de suas emoções, críticas e reivindicações recuperadas por Valter através da lembrança significativa de uma vivência escolar acompanhada pelo que ele define como qualidades necessárias a um educador:

“A primeira vez que eu li, eu tremi. Depois que eu aprendi a ler, comecei a escrever até poesia.”

“... o professor tem que ser calmo para ensinar, tem que ter respeito e educação para receber com carinho a pessoa. Às vezes a gente pega professor que não é legal. Eles mandam, por maldade, alguém fazer no quadro o que não sabe fazer.”

Longe de pretender proferir um discurso de descrédito com relação à função da escola como instituição educacional, a aproximação dos itinerários educativos da Cidade Invisível efetivados em espaços da cidade não-institucionalizados com as vivências escolares dos

moradores de rua tem como propósito ressaltar a pertinência da viabilização de uma fruição que religue os campos da Educação, Patrimônio, Memória e Cidade. Realizar o imbricamento entre esses campos do conhecimento significa compreender que a escola, a rua e a cidade são Lugares de Memória por onde transita um patrimônio humano produtor de sentidos e de artes do fazer. Ao promover a aproximação entre a cultura escolar e a cultura de rua, as Bocas da Rua provocam o descentramento do conceito e do ideal de sujeito unívoco e centrado, cujos referenciais são perseguidos de forma ilusória pelas políticas educacionais. A dimensão do humano é complexa, como demonstra a intensidade das memórias (res)sentimento de seu protagonistas.

A negação da diferença ainda proferida pela escola, embora as produções acerca do tema sejam bastante significativas no meio educacional, precisa ser substituída, segundo as narrativas supracitadas, pela polifonia de lugares e semânticas que transcendem o território escolar. Ao empreender esse movimento, a escola necessita embriagar-se e reencantar-se para superar a linearidade e a uniformidade presentes nos tempos/espacos e nas formas de ser e existir, permeados pelas práticas que deflagram a existência de um currículo monocultural em que todos devem se enquadrar. As regras e normas de enquadramento, ao se depararem com a fluidez da cultura de rua, tornam visível a prevalência de uma cultura do sedentarismo que, traduzida pelo ambiente escolar, substitui o nomadismo característico das comunidades, característica que retorna com maior vigor na atualidade e que resiste, como atesta a fala de Roberto: “*Às vezes a regra machuca as pessoas, sabe?*” A regra machuca porque instaura, através de seus dispositivos disciplinares, o que é politicamente correto lembrar e esquecer. De seu sucesso depende o poder de inventariar as trajetórias dos sujeitos, ignorando outros espaços cognitivos, relegando ao esquecimento outras culturas e aprendizagens.

Ao desqualificarem outras racionalidades e subjetividades, os dispositivos de normatização tentam manter em zonas subterrâneas a cultura alicerçada no vivido e suas experiências individuais e coletivas imbuídas do sensível e de outra lógica de racionalidade. Ao compartimentar o conhecimento, tentando através das partes entender o todo, o pensamento pedagógico moderno descontextualiza vivências sociais e desarticula a relação do todo com as partes.

A escola não é somente um lugar de isolamento em que vai se experimentar, sobre grande parte da população infantil, métodos e técnicas avalizados pelo professor enquanto “especialista competente”, ou melhor, declarado como tal por autoridades legitimadoras de seus saberes e poderes; é também uma instituição social que emerge enfrentando outras formas de socialização e de transmissão de saberes, as quais se verão relegadas e desqualificadas por sua instauração (ENGUITA, 1993, p. 83).

A fragmentação dos saberes, deslocada para o campo da Educação, respalda um conhecimento reducionista e arbitrário que impede a compreensão da dimensão complexa do humano e suas práticas sociais. Nos dias atuais, essa lógica de pensamento impossibilita a preconização de uma política educacional capaz de dialogar com a diferença e com isso estabelecer sociedades abertas<sup>8</sup>. Assim, as múltiplas vozes das memórias (res)sentimentos da Cidade Invisível ressurgem na contemporaneidade com sua complexidade, reivindicando seu lugar de direito como que ressuscitadas pela deusa Mnemosyne, guardiã da memória.

O desafio que a Cidade Invisível propõe com seus itinerários educativos é de recuperação das dimensões do vivido em sua relação conflitiva com o concebido, num convite à escola para transpor seus muros a fim de aproximar educadores e educandos dos Lugares de Memória onde residem as Bocas da Rua e sua pluralidade de léxicos, formas de organização social e de construção do conhecimento, que podem fazer com que a sala de aula se constitua em lugar de exercício do direito de cada um dizer sua palavra, não sem embates e estranhamentos.

O contato com a riqueza das oralidades e representações da cultura de rua mediante suas memórias (res)sentimentos considera a tomada de consciência não somente do complexo da dimensão humana dos educandos, mas também para o próprio ser complexo dos profissionais em Educação. A resistência à grade curricular implica ainda na resistência ao que Morin (2002, p. 32) denomina de *imprinting* cultural e seus sistemas de normatização, inibidores da visibilidade das pluralidades culturais ignoradas. No lugar da conformidade, a Educação baseada na resistência ao *imprinting* cultural abre espaço para o embate de idéias que permitam que as diferenças se expressem, pois só assim se torna possível o encontro e o diálogo com a complexidade:



São, justamente, essas diversidades de pontos de vista que o *imprinting* cultural inibe e a normalização reprime. Do mesmo modo, as condições ou acontecimentos aptos a enfraquecer o *imprinting* e a normalização permitirão às diferenças individuais exprimirem-se no domínio cognitivo. Essas condições aparecem nas sociedades que permitem o encontro, a comunicação e o debate de idéias.

Com base nos elementos oriundos das narrativas e olhares sobre a Educação e a instituição escolar, somados às contribuições teóricas do pensador, a prática de oficina de Educação Patrimonial constitui-se, ao longo da pesquisa, em espaço educativo através da aproximação com a proposta educativa já iniciada pelo jornal *Boca de Rua* que reforça nossa condição enquanto educadores “aprendizes da rua”.

---

<sup>8</sup> Por sociedades abertas entende-se, aqui, sociedades capazes de compreender as diferenças, realizando um diálogo e uma convivência possível na cidade.

## 2 A APROXIMAÇÃO COM A COMPLEXIDADE DAS BOCAS DA RUA

A inserção no campo investigativo onde habita a proposta educativa do jornal *Boca de Rua* nos sábados à tarde efetiva-se a partir do encontro com a subjetividade fluída da cultura de rua, presente nos arredores do Parque da Redenção, onde se reúnem e circulam os integrantes do Grupo do jornal, tanto para sua elaboração como para a venda.

A aproximação com a Cidade Invisível representada pelos integrantes do *Boca de Rua* ocorre a partir da abordagem de um de seus participantes no momento da venda do jornal. As informações fornecidas por uma das Bocas da Rua sobre o trabalho desenvolvido no Projeto culminam em um contato posterior com a jornalista Andréia, por meio de entrevista em que fornece informações ricas sobre o solo da pesquisa.

“Em Porto Alegre mesmo a gente se reunia na Praça, ali na Praça do Rosário, e agora no Parque da Redenção. É o nosso encontro é no Parque da Redenção mesmo, sábado às 15h30min. E o processo de produção é um pouco aquilo que eles tinham explicado. A gente trabalha com muita história oral, alguns ainda têm dificuldade prá escrever. Aos pouquinhos tão indo. Também tem uns que já estão aprendendo escrita e outros que já estão acompanhando, transcrição de gravação com gravador. Eles fazem as entrevistas, a gente transcreve e depois trabalhamos o texto. Textos coletivos a partir da História Oral com transcrição direta e dá muito certo. Os textos saem perfeitos, a linguagem... eles estão de prova... eles ficam nos cobrando se alguma coisa sai mal.”

As informações básicas sobre o jornal a partir da entrevista somam-se aos relatos das problemáticas vividas pelos moradores de rua, tendo em vista que a maioria são usuários de drogas, sofrem ou já sofreram abusos que justificam a saída de casa e a inserção no universo da rua. Concomitantemente a essas questões que caracterizam o Grupo, outro aspecto

ressaltado pela jornalista diz respeito à contaminação de muitos dos integrantes do jornal pelo vírus HIV, devido ao uso de drogas injetáveis e ao não-uso de preservativos. Com relação ao HIV e às medidas de prevenção, Lúcio menciona nas oficinas algumas de suas impressões e justificativas para o aumento das doenças sexualmente transmissíveis entre os moradores de rua, fornecendo elementos que permitem maior compreensão da realidade complexa dos moradores de rua.

“Bom, a prevenção! Há aqueles que se gostam tem, tem poucos, muito poucos diante do que é a massa de pessoas na rua há... que vivem na rua... há... que se tratam quando sabem que têm o vírus HIV. Mas outros, pelo próprio desgosto da vida, por não aceitarem tal situação, por tarem vivendo na rua, prá eles tanto faz terem AIDS ou não ter, o que importa prá eles... não é o que importa! Mas é que eles têm em mente é uma frase que eles muito usam: - Um dia eu vou morrer mesmo, eu não nasci prá semente. Então tem esse desgosto, né? De não aceitarem a situação que tão vivendo. Então prá eles o que interessa é um dia após o outro dia, é o momento, é aquela hora, é um minuto seguinte. É o que tá acontecendo ali no presente. Não interessa se... não tem muito assim: - Ah, eu vou me cuidar porque no futuro vou ter casa, vou ter filho, vou ter isso então eu não posso ter doença. Não tem essa preocupação, eles acham que já tão atirado.”

As informações contidas neste relato vão ao encontro de alguns aspectos salientados pela jornalista Andréia quando se refere à baixa auto-estima como uma das características mais presentes entre os moradores de rua, devido ao preconceito e à discriminação da sociedade. Acrescente-se ainda o fato de muitos do Grupo encararem a doença como algo inerente à condição de morador de rua, postura já natural de acordo com o depoimento anterior.

Somadas a essa questão estão as relações e as noções de temporalidade constituidoras da cultura popular de rua, onde o presente impera soberano entre o passado e o futuro. Para muitos moradores de rua, o presente é sua única certeza. O que importa é vivê-lo da maneira que for possível. O passado muitas vezes permanece subterrâneo, e o futuro é algo que a cultura de rua, na maioria das vezes, desconhece, com raras exceções.

Entretanto, o movimento educativo promovido pelo jornal provoca o exercício de religação das trajetórias de seus integrantes com o passado e a projeção de um futuro possível de acordo com os processos de cada um, numa perspectiva de tempo marcado pela simultaneidade, em que passado, presente e futuro se apresentam interligados com base nos acontecimentos vividos e projetos futuros discutidos coletivamente, tendo como matéria-prima uma memória que, ao mesmo tempo em que se encontra ligada ao tempo cronológico da cidade, resiste às

concepções do tempo histórico estocado e acumulativo dos processos educativos da Cidade Visível mencionada por Márcio:

“Aí eu tô assim né, só estudando sobre esses casos aí de prisão, liberdade, fazendo, escrevendo a minha história no *Boca de Rua*. E bah! E vendo aí que não é só morador de rua que sofre também, né? Qualquer um, não é rico, nem pobre, nem negro, nem vermelho, nem branco... Qualquer um.”

Memórias que ora emergem, ora se recolhem em um movimento de caos que, ao mesmo tempo em que se mostra, resiste à apreensão verticalizada do turbilhão de suas afetividades e experiências. Memórias cujos tempos de construção e revelação cambiam de um ponto a outro da cidade como um rizoma, quando a jornalista em um dado momento da entrevista menciona sobre a inconstância do número de participantes nas reuniões que, até o momento – julho de 2003 – é composto de 10 integrantes que comparecem regularmente.

Com relação à idade dos participantes, ela varia entre as faixas etárias de 12 a 45 anos, com predominância de adultos. O público é, em sua maioria, masculino, com apenas três integrantes mulheres.

Outro aspecto ressaltado no mergulho no universo educativo das memórias (res)sentimentos do jornal *Boca de Rua* diz respeito à preocupação dos integrantes da Rede de Apoio da ALICE com relação à inserção de pessoas com o objetivo de realizar trabalhos de pesquisa e, que ao concluírem seus trabalhos, se afastam do Grupo. Tal preocupação, segundo a jornalista Andréia, se justifica devido à constatação da dificuldade desses grupos sociais em elaborar a questão da perda provocada pelo afastamento das pessoas que entram e saem do Grupo para conhecer o trabalho do jornal.

À medida que se desenrola o diálogo com a jornalista é estabelecido meu primeiro contato como educadora e pesquisadora, com as nuances e interfaces das Bocas da Rua. Aos poucos a memória (res)sentimento se apresenta durante a entrevista, mostrando sua diversidade e a necessidade mencionada por Proust (*apud* SEIXAS, 2000, p. 47) de “rompermos, com todas as nossas forças, o gelo do hábito”, para dela se aproximar na busca de compreendê-la e não de aprisioná-la. A intensidade de seus (res)sentimentos demonstra o inusitado de seu percurso e o convite a empreender um movimento de conquista, de

enamoramento com o desconhecido, ritual aprendido pela equipe de jornalistas da ALICE quando do início do Projeto do jornal, questão evidenciada por Andréia no início do trabalho.

“...o pessoal era muito desconfiado.. O Bocão pode falar porque ele é um dos mais antigos. Porque várias pessoas já tinham proposto fazer alguma coisa, um trabalho com eles e começavam um trabalho e nunca iam adiante. Então uma das primeiras perguntas que eles faziam é: - Até quando vocês vão trabalhar com a gente? E a nossa grande dúvida era até quando eles viriam, porque nossa idéia era fazer um projeto permanente, um trabalho permanente.”

As colocações acima, feitas durante a entrevista, colocam em evidência um entre tantos elementos a serem considerados pelos que se propõem a pesquisar e/ou realizar um trabalho de longo, médio ou curto prazo com moradores de rua. Aproximar-se da realidade da rua e suas aprendizagens – que constituem o que muitos do Grupo chamam de “escola da rua” – significa ter a consciência de que o convite para compartilhar de seu universo, uma vez aceito, estabelece um elo a ser constituído não sem estranhamentos e conflitos.

A confiança se estabelece no momento em que a escuta do sensível e das cargas afetivas do Grupo é socializada sem incorrer em julgamento de juízos e valores pré-estabelecidos, ou seja, quando o Grupo é respeitado em sua ética e quando existe a articulação de um saber não só técnico, mas sensível e aberto à complexidade por parte do profissional que está envolvido no trabalho. Mais uma vez emerge a religação dos saberes, exigindo que o olhar, a escuta e o corpo da Cidade Visível se reedueque no contato com a eticidade da rua e sua estética. A fragmentação, ou seja, a ruptura entre a razão e a sensibilidade presente em grande parte das intervenções técnicas de profissionais da Educação e das demais áreas sociais nos espaços educativos onde se efetivam esses movimentos sociais é facilmente perceptível aos olhares da Cidade Invisível, como revela Roberto:

“... eu sou muito observador, falo pouco, às vezes falo bastante. Sei analisar, sei ter... o sofrimento me ensinou se a pessoa tá falando a verdade prá mim ou não. Só apenas um olhar, se eu olhar pra pessoa eu noto a pessoa dos pé a cabeça. Se a pessoa tá nervosa ou não, ou se a pessoa tá usando preconceito com um de nós... eu olho e não falo nada. Eu acho que o silêncio fala pela gente.”

No entanto, é preciso destacar que a constituição de uma relação baseada em “certa confiabilidade” entre os profissionais e a cultura de rua com o intuito de estabelecer uma intervenção que fomente o encontro e o compartilhar de conhecimentos de ambas as cidades,

a Visível e a Invisível, é sempre provisória e transitória em se tratando da realidade da rua. Como muitos moradores de rua dizem, “*tem que estar sempre com um olho aberto e outro fechado*”, o que significa, de acordo com essa semântica da rua, que a confiança pode ser rompida de um momento para outro, e por isso a necessidade de os profissionais entenderem que mergulhar neste universo é estar constantemente sujeito ao movimento de ordem e caos, bem como entre o limite da segurança e do risco. Entretanto, negociar com a incerteza e o desconforto do território movido das artes do fazer da cultura de rua torna-se um desafio ainda maior quando nossa lógica, baseada no controle e na necessidade de segurança, deixa de operar para ser substituída pela lógica daqueles que são nossos interlocutores, movimento que se mostra inevitável em qualquer intervenção nesta realidade. Neste sentido, os momentos de enfrentamento entre as duas lógicas de pensamento (concebido e vivido) ocasionam sempre aprendizagens fecundas, como demonstram posteriormente o campo de pesquisa e o diálogo inicial com a jornalista da equipe da Rede de Apoio da ALICE, mediante o convívio com os profissionais voluntários e o Grupo de moradores de rua.

As primeiras informações gerais fornecidas pela Rede de Apoio sobre o Projeto do jornal, que possui uma caminhada de três anos, resgatam experiências educativas anteriores através de oficinas realizadas com o Grupo de moradores de rua, sob a coordenação de uma psicóloga voluntária. O contato com a Rede de Apoio abre a possibilidade de realizar a pesquisa com os integrantes do jornal, porém a inserção efetiva no Grupo só se realiza quatro meses depois de ocorrida a primeira entrevista com uma das coordenadoras do Projeto. A espera em torno de uma ação de inserção por parte da Rede de Apoio dá lugar a tensionamentos (que se explicitam mais tarde) entre a proposta de oficina de Educação Patrimonial e os integrantes da equipe da Rede de Apoio do jornal *Boca de Rua*.

## 2.1 O RITUAL DE ENTRADA...

A inserção no espaço educativo do jornal *Boca de Rua* para a realização da pesquisa caracteriza-se de forma diferenciada dos demais integrantes da Rede de Apoio da ALICE. O ritual de entrada no Grupo somente se constitui após tentativas sem retorno positivo ou negativo por parte dos coordenadores do Projeto, devido à intensidade de atividades e viagens de alguns de seus integrantes. Os retornos evasivos geram reflexões que aumentam ainda mais

a vontade de conhecer o funcionamento do Projeto, com a intenção de aproximar o meio acadêmico dos movimentos sociais concretizados na cidade, incitando a uma socialização de experiências e conhecimentos com vistas a inserir a Universidade nos contextos educacionais microsociais e vice-versa. Por outro lado, as informações com relação à complexidade das situações do Grupo do jornal obtidas de uma das jornalistas na primeira entrevista geram sentimentos de insegurança e receio, tendo em vista que as experiências com a proposta de Educação Patrimonial têm sido efetivadas até então com grupos sociais não tão diversificados quanto o do jornal, sem mencionar as peculiaridades das demandas sociais do grupo do *Boca de Rua* em específico. A incerteza com relação à viabilização da pesquisa neste campo, a partir da metodologia de Educação Patrimonial, intensifica-se também diante do fato de minha experiência como educadora e animadora cultural se restringir mais precisamente a ações pedagógicas direcionadas ao público escolar.

Ao contrário da seguridade pelo menos “aparente” da arquitetura pedagógica escolar e seus dispositivos de disciplinamento, o jornal *Boca de Rua* apresenta a rua como “escola”. A rua é o espaço social onde circulam personagens diversos, desconhecidos, e onde predominam o perigo, a insegurança, o caos e o inusitado, lugar em que as tecnologias do poder disciplinar revelam suas debilidades diante das estratégias e jogos de trampolinagem que driblam os termos dos contratos sociais da Cidade Visível referendados por Certeau (2001, p. 79):

Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade sutil, tenaz, resistente de grupos que, por não terem um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Têm de fazer com. Nesses estratagemas de combate existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade.

A oportunidade de conhecer mais de perto as mil maneiras de jogar, a tenacidade da cultura de rua e a memória (res)sentimento do Grupo do *Boca de Rua* ocorre primeiramente sem o aceite oficial dos apoiadores, mas sim do grupo dos moradores de rua. O início do ritual de entrada no grupo realiza-se através de encontro direto com o Grupo do jornal *Boca de Rua*, na ida até o local onde acontecem as reuniões, nos arredores do Auditório Araújo Vianna no Parque da Redenção. O ritual de entrada realizado de forma diferenciada permite perceber o movimento inicial de auto-eco-organização dos integrantes em torno da reunião de maneira que seria impossível se fosse intermediada pelos apoiadores.

No primeiro contato com o Grupo no entorno do Auditório predomina o silêncio; nenhum movimento sugere a presença de alguém. Minha expectativa inicial é grande diante da constatação de que o contato com os moradores de rua dali a alguns instantes seria real, concreto, e não mais hipotético. Passados mais alguns minutos que tornam próximo o horário da reunião, eis que surgem os pequenos deuses vindos de todas as direções do Parque. Em um primeiro momento sua presença é imperceptível, mas, à medida que tomo consciência de seus movimentos, percebo a existência de uma ecologia humana em meio às sombras, folhas e vegetação do Parque. Movimentam-se com familiaridade e demonstram que, na verdade, estavam lá o tempo todo, e somente nós, representantes da Cidade Visível, não possuímos o olhar para identificar sua presença, constatação que dá sentido mais uma vez à frase “*Eu te vejo, mas você não me vê*”, verbalizada por Lúcio durante as oficinas.

Tanto a cultura de rua quanto a memória (res)sentimento exigem a reeducação dos sentidos, sobretudo do olhar, do profissional que busca interagir no meio em que se processam. Suas manifestações, às vezes invisíveis e em outras não, apresentam estratégias sutis imperceptíveis ao olhar e às impressões da Cidade Visível. O reconhecimento da existência das sutilezas da cultura de rua, que atuam na maioria das vezes no campo da invisibilidade, pressupõe o início de uma aprendizagem com vistas a apurar os sentidos da Cidade Visível; como que a colocam em sentido de alerta.

A memória (res)sentimento é sagaz e audaciosa. Conhece as formas de abordagem e estratégias invisíveis, provocadoras de fissuras nas estruturas de pensamento da Cidade Visível e sua lógica. Geradora de desconforto, a cultura de rua se utiliza muitas vezes dos (res)sentimentos provocados pela crueldade da Cidade Visível como meio de garantir sua sobrevivência, denunciando e reivindicando seu direito à cidade. Isso se mostra nas abordagens que muitos moradores de rua fazem quando alguém de fora, ou mesmo do Grupo, se aproxima de seu habitat. Elas se apresentam em um pedindo de cigarro, dinheiro para comer ou para passagem... Enfim, as justificativas são muitas para aqueles cujos (res)sentimentos são traduzidos por Luís, uma das Bocas da Rua:

“A cidade é cruel. A cidade só é boa prá os grãfinos, porque quando chega um menino de rua eles já ficam olhando achando que é ladrão, criminoso. As pessoas tratam melhor os bichos, animais, cachorros, melhor que os moradores de rua.”



No caso do Grupo do *Boca de Rua*, a apropriação do espaço educativo do jornal e do Parque da Redenção representa a concretização da recuperação, pelo menos em parte, do direito à cidadania e à circulação em um Lugar de Memória da cidade onde transcorrem paralelamente as concepções de mundo e as memórias da Cidade Visível e da Cidade Invisível. O movimento de chegada dos integrantes no local da reunião é lento e seguro. “*Eles são os donos daquele território do Parque*”. O contato entre ambas as Cidades, a Visível e a Invisível, neste local específico é atravessado pela sensação de estranheza perfeitamente natural para quem atravessa a linha tênue entre a Cidade Visível e a Invisível. No habitat da Cidade Invisível o conceito do que se entende por “estranho” sofre um redimensionamento. As percepções deslocam-se, fazendo que se tome consciência de que os estranhos somos nós quando passamos a partilhar de seu espaço. Deslocamento visível, nos olhares curiosos direcionados ao “estranho”, ao elemento novo, presente em seus domínios sem aviso prévio.

O estranhamento inicial de entrada no Grupo é às vezes amenizado pela intervenção de um dos integrantes sempre que chega alguém novo, seja morador de rua ou pessoas que, por comprarem o jornal, expressam interesse em conhecer o Grupo ou simplesmente aceitam o convite feito pelos integrantes. No caso de minha inserção no campo, o ritual de entrada é mediado pelo rapaz que me vendera o jornal no Brique da Redenção, fornecendo um certo clima de “seguridade”, pois havia rompido os trâmites de entrada no Grupo comumente utilizados pelo Grupo da Rede de Apoio. Sendo assim, o início do elo com o Grupo realiza-se através da inserção no campo da pesquisa de forma tranqüila, porque mediada por um morador de rua. Quando isso acontece, facilita e prepara a recepção dos demais integrantes, embora se seja o estranho no lugar.

Entretanto, a situação de estranho não é vivida somente por educadores ou pesquisadores que estabelecem contatos com o Grupo. Outras pessoas, ou seja, moradores de rua, estavam conhecendo o Grupo nesse dia em decorrência de convite feito por um dos participantes. Neste momento, o espaço educativo do jornal revela o quanto seu processo de construção coletiva realimenta os laços de solidariedade e de socialização de conhecimentos constituídos entre moradores de rua com vistas a fazer com que seus integrantes sejam multiplicadores da proposta educativa cidadã do Projeto, integrando mais moradores de rua ao Grupo, aspecto ressaltado durante as conversas na oficina por um dos manos da rua, Márcio, que reflete o

papel de educadores da e na cidade que exercem ao trocar e compartilhar suas experiências na elaboração de jornal com outros moradores de rua:

“... eu quando passo por eles, simplesmente eu paro e... ah, eu vou lá conversar, no meu pensamento: - Vou lá conversar com aquele guri, com aquela senhora ou com aquela guria lá, prá perguntar prá eles o que que eles pensam, o que que eles trabalham na rua, né? Como é que... se eles querem entrar no grupo, né? Eu convido. É assim que eu faço e não é só o serviço de vender o jornal, mas o meu serviço mesmo é esse aí, de tirar os outros que moram na rua prá eles conseguirem os sonhos deles. Uma casa prá eles até ter uma carroça que sempre é o pobre, né?”

A aprendizagem com vistas a inserir mais moradores na proposta do jornal *Boca de Rua* reflete a relação de pertencimento estabelecida entre os integrantes e o processo educativo do jornal, demonstrando que o Projeto viabiliza a constituição de uma rede de informação e comunicação solidária e política que se multiplica no corpo da cidade. Uma comunicação própria da rua, que amplia a dimensão educativa da e na cidade e ganha representatividade e significação quando exteriorizada nos registros das oficinas de Educação Patrimonial, evidenciando a ligação existente entre a memória individual e a memória coletiva.

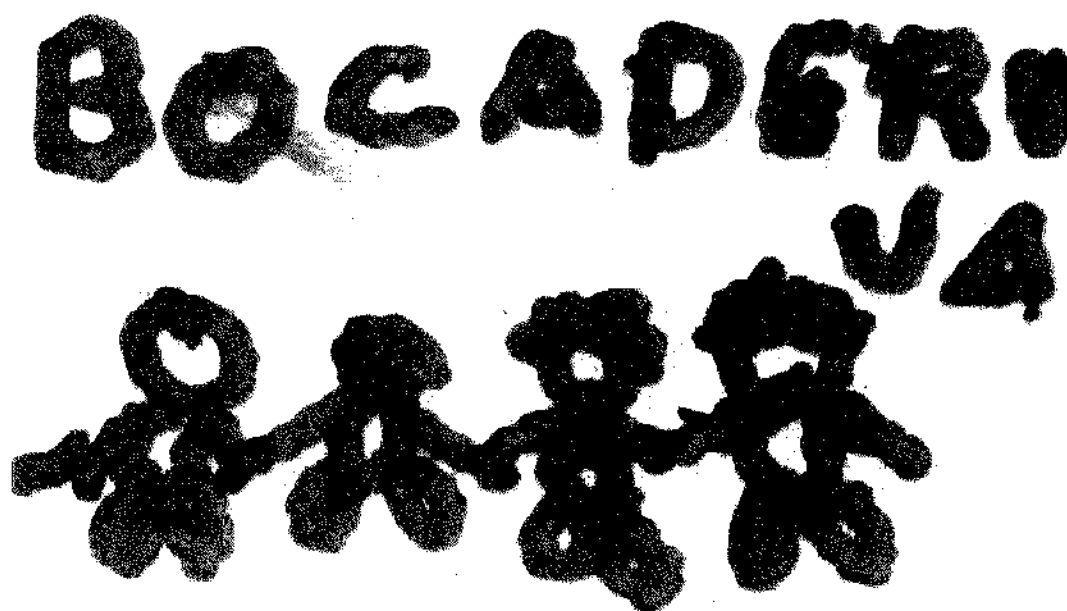


Figura 9 – Oficina de Educação Patrimonial  
(Araújo Viana – 2003)

Estas, entre outras aprendizagens, são percebidas cada vez mais por mim durante o período de observações que sucede a entrada no campo de pesquisa e após o diálogo mais efetivo com os profissionais integrantes da Rede de Apoio do Projeto para a apresentação da proposta da investigação. A proposta, apresentada em reunião posterior ao encontro com o grupo de moradores nos arredores do Auditório Araújo Viana aos profissionais da Rede, marca outro momento de meu ritual de entrada no Projeto, que neste momento de tratativas se refere à minha inserção no Grupo de apoiadores. A entrada consiste em explicar a intenção da investigação, sua proposta metodológica e sua inserção no Projeto a fim de que a pesquisa constitua um espaço educativo articulado às atividades até então desenvolvidas pelo jornal, mediante a aprovação também dos integrantes do Grupo da Rede de Apoio para sua efetivação.

Nesta primeira fase, a pesquisa conta com as contribuições da jornalista Regina, também idealizadora do Projeto. Os relatos da jornalista fornecem um panorama geral do funcionamento do Projeto, caracterizado, segundo ela, por uma sistemática de trabalho em conjunto onde se discute, se ouvem as idéias de todos e se encaminham as ações. Isso tem dado muito certo, embora haja um pouco de sobrecarga da Rede de Apoio devido ao aumento significativo dos participantes no jornal. Somadas a estas informações recebo contribuições da psicóloga do Grupo com relação às práticas de oficina estabelecidas por ela anteriormente, interrompidas até aquele momento. As colocações da psicóloga sobre o término das oficinas giram, segundo ela, em torno da dificuldade dos moradores de rua de se motivarem para um trabalho com essas características. De acordo com a psicóloga, a questão da dificuldade de engajamento do Grupo nas oficinas está ligada ao fato de haver uma expectativa da cultura de rua com relação ao interesse de retorno imediato da produção realizada, que se justifica pela dificuldade de sobrevivência na rua. Outro aspecto interessante com relação às oficinas é mencionado através da fala da profissional ao relatar a sistemática apresentada pelo Grupo durante os momentos da proposta. As oficinas acabam por demonstrar que eles se interessam muito mais em falar sobre suas vivências do que propriamente em produzir coisas, objetos.

A partir dessas colocações, é possível perceber a dicotomia existente entre a fala anterior e a última da profissional. Ou seja, ambas as falas apresentam idéias antagônicas que oferecem reflexões para a construção da proposta de oficina de Educação Patrimonial a ser desenvolvida junto ao grupo de moradores de rua a partir das duas realidades ressaltadas pela

psicóloga que, embora antagônicas, se complementam, sem incorrer na redução ou anulação de suas relações complexas.

Portanto, a inserção no grupo de apoiadores contribui para conscientizar-me sobre a exigência de compreensão do turbilhão complexo a que o Grupo convida seus profissionais a todo o momento, como o campo posteriormente demonstra. Entretanto, o mesmo turbilhão que, num primeiro momento, confunde com seu movimento de ordem e caos a lógica da Cidade Visível da qual nós, educadores, somos representantes, fornece aos poucos as aprendizagens necessárias para seu entendimento.

## 2.2 AS APRENDIZAGENS DAS MEMÓRIAS (RES)SENTIMENTOS

As etapas seguintes após o primeiro trânsito pela Cidade Visível (Rede de Apoio) e a Cidade Invisível (moradores de rua) são de participação efetiva nas reuniões de sábado através de minha apresentação oficial ao Grupo e da explanação da intenção da pesquisa, que foi aceita. O consentimento de ambos os Grupos permite o início das aprendizagens e interações no espaço educativo do jornal, fornecendo, à medida que mergulhava na densidade das Bocas da Rua, subsídios para os primeiros esboços dos itinerários educativos da pesquisa.

As aprendizagens advindas da vivência com o Grupo fornecem visibilidade maior de sua heterogeneidade e de seus ritmos nervosos, inquietos, que refletem o próprio movimento da cultura de rua, apurando meu olhar de educadora para a existência da auto-eco-organização criada e recriada pelo grupo de moradores de rua. A auto-eco-organização presente no Grupo convida a penetrar em um turbilhão de interações, uma vez que falar sobre o jornal *Boca de Rua* pressupõe falar de movimento, de um movimento de ordem/desordem marcado pelo acontecimento que atravessa qualquer tentativa de ordem permanente, composto, segundo Morin<sup>9</sup>, por idéias complementares e antagônicas que oferecem interação com a complexidade.

O movimento complexo do Grupo é expresso quando se analisa o tempo que permeia as interações da cultura de rua no processo de elaboração do jornal. Para a cultura de rua e sua

---

<sup>9</sup> Ver MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência complexa*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

memória (res)sentimento, manifestadas nas reuniões de sábado, não há unidade de horário de chegada ao Grupo nem de ações. Ao longo da reunião os integrantes agregam-se à proposta do jornal, cada um em seu tempo, revelando o tensionamento através de suas artes do fazer entre o tempo cronológico e o tempo subjetivo. A constatação desse aspecto – que é característico dos moradores de rua e pode estar ligado a várias questões, entre elas os efeitos da droga e o fato de estar “amanhecido”<sup>10</sup> (utilizando um termo da semântica da polifonia urbana) – é algo a ser considerado nas intervenções a serem estabelecidas junto a esses grupos. Tanto a cultura de rua quanto a memória (res)sentimento têm seu tempo.

A diferença das noções temporais específicas da rua sugere a aprendizagem de uma ética da compreensão entendendo que, no espaço em que habitam, o que prevalece não é o nosso tempo. O entendimento de que a temporalidade da rua apresenta suas particularidades e complexidades faz com que, uma vez mergulhados em sua lógica, tenhamos que desnaturalizar – pelo menos durante o tempo que se processa a intervenção – as concepções de tempo único incorporadas pelas vivências temporais da Cidade Visível e suas instituições.

É preciso ligar a idéia de reversibilidade e de irreversibilidade, a idéia de organização à complexificação crescente e a idéia de desorganização crescente. Eis o problema com o qual se defronta a complexidade! Enquanto o pensamento simplificador elimina o tempo, ou concebe somente um tempo único (aquele do progresso ou aquele da adulteração), o pensamento complexo afronta não somente o tempo, mas o problema da politemporalidade em que se encontram ligados a repetição, o progresso e a decadência (MORIN, 2000, p. 50).

Aí reside uma das riquezas do aprendizado com o Projeto do jornal que, de forma sensível, preconiza seu trabalho respeitando os ritmos e os tempos de cada um, aspecto ressaltado pela jornalista Regina quando enfatiza o cuidado em não fazer com que se formalize ou institucionalize o movimento de criação do jornal. Muito embora se tenha a impressão de que o caos impera no momento de reunião, existe uma ordem que não é original mas que está, que é criativa, que produz, como atesta o próprio jornal. Isso permite tomar consciência dos movimentos complexos que constituem o grupo referendado por Morin<sup>11</sup> quando trata sobre a auto-eco-organização como uma interação em forma de turbilhão onde coexistem elementos de ordem e desordem, chamando atenção para o fato de essa organização estar sempre em um equilíbrio instável e, portanto, provisório.

<sup>10</sup> Termo usado pelos moradores de rua quando têm uma noite mal-dormida.

<sup>11</sup> Ver MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

O funcionamento auto-eco-organizativo do Grupo trazido para o espaço do jornal pelas vivências na rua faz com as intervenções no campo educacional abandonem o terreno das certezas e passem a habitar e flertar com o terreno das incertezas. O educativo do jornal redimensiona a pedagogia moderna, seus tempos, espaços e interações no contato com essas populações, fazendo com que haja uma valorização positiva da dinâmica de funcionamento das lógicas da rua nos programas educativos.

Durante as fases de encaminhamentos da reunião percebo também que o movimento e a organização dos trabalhos são constituídos pela própria dinâmica da rua, suscitando um aspecto importante ao transitar por esse universo: a negociação por parte do Grupo de moradores de rua e dos profissionais envolvidos no trabalho acerca de impasses e as diferenças de idéias. Este processo, que diz respeito à consciência dos apoiadores acerca dos espaços e tempos plurais da escola da rua, faz com que os dispositivos de controle e disciplinamento apreendidos por nós e estabelecidos nas instituições educativas não funcionem tão eficazmente quando inseridos na complexidade da rua. Exigem negociação permanente entre os agentes envolvidos no trabalho do jornal, aspecto esquecido nas práticas profissionais das instituições de assistência a moradores de rua, conforme demonstra a fala de Lúcio ao abordar sobre a sistemática de ações aplicadas nos albergues:

“Eles chegam já de soco conhecendo a situação dos moradores de rua, **achando que a forma deles de pensar é a forma que deve ser aplicada na instituição e assim deve mudar.** (grifo meu) Enquanto que não, enquanto que no meu ver... como é o Boca de Rua: - Vamos sentar, vamos conversar, vamos ouvir, vamos trocar experiências, vamos conhecer a causa, vamos ver os efeitos da causa, vamos ver as ações dessa, dessa causa.”

Sendo assim, a liquidez da rua resiste à captura. Seu tempo é o da simultaneidade de ações que compõem uma coreografia nervosa de gestos, olhares e movimentos que se deslocam constantemente como resistência a qualquer movimento de captura. Tal dinâmica desafia nosso olhar geometrizar como um balé profano, devido a sua agilidade demoníaca. A cartografia da rua instiga, desafia a compartilhar de seu turbilhão e de seu caos.

O movimento de auto-eco-organização de cultura da rua e suas memórias (res)sentimentos redimensionam os olhares e percepções acerca daquilo que consideramos marginal, demoníaco e profano, assim definido por não podermos apreendê-lo, capturá-lo ou

domesticá-lo. A cultura de rua implica na reeducação do olhar, pois é necessário aprender a ver: ver em outra perspectiva, ver com os sentidos, aprender a ver através dos gestos, olhares e odores. A complexidade da rua, embora temerária, é sedutora porque escapa quando pensamos que a prendemos. A aprendizagem sob forma de um enamoramento conflitivo e amoroso pode ser rica ao possibilitar um encontro com nossos próprios demônios. Pode ser exaustiva, frustrante e desmotivadora enquanto insistimos em promover uma Educação preocupada em ordenar o que não pode ser ordenado ou quando buscamos recorrer às tentativas fechadas de categorização, com a pretensão de definir o que é complexo.

A existência de uma autonomia relativa que respeita a própria auto-eco-organização da cultura de rua é visível na própria arte do fazer do jornal através da fala da jornalista Andréia, complementada logo a seguir por Lúcio na oficina do jornal, realizada no 3º Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

“...como é que a gente faz a estrutura do jornal, porque é uma coisa que surgiu até na nossa reunião das publicações internacionais. As pessoas de lá diziam :- Mas a história deles é tão deprimente. Por que que alguém vai querer ver, ler as histórias? Eu lembro que teve uma discussão bastante acirrada lá em função disso, porque tem jornais que dizem: - Eles vão estar sempre falando de coisas ruins e a nossa idéia é justamente isso: não são coisas ruins, são histórias, histórias deles é a própria realidade.”

“Como a gente escolhe os temas: A gente vê os assuntos, escolhe os assuntos e faz uma votação por assunto, e aquele assunto mais votado é o tema do Jornal. Aí a partir do tema escolhido do... jornal a gente já começa a parte de entrevista e de botar no papel a fala de alguns que preferem falar e que a sua fala seja escrita a punho e não pelo... no gravador. ... É lida essa matéria, feita por um de nós ou de alguém da coordenação, e a gente vê aquilo que a gente acha. Se tá certo, se não tá, o que deve ser tirado, o que que não deve ser tirado, ou seja, a gente bota todos os pingos nos is conforme a nossa forma de pensar. E eu acho que isso é muito importante, porque a maneira como nos expressamos e a maneira como nós pensamos é como está no jornal. Fica aquilo ali que a gente falou, que a gente disse.”

As contribuições transcritas desnaturalizam, além das noções de tempo já mencionadas anteriormente, as noções de espaço educativo, tendo em vista que a gestão de suas aprendizagens tem como lugar a Cidade e seus espaços públicos, no caso do jornal *Boca de Rua* o Parque da Redenção, mais precisamente o entorno do Auditório Araújo Viana.

A proposta educativa com base nas memórias (res)sentimentos desinstitucionaliza os olhares e definições institucionais a respeito do que comumente consideramos espaço educativo, quase sempre relacionado às instituições escolares. Ao provocar a problematização em torno do conceito de espaço educativo, o jornal *Boca de Rua* apresenta a possibilidade de, como educadora, fazer a seguinte reflexão diante das aprendizagens existentes em iniciativas educativas como as promovidas pelo jornal: o que esses espaços educativos não-institucionalizados oferecem de elementos para enriquecer as discussões e práticas educativas da e na cidade contemplando também a memória e as políticas de gestão da cidade?

Os elementos são vários e complexos, alguns já evidenciados ao longo do presente texto; outros ainda se tornarão visíveis porque anunciam um constante devir que não se esgota neste trabalho. Ao referir-me à noção de espaço educativo oferecido pelas contribuições dos integrantes do jornal, agrego o fato de ele representar um espaço político-pedagógico que rompe a rigidez das grades dos espaços institucionais da Cidade Visível quando Lúcio relata a aproximação do jornal com outras instituições ligadas a trabalhos de assistência social direcionados por moradores de rua, demonstrando a ética da solidariedade e o compromisso social do jornal com a vida da e na cidade:

“A gente vai nas instituições. A gente fez uma matéria com os sem infância. A gente foi até a rodoviária, entrevistou os meninos da rodoviária. Fizemos denúncias porque esse jornal gerou uma denúncia.”

A ação político-pedagógica do jornal *Boca de Rua* no contexto das problemáticas urbanas e das interações com espaços institucionais revela a contribuição dos movimentos sociais nos processos vividos da cidade, além de servir como rede de integração e divulgação de uma antropolítica educativa defendida por Morin de reconhecimento da cultura de rua, compartilhada por outros moradores de rua, como afirma Priscila, integrante do jornal.

“Tem até morador de rua que compra. Tipo gente que puxa carrinho, se interessa também e compra, sabe? Compra o jornal e passa prá outras pessoas e falam bastante do jornal, sabe? No centro o nosso jornal já é mais conhecido como produto. Todo mundo sabe.”

O movimento líquido da cartografia urbana realizado através da ação coletiva e pedagógica do jornal amplia sua abrangência educativa ao promover também o encontro entre



o sólido e o líquido nos Lugares de Memória da cidade onde o Grupo inscreve os itinerários educativos de suas memórias (res)sentimentos. No caso do *Boca de Rua*, nos arredores do Parque da Redenção e da Cidade Baixa, onde circulam para a venda do jornal e onde socializam suas experiências com a Cidade Visível, mostrando a possibilidade de diálogo entre os diferentes, por meio das contribuições de Priscila:

“Aqui na Redenção até quando tu tá vendendo jornal prá pessoas ... Báh! Assim elas não conhecem, tu vai explicando prá elas daí elas já tentam saber mais sobre o jornal. Nós queremos saber da tua vida... daí tu começa a contar, contar... e quando tu vê passa o tempo. E aí tu vai oferecendo prá alguns. Alguns são até estúpidos: - Não, não! Mas tem uns que são legais, báh! Tu fica conversando assim... tu vê as horas já passam.”

Sendo assim, através do movimento educativo do jornal *Boca de Rua*, o espaço educativo do Parque da Redenção, para onde migram constantemente as memórias (res)sentimentos das Bocas da Rua, simboliza a tênue linha que ora separa e ora une as imagens e os imaginários, bem como as trajetórias educativas do visível e do invisível, apresentando em certos momentos um afrouxamento das éticas que fazem parte das concepções da Cidade Visível e da Cidade Invisível.

O processo de elaboração e revitalização das memórias (res)sentimentos provocado pela ação educativa do jornal *Boca de Rua* estabelece nesse e em outros espaços da cidade a possibilidade de efetivação enquanto produção educativa de uma interlocução, de uma dialógica cultural <sup>12</sup> de aproximação entre as duas Cidades, tornando visíveis a pluralidade de suas interações e a socialização de saberes e trajetórias. É um processo educativo que se baseia na aprendizagem de uma ecos planetária decorrente da antropolítica com vistas à educação do humano e ao entendimento de que as problemáticas sociais da cidade dizem respeito a todos. Neste contexto educativo da cidade, o jornal representa uma proposta de Educação Patrimonial, uma vez que sua auto-eco-organização se efetiva mediante o registro, a revitalização e a socialização de um patrimônio humano que se auto-regenera por meio do compartilhar das memórias (res)sentimentos dos moradores de rua, auto-regeneração que emerge nos momentos de reunião e do encontro com a Cidade Visível a partir da socialização das dores e alegrias acompanhadas de rituais de vida e morte, elementos constituidores da

<sup>12</sup> Dialógica que, segundo Morin, pressupõe a coexistência e a emergência da pluralidade/diversidade, dos pontos de vista antagônicos e complementares, vivência constantemente inibida pelo *imprinting* cultural e a normalização.

cultura de rua. Portanto, o jornal se presentifica como registro de uma memória que não aceita o esquecimento, revelando uma cognicidade, ou seja, uma cognição da e na cidade encharcada pelo vivido.

A função política da cognicidade do jornal *Boca de Rua* remete a uma ética de compreensão, fazendo com que os Lugares de Memórias habitados pela cultura de rua sirvam de aprendizagem e de laboratório para o exercício da convivência solidária entre ambas as Cidades, a Visível e a Invisível, uma convivência exercitada entre os moradores de rua e demais habitantes da cidade preconizadora de espaços de cura que desencadeiam relações como as mencionadas por Priscila, que resistem à predominância da crueldade do mundo:

“... teve um dia que tava eu oferecendo de um lado e o André do Bombom tava oferecendo lá embaixo e eu tava né... mas daí ele não tinha feito todo mundo ainda, né? Ele tinha feito só um lado e daí eu fiz o outro, eu vendi ele fez o lado dele. Daí ele foi... foi pro lado dele, eu fui pro meu, é isso aí. É que prá ti vender o jornal tu tem que ter união com as pessoas e saber compreender elas.”

O calor cultural desencadeado pela complexidade das interações tempo-espaço e da ética das memórias (res)sentimentos incidem nas discussões e escolhas das temáticas tratadas nas matérias do jornal. Todas buscam chamar atenção não só para a necessidade de atendimento de demandas específicas de quem sobrevive na rua, mas também evidenciam a complexidade que as envolve, indicando caminhos possíveis para um repensar das políticas públicas de Gestão da Cidade, da Educação, da Memória e do Patrimônio.

### **2.3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A MEMÓRIA DAS BOCAS DA RUA**

As aprendizagens adquiridas durante a primeira etapa da pesquisa, marcada pela convivência com o Grupo nas reuniões do jornal *Boca de Rua*, conjugadas com as anotações e leituras das notas de campo, foram delineando os itinerários da pesquisa qualitativa de natureza participante em sua dimensão teórica e prática a partir da evidência de algumas temáticas apresentadas durante o convívio com os moradores a serem consideradas e revitalizadas pela metodologia de Educação Patrimonial no contexto das realidades patrimoniais da rua. Entretanto, a aproximação com a sistemática da dinâmica do jornal,

somada às leituras e releituras das notas de campo, proporcionam a descoberta extremamente significativa no que diz respeito à efetivação da metodologia no campo de pesquisa.

A descoberta reside no fato de o próprio jornal, com sua dinâmica auto-eco-organizativa de rua, apresentar no processo de sua elaboração um movimento de Educação Patrimonial desenvolvido no corpo da cidade, oriundo da ação político-pedagógica de um grupo social complexo cuja diversidade de memórias e vivências acrescenta ao terreno das descobertas que o campo indica mais um de seus elementos educativos. A metodologia de Educação Patrimonial do jornal é gestada em um espaço pedagógico não-institucional, ao contrário das ações pedagógicas patrimoniais, comumente restritas a espaços educativos institucionalizados, como museus, arquivos, escolas e memoriais, quase sempre mediadas por planejamentos pré-estabelecidos pelos técnicos da área patrimonial.

A constatação desta forma de gestão da memória patrimonial registrada e revitalizada nos espaços da cidade pelas artes do fazer de um grupo de moradores de rua é resultado da análise da sistemática de elaboração do jornal, que apresenta em suas etapas os pressupostos metodológicos da Educação Patrimonial: Identificação, Registro, Valorização e Revitalização.

De acordo com minhas vivências com a metodologia de Educação Patrimonial, é possível visibilizar uma aproximação entre as discussões patrimoniais das últimas décadas do século recém-findo em torno da proposta educativa permeada nos espaços museais de todo o mundo e o movimento patrimonial do Grupo do *Boca de Rua*, agregando outros elementos trazidos pelas especificidades da cultura de rua. Esta aproximação fornece subsídios que podem enriquecer ainda mais as discussões atuais sobre o tema e a efetivação pedagógica da metodologia junto a grupos sociais tão complexos como os moradores de rua e a implicação que a iniciativa do jornal propõe, com vistas a desinstitucionalizar as concepções geometrizes de Educação, Patrimônio, Memória e Lugares de Memórias da Cidade Visível, potencializando um convite lançado por Husserl e retomado por Morin (2000, p. 20): “*A descobrir o mundo da vida que nos é cotidianamente familiar e, portanto, cientificamente desconhecido*”, um mundo onde as mazelas, dificuldades, denúncias e a reivindicação do direito à vida e à memória tornam visível o invisível a partir, primeiramente, da identificação que as memórias (res)sentimentos realizam ao elaborar o jornal.

A etapa de identificação no processo do jornal representa o momento em que seus integrantes exercitam, através da boca indignada que grita, a análise e os significados das trajetórias das memórias (res)sentimentos no cotidiano da cidade. A partir do levantamento de questionamentos e problemáticas vivenciadas, as memórias (res)sentimentos são transformadas em temáticas que revitalizam o patrimônio humano que constitui o Grupo.

Elencadas as temáticas, o próximo passo é a etapa de registro desenvolvida através das semânticas polifônicas da linguagem da cultura da rua por meio de relatos, entrevistas, desenhos e fotografias.



Figura 10 – Reunião do jornal Boca de Rua  
(Parque da Redenção – 2002)

A partir do registro, as Bocas da Rua ganham visibilidade mediante a gestão das memórias (res)sentimentos de seus itinerários educativos, uma vez que as ações pedagógicas que dela advêm pressupõem a preservação, valorização e divulgação de suas vivências patrimoniais no corpo da cidade. Nesta perspectiva, a cultura de rua demonstra que:

Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura, a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, em nós... (FREIRE, 1998, p. 33).

A limpidez mencionada por Freire refere-se ao exercício educativo e político que o jornal viabiliza no corpo da cidade, enquanto um movimento de Educação Patrimonial que estabelece as relações e imbricamentos das tramas que ligam as trajetórias dos sujeitos que fazem o cenário citadino, já mencionadas no capítulo anterior. Ao promover conexões entre os saberes plurais de seus integrantes e os saberes da Cidade Visível, o Projeto do jornal efetiva a etapa da valorização e revitalização das memórias (res)sentimentos, ao culminar o seu processo com a divulgação de seus registros exercida durante a venda. O ato da venda do jornal nos diferentes espaços da cidade revitaliza a concepção de que a memória é também trabalho coletivo e individual que mantém a sobrevivência material e também existencial de seus elaboradores, pois, além de significar um retorno financeiro, lhes fornece elementos de resistência ao esquecimento.

Por outro lado, a Educação Patrimonial desencadeada pelo jornal *Boca de Rua* permite que a Cidade Visível se aproxime da complexidade e multiplicidade das várias formas de fazer e expressar a Memória, a Cidade e a Educação, viabilizando a crítica social necessária para uma gestão da cidade que, além de atender às demandas suscitadas pela realidade da rua, reedifique o olhar da Cidade Visível e suas percepções para o exercício da convivência solidária entre as diferentes culturas dos grupos sociais que habitam os centros urbanos. O aprendizado que a Educação Patrimonial das Bocas da Rua fornece vai ao encontro do que a pesquisadora portuguesa Duarte (1993, p. 67) define como sendo uns dos aspectos essenciais da proposta educativa da metodologia, que sintetiza a ação pedagógica de valorização e de revitalização concretizado pelo grupo: “*A Educação Patrimonial é, sobretudo, aprender a ver, parar por momentos, descobrir, falar sobre os objetos, os espaços, as pessoas*”.

A tomada de consciência a respeito do movimento de Educação Patrimonial, já preconizado pelo Grupo, redimensiona o olhar e a idéia inicial da qual estava apropriada ao me dirigir ao campo de investigação com relação à metodologia e sua interação no universo da rua. A ação educativa patrimonial do jornal acaba por demonstrar que a metodologia estava se processando, muito embora não houvesse clareza quanto a isso, tanto do Grupo de moradores de rua quanto do Grupo da Rede de Apoio.

Desta forma, os movimentos da auto-eco-organização do campo de investigação aproximam os educadores de uma antropolítica criada e recriada pelo Grupo nos espaços da

cidade, antropolítica que religa os saberes/fazeres das memórias (res)sentimentos dos moradores de rua com as formas de gestão da cidade e as práticas das instituições educativas como a escola, somente visível mediante o estabelecimento de uma ética da compreensão, ou seja, da ética baseada em uma relação de dialogicidade e solidariedade revitalizada constantemente nas relações com o Grupo. Nesse sentido, a intenção da pesquisa, além de investigar as aprendizagens explicitadas pelas memórias (res)sentimentos através das oficinas de Educação Patrimonial, abre um espaço de discussão acerca de seus pressupostos metodológicos no que se refere às possibilidades educativas nesta realidade específica e suas contribuições para o campo da Educação.

As descobertas do campo com relação à metodologia de Educação Patrimonial provocam o exercício de retomada de minha postura enquanto pesquisadora, auxiliando nas reflexões não somente acerca da perspectiva metodológica adotada pela pesquisa, mas principalmente no que diz respeito às relações a serem estabelecidas durante as intervenções em forma de oficinas de Educação Patrimonial junto aos integrantes do *Boca de Rua*. Isso faz com que a investigação, enquanto produção de conhecimento científico, se revista ao longo de sua tessitura de um caráter que não se reduz à simples observação e descrição das interações criadas e recriadas por seus participantes. Neste sentido, a produção do conhecimento oriundo das vivências com o grupo contribui para uma reflexão necessária sobre as relações até então preconizadas entre a ciência e as realidades sociais referendada por alguns pesquisadores na atualidade.

Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade (SANTOS, 1999, p. 8).

A dimensão ética da pesquisa, questão indispensável para a compreensão da dinâmica da metodologia de Educação Patrimonial em um contexto complexo como o da memória da cultura de rua, coloca como fundamental o estabelecimento de relações educativas horizontalizadas onde a troca, o exercício da escuta, a desnaturalização de conceitos e o respeito às vivências de cada um envolvido no processo possam ser compartilhados mediante

o encontro muitas vezes prazeroso e conflitivo entre as visões e percepções dos interlocutores de ambas as Cidades, a Visível e a Invisível.

Desta forma, os momentos da oficina, ao se constituírem como proposta e espaço de socialização das memórias (res)sentimentos e suas trajetórias educativas na cidade, bem como produção de conhecimentos e também de coleta de dados para a pesquisa, pressupôs uma interação efetiva entre meu universo de pesquisadora e representante da Cidade Visível e o universo da rua dos pesquisados, representantes da Cidade Invisível, utilizando as aprendizagens da metodologia explicitada nas reuniões do jornal. Portanto, ao mesclar as aprendizagens patrimoniais do Grupo com vivências anteriores da metodologia de Educação Patrimonial no âmbito escolar e da cidade, a proposta das oficinas mistura o que, segundo a lógica de vigilância da Cidade Visível, insiste em manter separado, ou seja, as teias e as tramas que aproximam as duas Cidades. A partir dessa mistura, a oficina inicia buscando retomar os aspectos e as demandas apresentadas durante as reuniões do jornal considerando a auto-eco-organização de sua ecologia humana preconizadora de uma antropolítica com conteúdos diversos, que apresentam ao terreno da visibilidade as memórias de suas tramas coletivas e individuais reveladoras da complexidade de suas éticas educativas.

Ao longo da pesquisa, as complexidades das memórias das Bocas da Rua e seu movimento de Educação Patrimonial revitalizador do patrimônio humano da e na cidade demonstram sua intrínseca relação com as tentativas dos dispositivos de vigilância e segurança, adotados pela Cidade Visível cada vez que as pluralidades das artes do fazer das memórias (res)sentimentos da rua se manifestam como um risco a ser contido e muitas vezes eliminado. Tais dispositivos, alguns já exemplificados em relatos anteriores, evidenciam o tensionamento bastante óbvio entre as duas Cidades. Porém, o conteúdo dos dispositivos de vigilância, suas ações educativas arbitrárias e seu embate cotidiano com as memórias (res)sentimentos, divulgadas e exercidas pelo jornal nos espaços da cidade permitiram o aprofundamento da questão ao longo das vivências compartilhadas na oficina.

Os questionamentos que as memórias (res)sentimento suscitavam fluem na direção de tentar perceber que outros elementos, além da luta de classes e da desigualdade econômica, incidem também nas medidas de controle e nas reações repressoras de vigilância a que estava sujeito o Grupo do jornal *Boca de Rua*. A necessidade de mergulhar mais intensamente no

processo de Educação Patrimonial do jornal, buscando compreender um pouco mais sobre a reação violenta que provoca ao estabelecer o cruzamento entre a linha tênue do Visível e Invisível, é oriunda dos relatos freqüentes, feitos pelo Grupo, denunciando as agressões sofridas durante a divulgação e a venda do jornal nos espaços da cidade.

Dentre os relatos destaco dois episódios vivenciados por alguns dos integrantes do Grupo em espaços urbanos diferenciados. O primeiro ocorre no centro da cidade, tendo como cenário um dos eventos culturais mais efervescentes de Porto Alegre, a Feira do Livro. Durante o evento, dois integrantes são expulsos por policiais militares ao circular pela Feira vendendo e divulgando o trabalho do *Boca de Rua*. Um deles afirma ter apanhado por causa do jornal. O relato é completado com a afirmação de que os policiais teriam falado que “*esse jornalzinho não adianta, não presta prá nada*”. O segundo relato sobre a questão é narrado por um dos casais que participam do Grupo. Ocorre no Parque da Redenção em um dos domingos do Brique. O casal está com exemplares do jornal próximo a um restaurante sem, no entanto, importunar os clientes que estão almoçando, pois essa é uma das regras discutidas nas reuniões do jornal. Os vendedores devem esperar que as pessoas terminem de almoçar para, posteriormente, pedir licença ao dono do bar ou restaurante para vender o jornal, seguido do consentimento dos clientes. Nesse dia, porém, segundo testemunhas, os dois são quase agredidos fisicamente por estarem próximo ao restaurante. A atitude ofensiva parte de um dos funcionários, que chega a pegar os jornais para rasgar e jogar fora. Entretanto, as pessoas presentes no estabelecimento, ao presenciar a cena, se mobilizam em defesa do casal devido à atitude agressiva e infundada do funcionário.

A revitalização dos dois acontecimentos apresentados pelo movimento de Educação Patrimonial do jornal, que possui como um de seus pressupostos metodológicos a socialização das memórias, acaba por tornar visível o fato de o jornal apresentar em sua ação educativa uma política cultural na qual as memórias (res)sentimentos se potencializam através da Educação Patrimonial preconizada pelo Grupo e sintetizada em forma da boca e da garganta que grita, corporificada pela logomarca.

Política cultural gestada em espaços educativos da cidade não-institucionalizadas, que representam as formas criativas, e políticas de resistência aos enquadramentos propostos pelas políticas públicas normativas no âmbito da Educação, da Memória e do Patrimônio e suas



tentativas de silenciamento e esquecimento das bocas a que faz menção a cultura de rua são tentativas presentes não só nos espaços públicos da cidade, mas também nas instituições educativas explicitadas no capítulo anterior, quando as Bocas da Rua revelam, por meio de seus olhares e narrativas, o embate entre memórias existentes no corpo da cidade e nas instituições escolares da Cidade Visível.

A visibilização da política cultural existente na prática patrimonial do Grupo agrega à metodologia de Educação Patrimonial – mediante o olhar e as produções de sentidos das memórias (res)sentimentos concretizadas na rua – um conceito a que denomino cognicidade durante a pesquisa. O conceito de cognicidade desenvolvido ao analisar a Educação Patrimonial existente no Grupo coloca na pauta dos debates educacionais a pertinência da compreensão, por parte dos educadores, de que a cidade é um espaço onde práticas sociais e educativas complexas inscrevem seus registros, compondo um processo de elaboração de conhecimentos e formas de participação efetivas que oferecem ao campo da Educação outras produções de sentidos e itinerários educativos. Seu reconhecimento permite a aproximação e a aprendizagem através do contato com as múltiplas dimensões e cartografias do espaço urbano, entendendo-o como um Lugar de Memória que também educa. É uma Educação que, ao mesmo tempo em que se esforça para manter o caráter geometrizar, centralizador, disciplinador das políticas públicas de gestão da cidade e da Educação, se vê mergulhada na cognicidade fluída da cultura de rua e sua antropolítica advinda de uma política cultural que considera o humano e seus sistemas plurais de representação e de identificação mediante movimentos sociais como o dos moradores de rua do jornal *Boca de Rua*.

Portanto, os dispositivos de vigilância, desencadeados pelo contato da Cidade Visível com a proposta da Educação Patrimonial do jornal, além de quererem manter o controle e a higienização dos espaços públicos da cidade ao ignorarem a existência das desigualdades sócio-econômicas e tentarem realizar o apagamento das memórias e vivências dos itinerários educativos dos moradores de rua, revelam também a necessidade do pensamento moderno de controlar as formas inventivas que a cognicidade dos saberes/fazeres da cultura de rua realizam cotidianamente. No caso específico do jornal, as denúncias e reivindicações de cidadania e do direito à memória dos moradores de rua, mesmo que presentificadas em um universo considerado caótico e obscuro, deflagram as tentativas institucionais de manter essa cognicidade no campo da invisibilidade, bem como sua antropolítica.

Ao deparar com esse elemento que conduz a um aprendizado enquanto educadora e pesquisadora dos Lugares de Memória das Bocas da Rua, torna-se cada vez mais claro o desafio que o campo coloca no sentido de desnaturalizar as práticas educativas incorporadas em nossa formação, também presentes nas práticas de pesquisa. Diante da liquidez fluída da cognicidade apresentada pela Educação Patrimonial das memórias (res)sentimentos das Bocas da Rua, fica cada vez mais evidente nossa condição de aprendizes da rua.

Como aprendizes da rua, a busca incessante do controle, lição aprendida e incorporada durante a vida escolar e a formação profissional, precisa dar lugar ao inusitado, permitindo que a metodologia de Educação Patrimonial, potencializada no campo da Educação, se encharque do vivido que as múltiplas Bocas da Rua revelam. A condição de professor-aprendiz faz com que os espaços educativos formais ou não-formais não se reduzam a simples lugares de aplicabilidade de metodologias, e sim representem para os educadores campos de possibilidade para aprendizagens significativas.

Com base nessas aprendizagens, ao longo da convivência de um ano com o Grupo, a oficina se constitui primeiramente como um espaço educativo dentro da proposta do jornal, e posteriormente de forma autônoma no espaço das oficinas Aprendizes da Rua, após a ruptura com a Rede de Apoio, onde se efetivaram e ainda se efetivam reflexões, socializações e ações pedagógicas com o intuito de validar as aprendizagens e itinerários educativos das memórias (res)sentimentos, fazendo com que os educadores possam redimensionar seus olhares e atuações ao construir coletivamente trabalhos com esse público. Portanto, o momento da oficina representa um espaço que, somado ao trabalho do jornal, passa a construir, de acordo com os processos individuais dos integrantes, algumas soluções possíveis para as problemáticas que envolvem os moradores de rua indicadas nas matérias do jornal, fazendo com que sejam potencializadas como material didático-pedagógico nos encontros semanais.

A construção da proposta da oficina a partir do itinerário educativo supracitado é resultado da percepção de que a dinâmica da cognicidade presente nas reuniões em torno da construção do jornal, associada ao grande número de participantes e à diversidade de demandas dos moradores de rua, deixa escapar alguns elementos que, retomados na oficina de Educação Patrimonial, contribuem para um processo educativo da e na cidade. Dentre eles destaca-se a necessidade de desenvolver junto ao Grupo, mediante a oficina, um espaço em

separado para o exercício de forma mais incisiva da escuta do outro, para o estabelecimento de relações de convivência e a valorização das potencialidades criativas existentes no Grupo, bem como trabalhar algumas demandas auxiliando o Grupo da Rede de Apoio no encaminhamento das ações dos técnicos.

Com base nessas constatações da aprendizagem já constituída pelo Grupo e nas informações anteriores sobre a experiência das profissionais da Rede de Apoio, configura-se o itinerário teórico-prático da oficina, servindo de base para o desenvolvimento das temáticas patrimoniais que reativam outras abordagens das memórias (res)sentimentos, suas éticas e estéticas, permitindo não só divulgar e socializar os conhecimentos, mas também compreender suas estruturas de pensamento e como elas se metamorfoseiam e se organizam, fazendo parte do corpo da cidade.

No entanto, o levantamento das temáticas a partir do ouvido, observado e discutido com o Grupo não significa que as ações da oficina tenham traçado um caminho fechado, pré-estabelecido e determinado. A função do delineamento da produção teórico-prática das oficinas, esquematizada abaixo, representa a tentativa da pesquisa de partir de um solo sujeito à fluidez movediça que as memórias (res)sentimentos trazem com seus itinerários.

Ética da compreensão  
 auto-eco-organização  
 memórias (res)sentimentos  
 dialogicidade – solidariedade

Antropolítica  
 coletivo – individual  
 complexidade  
 I  
 Memória – Cidade – Patrimônio

Educação Patrimonial  
 cognicidade

A configuração do itinerário acima apresenta o esboço provisório do plano de ação inicial das oficinas, que consiste em

- realizar uma prática educativa através de oficinas para a revitalização da antropolítica (política do humano) a partir dos saberes construídos cotidianamente pelos sujeitos, utilizando a metodologia de Educação Patrimonial;
- potencializar a proposta de metodologia de Educação Patrimonial no Grupo, valorizando seu patrimônio humano, considerando as memórias, as cartografias e as relações de pertencimento construídas pelos sujeitos (memória individual + memória coletiva do grupo), religando suas artes do fazer com a cidade, ou seja, o contexto em que são constituídas suas trajetórias;
- criar um espaço educativo de ressignificação através da potencialização das memórias (res)sentimentos, com vistas a compreender sua lógica a fim de mostrar os tensionamentos existentes entre as duas Cidades, a Visível e a Invisível, e seus conteúdos educativos;
- promover o embricamento entre a memória individual (participantes do Grupo), memória coletiva (Grupo, relações, tramas) e memória da cidade (políticas públicas) que suscitem um repensar das políticas públicas no campo das gestões da Educação, Memória, Patrimônio e Cidade;
- revitalizar o patrimônio afetivo através das vivências da oficina, a fim de constituir um espaço de socialização de idéias e trocas, respeitando as complexidades das formas de ser e existir do grupo.

Para estabelecer as intencionalidades da proposta educativa da oficina de Educação Patrimonial com as contribuições dos moradores de rua, fez-se necessária uma reflexão sobre como preconizá-las juntamente com o Grupo. A experiência com as reuniões do jornal indicou a receptividade do Grupo para engajar-se em atividades que permitam o registro e a explicitação de suas estéticas. Sendo assim, o encontro com o jornal fez com que a intervenção partisse da consciência da existência das estéticas da rua apresentadas nos traços, nas cores de seus registros e nos lugares de memória revitalizados no jornal, estéticas cujas representações se tornam visíveis através da boca vermelha e aberta da logomarca do jornal.

Ao utilizar a boca da logomarca como metáfora, as estéticas das Bocas da Rua trazem à tona o marginal e sua potência criativa, seus sonhos, desejos, tristezas e indignações. Além disso, a cultura de rua apresenta ao campo do visível seu movimento de migração constante, cuja inventividade compõe uma arqueologia urbana materializada por uma ecologia humana que se apropria da cidade e que a humaniza com seu imaginário, numa contraposição à concepção de cidade imagem.

... o imaginário corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimentos pela multiplicação do significado, atribuir significados a significados; suas produções não são únicas, mas se acumulam e passam a significar mais por um processo associativo onde um significado dá origem a um segundo ou terceiro, e assim sucessivamente. Pelo imaginário, a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhes deu origem (FERRARA, 1997, p. 194).

Conhecer e compreender o processo de criação do imaginário das estéticas das artes do fazer apresentadas pelos moradores de rua e a ética que as constitui passa a ser uma dimensão cada vez mais considerada na pesquisa ao longo das atividades construídas pela dinâmica das oficinas. Entretanto, o inusitado traria também outros elementos que enriqueceram ainda mais seu itinerário, revelados durante os encontros com o Grupo. Cada desafio apresentado pela cultura de rua durante as oficinas simboliza um convite que permite paulatinamente mergulhar um pouco mais no turbilhão de suas interações.

## **2.4 A OFICINA E A METODOLOGIA COMO PROPOSTA EDUCATIVA**

A oficina e a metodologia de Educação Patrimonial realizada em seus momentos de encontro, primeiramente aos sábados e posteriormente nas tardes de quinta-feira, é desencadeada a partir da relação de pertencimento estabelecida pelo Grupo através do trabalho do jornal. O entendimento do jornal como elemento aglutinador em torno do qual se explicitam as memórias individuais de cada um dos integrantes, servindo de registro e revitalização das memórias (res)sentimentos da cultura de rua, passa a ser o ponto de partida para as primeiras ações educativas das oficinas de Educação Patrimonial.

O desafio que a lógica da cultura de rua coloca para mim como educadora disposta a somar a experiência adquirida com a metodologia em espaços escolares e museais e as vivências patrimoniais dos moradores de rua é, neste momento de construção da oficina, o de viabilizar o engajamento dos integrantes do Grupo em um trabalho capaz de fomentar a produção criativa, dando espaço para a explicitação das habilidades e talentos existentes, não ignorando a necessidade de gerar meios de sobrevivência. Isso coloca a importância de agregar os dois aspectos ao fazer pedagógico da pesquisa, articulando-os à intencionalidade da proposta das oficinas neste contexto, sob pena de correr o risco de não conseguir mobilizar o Grupo. Diante dessa dinâmica, bem própria da cultura de rua e perfeitamente justificável considerando as condições difíceis em que se encontram os moradores de rua, a auto-eco-organização do Grupo reivindica uma contrapartida da sistemática da oficina.

A contrapartida no contexto das relações negociadas entre a Cidade Visível e a Cidade Invisível encontra-se associada à conquista da confiança e da credibilidade perante o Grupo e dá lugar a outro aspecto que envolve as interações estabelecidas nesta realidade: a negociação. As negociações oriundas da contrapartida apresentada para a apreciação do Grupo de moradores de rua simbolizam um ritual iniciático de aceitação ou rejeição por parte de seus integrantes.

A contrapartida e as negociações tornam claras as “regras” do jogo da cultura de rua, revitalizadas pelas memórias (res)sentimentos apresentadas a profissionais que buscam inserir-se em projetos sociais. Sendo assim, ela representa um convite seletivo com vistas a proteger o Grupo de agentes sociais que se aproximam de movimentos sociais para colher informações que, uma vez obtidas, implicam seu afastamento sem uma devolução posterior ao Grupo.

Com base neste convite bastante significativo e compreensível, as indagações passam a ser: Como realizar essa articulação? Como aliar as aprendizagens e potencialidades já existentes no grupo, acompanhadas do interesse dos integrantes em produzir algo que gere renda? E ainda: Como agregar a Educação Patrimonial aos elementos que gravitam em seu entorno? O levantamento de tais perguntas em torno da prática educativa da oficina ganha formas, texturas e cores que culminam na confecção de um “botton” criado a partir de materiais bastante simples e de fácil acesso, como tampinhas de garrafa de refrigerantes

jogadas fora pela população da cidade, utilizando como figura principal um patrimônio construído pelo Grupo através do qual se identifica: a logomarca do jornal.



Figura 11 – Botton (Araújo Viana – 2003)

Através do “botton” e de suas representações ligadas à estética da rua, a oficina de Educação Patrimonial consegue a articulação e a contrapartida que o Grupo espera da proposta de trabalho apresentada por mim e acolhida pelo grupo. Sua confecção com a participação do Grupo oferece um caminho possível para a oficina de Educação Patrimonial e faz com que seu processo educativo não se limite à simples produção de algo vendável e, por isso, interessante. O “botton” permite trabalhar

com o Grupo a idéia da oficina como um lugar de problematização, socialização de conhecimentos e criação ao realizar a religação entre o coletivo e o individual, o afetivo e o sensível das memórias (res)sentimentos construídas pelo Grupo.

De acordo com as minhas percepções sobre o Grupo, a religação dos significados memoriais contidos na logomarca do “botton” permite fazer com que a Educação Patrimonial se concretize não só por meio de registros, mas também através do patrimônio humano que se mostra através da simbologia nele expressa na logomarca. Sob esse prisma, a Educação Patrimonial passa a ser uma metodologia imbuída de atividades mergulhadas em vivências das memórias (res)sentimentos com base na construção de ações coletivas, sem, no entanto, negligenciar as singularidades e as diversidades que compõem a complexidade da dimensão humana dos integrantes do *Boca de Rua* e suas compreensões de mundo.

Ao utilizar-se da memória sensível dos (res)sentimentos, a Educação Patrimonial constitui-se como metodologia educativa, preocupada em criar espaços de palavra e de escuta, aprendizagens a que o Grupo me conduz diante da complexidade de seus relatos sobre a realidade da rua, um exercício um tanto difícil, haja vista que mostra as dimensões *sapiens* e *demens* do humano. Trabalhar com essas dimensões, representadas na própria logomarca, na

condição de educadora disposta a dialogar com o humano e suas interfaces ao mesmo tempo antagônicas e complementares, é umas das tantas experiências profundas que a proposta de confecção do “botton” explicita mais tarde ao longo das oficinas.

A densidade da boca nele destacada efetiva minha inserção no universo da rua e seus matizes compostos de luzes e sombras. Através da confecção do “botton”, a auto-eco-organização da oficina inicia seu itinerário mostrando os desdobramentos, articulações e intersecções de seus vários momentos. A auto-eco-organização em torno da elaboração do “botton” projeta um primeiro planejamento da oficina que, ao se concretizar na prática, é sempre ampliado, revisto e reformulado mediante as estratégias de inserção apresentadas pelo Grupo em seu movimento de ordem e desordem. A percepção da inventividade do ritmo caótico da cultura de rua durante as oficinas indica a fragilidade do idealizado no contato com a realidade, tendo em vista que, ao planejar, nós, educadores, quase sempre o fazemos partindo de uma situação ideal.

A oficina, tanto quanto sua metodologia, diante das aprendizagens apresentadas pelo Grupo apropria-se, portanto, de uma concepção de planejamento pedagógico mais flexível, que permite que a fluidez da cultura de rua possa não só se fazer visível, mas também respeitada em sua dignidade. Teoricamente a aprendizagem parece fácil, pois nós, educadores, constantemente apresentamos nos discursos a pertinência de um planejamento que não seja fechado e não engesse as ações pedagógicas não-previstas dos educandos, que sabemos enriquecer o cotidiano das práticas educativas nas escolas em que atuamos. Entretanto, no contexto da arquitetura pedagógica escolar contamos com a segurança de seus dispositivos de controle disciplinar que, mesmo ilusória, fornece “certa seguridade”, o que não acontece quando atuamos no contexto da rua, onde tais dispositivos não se constituem tão eficazmente devido à complexidade de sua auto-eco-organização.

Planejar a fim de propor práticas educativas no espaço da rua coloca o educador em uma posição desconfortável de insegurança e fragilidade, mesmo estando imbuído da concepção de planejamento flexível e aberto ao inusitado salientado por Bergamaschi (2000, p. 25) quando diz que planejar significa *“considerar a ‘realidade’ (que é complexa), não para compreendê-la e ficar nela, nem tampouco para simplificá-la (tarefa impossível), mas para construir outras realidades possíveis”*. Construir horizontes possíveis juntamente com as



memórias (res)sentimentos da cultura de rua remete os educadores a uma “prática” de planejamento disposto a flertar com a incerteza e a lidar com as dimensões ambivalentes de segurança e risco. Planejar neste contexto não significa navegar por águas tranqüilas e calmas, mas aprender com as oscilações e turbulências que esta realidade apresenta, e mostra a impossibilidade de não se sentir afetado por sua cognicidade.

Nesse sentido, o planejamento da metodologia de Educação Patrimonial para as oficinas precisa se reformular constantemente, à medida que se depara com a diversidade de tempos e as relações da estética corporal dos integrantes em um espaço pedagógico amplo como a rua, uma vez que a atividade se realiza num primeiro momento ao ar livre, nos arredores do Auditório Araújo Vianna, em um caramanchão do Parque da Redenção.



Figura 12 – Oficina de Confecção do botton  
(Parque da Redenção – 2002)

A mescla de minhas vivências patrimoniais com as vivências de Educação Patrimonial do Grupo constitui-se paulatinamente, após as observações e análises dos registros de campo sobre as primeiras vivências da oficina em torno da confecção do “botton”, fazendo com que tome consciência de que, naquele espaço educativo, as relações tempo-espaço não são os meus, mas os da cultura de rua. Ter essa compreensão é fundamental para a viabilização de

projetos educativos com moradores de rua, tarefa deveras complexa para nós, educadores, impregnados que somos das noções de tempo cronológico, linear, acumulativo e progressivo, bem como da noção de espaço como limite, demarcação rígida, reflexo das concepções geométricas de vivências sociais no corpo da cidade.

As noções de espaço-tempo da cultura de rua convidam a transpor as demarcações das noções temporais e espaciais corporificadas, questão evidenciada durante as oficinas nos diferentes ritmos de tempo de chegada dos integrantes ao local das atividades e nos constantes rituais de saída e entrada realizados por alguns integrantes do Grupo nas atividades de confecção do “botton”, que se apresentam por meio de paradas, conversas, afastamentos ocasionais e descanso para uma soneca. Isso faz com que, em um primeiro olhar, a produção da oficina pareça ser caótica, desordenada. Entretanto, é preciso compreendê-la como um espaço onde reside o que Morin (2002, p. 35) define de calor cultural.

... onde há “calor cultural”, não há um determinismo rígido, mas condições instáveis e moveáveis. Do mesmo modo que o calor físico significa intensidade/multiplicidade na agitação e nos encontros entre partículas, “o calor cultural” pode significar intensidade/multiplicidade de trocas, confrontos, polêmicas entre opiniões, idéias, concepções. E, se o frio significa rigidez, imobilidade, invariância, vê-se então bem que o abrandamento da rigidez e das invariâncias cognitivas só pode ser introduzido pelo “calor cultural”.

O abrandamento da rigidez das invariâncias cognitivas que o calor cultural do Grupo fornece à oficina de Educação Patrimonial e a sua metodologia constitui o vínculo afetivo e de confiança. A importância do estabelecimento de um vínculo afetivo com os grupos é um aspecto que precisa estar presente em um trabalho educativo desta natureza, haja vista que sua dimensão compreende não só uma intervenção técnica, mas também humana e afetiva por parte do educador e do Grupo. Porém, há que ter cuidado para que a vinculação não legitime relações de dependência de caráter paternalista, que acabam por aprisionar o educador e o Grupo ao ciclo vicioso comumente estabelecido entre a Cidade Visível e Invisível, armadilha em que se incorre por não conviver com essa realidade.

Cabe ainda salientar que a constituição do vínculo não significa estar imune a atitudes consideradas infratoras que se apresentam durante o trabalho de interação com esses grupos, como o roubo, por exemplo. Daí a importância do exercício permanente de distanciamento e de vigilância epistemológica por parte do educador.

Ao chamar a atenção para esses elementos que gravitam em torno da vinculação salientando sua importância, mas também aos cuidados que necessitamos ter com seu processo de construção, busco oferecer subsídios para que possamos, como educadores, compreender melhor os sentimentos de frustração, indignação, revolta e impotência quando, por não podermos estar “ligados” o tempo todo às interações dos turbilhões da memória (res)sentimento da cultura de rua, somos afetados por ela, percebendo-a somente como algo a ser condenado e censurável.

Em síntese, quero dizer que o afeto constituidor da vinculação é algo que afeta sem dúvida alguma, porém não se pode fazer com que essa aprendizagem – muitas vezes dura, dolorosa e decepcionante – caia na armadilha do senso comum, que reforça o pensamento que predomina no cotidiano dos que vivem na cidade de que não adianta perder tempo em querer realizar um trabalho educativo com esses grupos sociais. O desencantamento inicial quando esta situação ocorre precisa ser acompanhado da regeneração que permita ao educador encantar-se novamente frente aos desafios, encantamento que, como um enamoramento amoroso e conflitivo, leva a um apostar constante que se presentifica através de uma conquista diária e permanente, que abre caminhos possíveis de concretização de relações educativas com esses grupos.

Esta conquista diária está presente em todos os momentos da oficina, e permite a mistura um tanto disforme entre as Cidades Visível e Invisível, que se torna nítida à medida que seus integrantes realizam a religação de seus saberes/fazeres em torno da metodologia de Educação Patrimonial. A partir desse processo, a complexidade da interação dos dois universos faz da oficina e de sua metodologia um espaço de recriação e reinvenção de aspectos valorizados e revitalizados em cada encontro.

À medida que se desenvolvem o vínculo de confiança e a familiaridade com os movimentos do Grupo, a metodologia de Educação Patrimonial construída com o Grupo mostra seus desdobramentos, provocando a mescla das aprendizagens das Cidades Visível e

Invisível. Aos poucos, assim como eu, o Grupo aceita o convite de compartilhar um pouco de minha lógica de mundo. Trata-se, portanto, de uma negociação justa e legítima, o que não pressupõe a neutralização dos tensionamentos.

Apesar de não tão visíveis, posso sentir com o corpo e os sentidos a presença dos tensionamentos na retaguarda das negociações firmadas entre mim e o Grupo. Esta conquista permite, aos poucos, a introdução lenta de algumas modificações no desenrolar das oficinas que dizem respeito à estética corporal e às relações que nela se desdobram. A primeira iniciativa nesse sentido efetiva-se com a proposta de uma organização do Grupo em forma de círculo nos momentos da oficina, para que todos possam ser ouvidos e vistos enquanto falam, tendo em vista que a dinâmica anterior das oficinas não propicia um contato mais efetivo, onde cada um possa ser ouvido mais atentamente e expor suas idéias a fim de que todos possam delas compartilhar. Tal disposição propicia uma escuta mais apurada, seguida do direito de cada um de dizer sua palavra, sem falar no fato de que, em círculo, todos estão se olhando, se percebendo no momento da fala e da escuta. A nova cartografia, quando acolhida pelo Grupo, exercita através de suas noções de tempo-espço a fala, a escuta e o olhar, mas não no sentido de disciplinamento, e sim no de aproximar, acolher e compartilhar.



Figura 13 – Oficina de sensibilização  
(Parque da Redenção – 2003)

Nesta perspectiva, o início da oficina se dá por meio de uma conversa informal, onde livremente cada um relata os acontecimentos da semana; como educadora e pesquisadora também socializo minhas vivências com o Grupo. Esta dinâmica é acompanhada da confecção do “botton” e de momentos de parada para descanso, indicados conforme o ritmo do Grupo. O respeito a esses ritmos contribui para o estabelecimento de uma identificação com o espaço da oficina, tal como acontece com o trabalho do jornal. Aos poucos, a oficina agrega cada vez mais moradores, já que no início o número de participantes era de um, no máximo dois ou três. É claro que, ligado à não-presença mais efetiva do Grupo do jornal está o fato de as oficinas, antes desenvolvidas no sábado, dia da reunião do jornal, terem se estabelecido mais tarde em outro dia e horário. Isso exige do Grupo uma reorganização de seus tempos e atividades, a fim de se adaptarem à nova rotina. Acompanhada a esse fato está a questão da drogadição, que influencia nas presenças e ausências no dia da oficina, pois para participar é preciso “estar de cara”, regra também estabelecida com o Grupo para o trabalho do jornal.

Mesmo com toda a complexidade que os itinerários educativos da rua apresentam, a identificação com o espaço da oficina se constitui, fazendo com que esse espaço seja encarado pelo Grupo não só como um momento de produção de algo vendável, mas como um espaço de produção de sentidos e de convivência expressada por Priscila ao registrar suas impressões sobre o trabalho da oficina:

“Sentar em círculo significa sol e energia, ver um ao outro é um elo, e se sai um, o elo fica vazio. Elo significa energia, união. É um círculo muito bom, traz várias coisas boas. Fizemos um tempo de um relaxamento de energias, é alívio ao corpo humano, para relaxar cada um de nós. Fizemos massagem no rosto escutando uma música.”

A produção de conhecimento e as relações educativas da Educação Patrimonial nas oficinas eram anteriormente compartilhadas em encontros semanais com os profissionais do Grupo da Rede de Apoio do jornal *Boca de Rua* formado por jornalistas e psicólogas. A proposta da oficina de Educação Patrimonial pressupôs o trânsito entre o grupo de moradores e o grupo de técnicos, que acabou por ampliar minhas percepções acerca dos processos vividos por ambos durante o período em que a oficina esteve ligada ao projeto do jornal, agregando outras aprendizagens ricas que abarcam, além das vivências com os moradores de rua, a convivência com o grupo de apoiadores. A aceitação da metodologia de Educação

Patrimonial por parte da Rede de Apoio fez com que a oficina se constituísse cada vez mais como um espaço educativo inserido em um projeto maior, que é o jornal.

As relações horizontalizadas existentes em minha relação com o grupo de moradores e a Rede de Apoio contribuíram posteriormente para os desdobramentos da oficina, uma vez que ela constitui aos poucos um espaço de produção de outros objetos além do “botton”. A partir disso, várias idéias começam a se manifestar. Todas sinalizam para o entendimento cada vez maior por parte do Grupo de que a oficina é um espaço também de criação, entendimento que se mostra nos momentos em que as oficinas passam também a serem desenvolvidas pelos moradores de rua. Nelas, alguns do Grupo se dispõem a compartilhar de seus saberes, alguns deles aprendidos em instituições como a antiga FEBEM sob forma de trabalhos de cestaria com jornais, pulseiras e guardanapos.



Figura 14 – Oficina de cestaria com jornal  
(Araújo Viana – 2003)

A explicitação dos itinerários educativos que relembram as aprendizagens construídas ao longo das trajetórias das memórias dos integrantes e suas vivências institucionais é outro aspecto que a metodologia deixa visível a partir da ressignificação dos objetos confeccionados que começam a se apresentar, conforme o registro feito novamente por Priscila em uma das

atividades da oficina, demonstrando a ligação afetiva entre as memórias do grupo e suas representações:

“As tampinhas são feitas com muito trabalho, com amor e carinho. Só depende da imaginação e criação de cada um. Uma tampinha de bóton depende de materiais como: tampinha, cola, tesoura, papel e o emblema do Boca de Rua. É um trabalho cheio de boa imaginação de cada um. Mais é feita por artesãos moradores de rua. As tampinhas e os bótons são feitos com a união de cada um de nós, e as cestarias são feitas por nós, moradores de rua. Eu venderia como vendo os jornais, explicaria o que significa o bóton.”

Ao mesmo tempo, Luísa, também integrante do Grupo, ao realizar seu registro resgata a importância dos objetos produzidos para a sobrevivência dos moradores de rua do grupo: *“A gente vende a cinqüenta centavos o boton e o jornal que vai vir novo. Colaborará com nós com um real e cinqüenta centavos”*.

Os dois registros e suas compreensões diferenciadas sobre o processo educativo desenvolvido na oficina exprimem a luta pela sobrevivência das memórias (res)sentimentos nos sentidos revitalizados pelas meninas do Grupo, uma sobrevivência que não se restringe ao simples “ter”, mas que também reivindica o direito de “ser”.

As memórias (res)sentimentos como pensamento complexo baseado em estruturas encharcadas pelo sensível foram ganhando espaços de expressão nas oficinas à medida que eu mergulhava mais e mais na densidade de suas bocas. Suas estruturas e ressignificações revelam a crueldade e a poética das lutas e denúncias das Bocas da Rua, através da emergência das memórias da rua, da infância, memórias da cidade, imbricadas às constantes aulas de malandragem.

### 3 APRENDIZES DA RUA

#### 3.1 MEMÓRIAS DA RUA, MEMÓRIAS DA INFÂNCIA, MEMÓRIAS DA CIDADE...

Menino Jesus de Rua

Conheci só a calçada  
Fui criado nessas ruas  
Sem família, sem amor  
Suas camas são jornais  
Esquecidos pelos cantos,  
Sua mãe é a tristeza  
Vem amar minha calada.

O meu pai é a sociedade  
Minha mãe é a cidade  
Minhas casas são as ruas,  
Meus irmãos são vocês.  
Me reúnam numa gruta  
Num punhado de capim  
Me recolham pelo menos

Pensem e olhem para mim.  
É mais um desamparado  
Num mundo errado.

O texto de abertura deste item corresponde à composição da música criada por Renato em um dos momentos da oficina. Sua textualidade, como as anteriormente apresentadas pelas narrativas dos “manos da rua” ao longo desta dissertação, realiza, através de sua estética e musicalidade, a religação entre o Visível e o Invisível negada pelas políticas públicas de gestão da cidade que o conhecimento técnico descontextualizou e compartimentou.



A religião dos saberes/fazeres de ambas as cidades, ressaltada pelo autor da música, faz emergir um pensamento complexo capaz de trazer à visibilidade elementos para uma prática de gestão da cidade onde as memórias (res)sentimentos marcadas por interditos possam cada vez mais ser consideradas nas políticas públicas de planejamento urbano, da Educação e da gestão da memória, como reivindica o autor em sua letra: “Pensem e olhem para mim”.

A textualidade da narrativa presente na música remete a um itinerário conhecido pelos que sobrevivem na rua. Caminhantes ordinários da cidade, referendados por Certeau devido a seu nomadismo que reflete a errância urbana, estes pequenos deuses, verdadeiros espíritos de lugar nenhum, tensionam o pensamento técnico-científico e o poder disciplinar de sua aplicabilidade no planejamento urbano das grandes metrópoles contemporâneas.

... a cidade serve da baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais o campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir (CERTEAU, 2001, p. 174).

As narrativas e a musicalidade das artes do fazer das bocas ordinárias da rua apresentam, através de suas memórias (res)sentimentos, a coexistência na cidade, da imagem e do imaginário, a primeira como constituidora da Cidade Visível, mergulhada no concebido e vista como simples campo de intervenção capaz de gerir com eficácia o espaço urbano, e o segundo demonstrado pela Cidade Invisível, encharcado pelo vivido que se configura como espaço de produção de sentidos mediante as complexas sociabilidades da rua, cujas múltiplas semânticas compõem uma polifonia urbana que desfaz as regras do jogo de gestão e eliminação do texto normativo e homogêneo da cidade, demonstrando que narrar é também habitar.

Imbuída do propósito de explicitar outras formas de apropriação e ressignificação construídas na cidade pelas Bocas da Rua, a oficina constitui, durante suas atividades de Educação Patrimonial, um espaço de explicitação do imaginário da rua que se corporifica cotidianamente na realidade urbana. Os momentos da oficina não seguem um itinerário pré-

organizado, uma vez que ressurgem espontaneamente durante as conversas do Grupo no primeiro momento dos encontros, onde são relatadas algumas vivências de seus integrantes em atividades culturais da cidade de Porto Alegre.

As vivências do Grupo mediam as discussões e as propostas de atividades educativas que tornam possível o imbricamento necessário entre a memória da cidade e as memórias individuais e coletivas do Grupo, permitindo compreender a densidade de suas aprendizagens.

O contexto em que se sucedem as produções aqui apresentadas origina-se a partir de uma proposta discutida com o Grupo com a intenção de realizar uma oficina onde seja possível somar os conhecimentos apreendidos pelos integrantes sobre a cidade e seus Lugares de Memória, com vistas a somar os conhecimentos apreendidos pelas vivências dos moradores de rua sobre a cidade e seus Lugares de Memória, ampliando o tema ao agregar aspectos desconhecidos pelo Grupo acerca da memória de Porto Alegre e realizando a contextualização crítica sobre as modificações ocorridas na cidade e sua implicação na realidade dos moradores de rua. Com isso, além de potencializar as memórias do Grupo e suas vivências da e na cidade, a oficina provoca a leitura e a análise dos planejamentos urbanos pelos quais passou a cidade de Porto Alegre.

A concretização da proposta efetiva-se a partir do planejamento de uma oficina onde é utilizada a história de uma árvore, no caso uma paineira, que acompanha as modificações urbanas da cidade de Porto Alegre. A história intitulada “Memórias de uma árvore de Porto Alegre” vai ao encontro da idéia do Grupo de fazer um filme sobre o dia-a-dia de um morador de rua. Assim, a oficina utiliza a idéia do Grupo sob forma de elaboração de diapositivos confeccionados artesanalmente com chapas de RX, uso de canetas para transparências, molduras para diapositivos e projetor de slides, atividade cuja realização foi possível visto que, nesse momento da trajetória da oficina, estávamos ocupando uma das salas do Auditório Araújo Vianna. A mudança de local, a partir do trânsito do espaço do carramanchão, ou seja, da rua para uma sala fechada pertencente a uma instituição pública, é decorrência das modificações climáticas, pois entrávamos na estação do inverno. Por outro lado, a ocupação de um espaço considerado público pelos moradores de rua oferece, por meio da oficina, o aprendizado e a interlocução com os agentes envolvidos com a instituição, concretizados desde as relações com a diretoria até o guarda e a funcionária dos serviços gerais. O contato



Figura 16 – Paineira  
(Porto Alegre – 2003)

rua emergem outras formas de gestão do espaço urbano e da memória, problematizando a rigidez das políticas públicas ligadas às duas intervenções destacadas. Os passos dos caminhantes ordinários da rua revelam cada vez mais seu itinerário educativo e as aprendizagens solidárias que se concretizam na rua, e contemplam também os espaços institucionais, demonstrando as fissuras existentes na lógica urbana constantemente vigiada pela Cidade Visível.

As redes solidárias de significado e de relações sociais que as narrativas acabam por explicitar trazem para o campo da visibilidade o que Certeau denomina de práticas microbianas singulares e plurais que o sistema de planejamento urbanístico e de gestão da memória deveriam administrar e suprimir, mas que sobrevivem a seus perecimentos. Tais práticas são vistas pelo autor como táticas ilegíveis cuja criatividade se constitui graças aos dispositivos e aos discursos, atualmente atravancados, da organização observadora. Mediante as contribuições teóricas das Bocas da Rua, a criação e a recriação andarilha se constitui nos passos seguintes dos itinerários educativos da oficina, que consistem em cada um, tal como a árvore, narrar a memória de suas errâncias, projetando-as e socializando-as com o Grupo em um momento posterior.

Paulatinamente a prática de Educação Patrimonial estabelecida na oficina faz com que eu tome consciência de que a memória (res)sentimento é uma memória involuntária que atravessa, que vence obstáculos, emerge e irrompe. Os sentimentos associados ao itinerário por ela empreendido revelam as ambigüidades em que tanto o passado como o presente toma como base a ocasião, o acontecimento, dimensão destacada por Morin e entendida como o acaso, o eventual reintegrado atualmente pela história, uma vez que os itinerários com base no acontecimento resistem à apreensão da narrativa historicizada preconizada pela história. Itinerários que falam das memórias da rua, da infância e, conseqüentemente, da cidade, mencionados nas socializações das memórias de Adair e Renato:

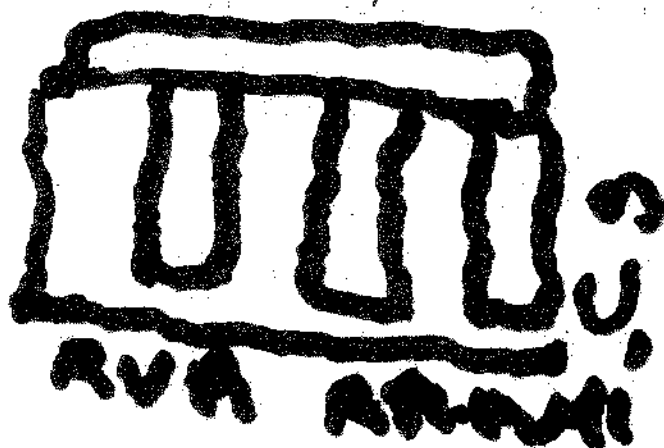


Figura 17 – Oficina de Educação Patrimonial – Prédio da rua Ramiro (Porto Alegre – 2002)

“Essa daí, essa daí é a mais importante! Essa daí lembra a rua. Que conta sobre a realidade da rua. Ali onde os pilar, onde que a gente dormimo todos os dias de noite lá ó! Pode vê que tem uns pilar ali, né, embaixo né, em cima eu escrevi a rua né. Ali conta sobre a realidade da rua. Lá os pilar onde a gente dormi lá! Bota o carrinho do lado ali. Rua Ramiro lá ó, botei em cima. Ai ali a... conta sobre a realidade que onde que a gente dormi sempre, na rua.”

“Aí lembra o abrigo que eu e o meu irmão ficamo desde pequeno é o Miguel Dariu. Passa Diego ... Aí é o ônibus do Miguel Dariu. Pode passa Diego. Aí são eu, meu irmão e minha irmã.”

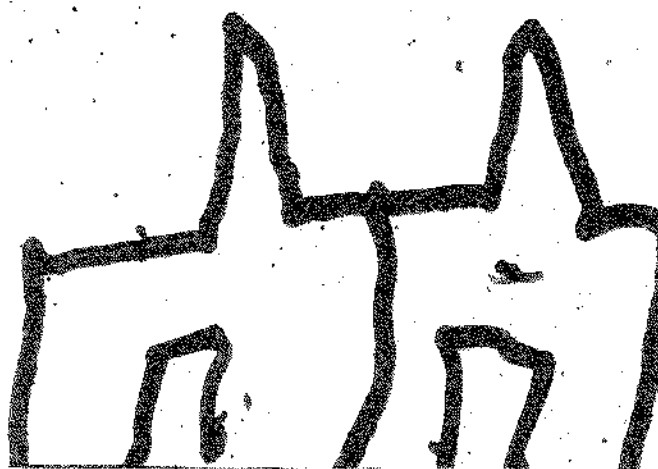


Figura 18 – A Instituição Miguel Dariu (Porto Alegre – 2003)

Como oráculos que possibilitam outras leituras sobre a cidade, as Bocas da Rua constituem uma linguagem poética apesar da realidade cruel em que vivem, fazendo transcender os limites daquilo que já se encontra prescrito pela escrita unívoca da cidade. As “sobras” do que a cidade considera como detritos, ao

delinear sua caminhada sob forma de um balé profano cujos pés calejados e feridos preconizam saltos e movimentos saltimbancos, retira da crueldade do mundo elementos memoriais para a visibilização de uma poética que, com sua cartografia, realiza um movimento regenerativo que, mesmo em meio às mazelas do humano, exercita seu direito de mostrar que, apesar de tudo, prossegue, por mais contraditório que isso possa parecer a um primeiro olhar nosso na tentativa de continuar a produzir vida e a resistir ao esquecimento.

A poética expressada durante a oficina é aos poucos recuperada pela frase mencionada anteriormente no primeiro capítulo: “*Um risco que apesar de ser um risco tem história prá contar*”. A poética dos riscos que compõem as memórias (res)sentimentos trazidas pela frase dita por Luís, um dos participantes da oficina, religa espaços a vivências cotidianas cuja existência faz efetivamente a cidade. Esta religação com seu conhecimento vivido e poético oferece, por meio dos enunciados de seus oráculos, outras significações ao patrimônio comumente centrado pelas políticas de gestão da memória ao edificado, a que reporta novamente Priscila quando faz menção ao patrimônio existente nos Lugares de Memória da cidade, como a Ponte de Pedra, o Auditório Araújo Vianna, a Igreja da Matriz e a Usina do Gasômetro:

“A ponte de pedra. A ponte hoje em dia é uma ponte maior, mais bonita como antigamente. É a ponte de pedra que surge perto do Guaíba. O Araújo Vianna hoje é fundado no Parque Farroupilha conhecido como Parque da Redenção. Lá no Araújo Vianna o Boca de Rua se reúne todo sábado e as 5ª feira para a oficina da Jaque. Como nós conhecemos o Araújo Vianna, muitos anos atrás não era aqui. Era fundado na Praça da Matriz, onde nós conhecemos também e ganhamos rango todo o dia. A partir das 7h da noite, vai quem pode, quem não pode ganha de outras pessoas e faz a sua própria luta. Cada morador de rua não é vagabundo, somo apenas trabalhador, mas as pessoas não conhecem a nossa vida e a nossa realidade. Uma pessoa acendia todos os dias o lampião para iluminar a cidade de Porto Alegre. Hoje graças a Deus não precisamos mais que uma pessoa precise passar frio para ascender as lâmpadas. Hoje temos nossa própria eletricidade graças ao homem que inventou. O Guaíba é citado hoje na Usina do Gasômetro, perto da Igreja das Dores aonde dá comidas às 4ª feiras e o pôr do sol do Guaíba é o melhor lugar para curtir, só que lá o único problema é que existe muito tráfico e muita poluição. Mas se cada um ajudasse a limpar e se quem vendesse droga parasse, o mundo seria bem melhor.”

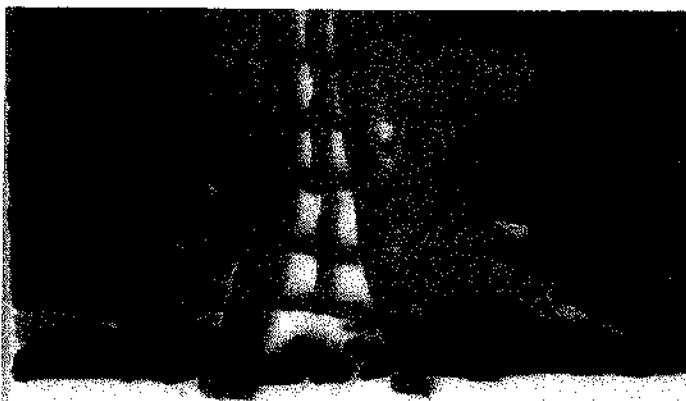


Figura 19 – Desenho da Usina do Gasômetro  
(Porto Alegre – 2003)

O compartilhar das memórias que o Grupo realiza através de suas narrativas revitaliza o imaginário de um patrimônio humano que, além de conflitar o pensamento científico dos planejamentos urbanos, nos leva como educadores ao exercício de desnaturalização das políticas de gestão da memória através das outras formas de apropriação do patrimônio da cidade, que as memórias (res)sentimentos tornam visíveis e que escapam às narrativas históricas lineares dos espaços museais.

Por meio da explicitação de suas estruturas complexas de pensamento, as Bocas da Rua humanizam a cidade com o educativo dos imaginários de suas memórias. Ao mostrarem a cidade por meio das memórias (res)sentimentos, direcionam nossos olhares de educadores para um processo educativo imbricado a uma cognicidade da e na cidade que migra constantemente, e que justamente por manter sua errância se mostra incapturável à cultura escolar, como os relatos dos moradores de rua já demonstraram no capítulo 2 ao explicitarem seus olhares e leituras sobre a Educação e as instituições escolares, bem como a cultura museográfica.

A cognicidade apresentada pelas Bocas da Rua revela aos olhares de educadores o imbricamento existente entre a Cidade, a Memória, o Patrimônio e a Educação, relação que as políticas educacionais, com sua cultura escolar monocultural, precisam considerar para que novas práticas pedagógicas possam ser discutidas e construídas na cidade, sem ignorar a importância do diálogo entre os interlocutores envolvidos no processo educativo.

Sendo assim, a cognicidade das memórias (res)sentimentos da cultura de rua necessita ser compreendida e aprendida através de suas poéticas e também das aulas de malandragem que pressupõe a aproximação com suas dimensões, aulas que se efetivam concomitantemente à visibilização das poéticas das memórias socializadas nas oficinas de Educação Patrimonial e que, uma vez aprendidas, confirmam que os saberes/fazeres baseados na vivência com a cultura escolar necessitam ser constantemente revistos e discutidos quando se trabalha com moradores de rua.

As aulas de malandragem, aprendizagem proposta por uma das integrantes do Grupo, fizeram-se necessárias devido aos acontecimentos que irrompem nas oficinas neste período inicial. Por meio delas a cultura de rua mostra seu movimento de ordem/desordem sempre

presente e sua resistência à captura da cultura escolar. Sua aprendizagem num primeiro momento é difícil e encarada por nós, educadores, como algo que se presentifica por meio de sentimentos de indignação, decepção e traição, porque sempre associada a ações de chinelagem realizadas pelo Grupo. Chinelagem é um termo e uma ação familiar à cultura de rua, concretizada através do que comumente se denomina roubo. Sua dimensão na oficina só é compreendida por mim mais tarde, após conseguir relativizar um pouco a ética que dela advém, que corresponde à ética da rua, condenável para os integrantes da Cidade Visível mas justificável no contexto da realidade da rua.

Porém, passado o choque inicial por vivenciar a chinelagem, por não estar acostumada a conviver e a ser afetada por ela tão diretamente, retomo a consciência da convivência na interação com os moradores de rua com as dimensões da segurança e risco, aspectos às vezes esquecidos durante processo de vinculação com o Grupo. Apesar da sensação de fragilidade e medo, sentimentos que rondam qualquer profissional que se depare com a realidade da rua, é possível retirar das aulas de malandragem aprendizagens ricas que desacomodam e desnaturalizam o concebido.

A chinelagem, considerada inconcebível pela cultura da Cidade Visível, dá lugar ao entendimento de que as aulas de malandragem dadas pelos moradores nas oficinas mostram que a relação entre as Cidades Visível e Invisível se depara com um limite, que nos momentos da oficina torna explícito o embate constante entre a Cidade Visível e a Invisível. A possibilidade de conviver com essa situação limite depende da forma como se estabelece a relação entre ambas as cidades frente aos movimentos invisíveis que acompanham a chinelagem. No caso do Grupo da oficina, os tensionamentos por ela provocados tomam proporções maiores, uma vez que repercutem nas reuniões semanais com o Grupo da Rede de Apoio.

Os acontecimentos sucessivos da chinelagem mobilizaram ao mesmo tempo os moradores de rua, através da indignação de alguns que se solidarizam com as minhas perdas. A indignação mediante as suspeitas que recaem em alguns integrantes em particular provoca a emergência de um movimento de reação do grupo que me fez ter consciência também do turbilhão de interações no qual me encontrava e que refletiam a autonomia de decisões de seus integrantes. Esta situação limite indica ao mesmo tempo um impasse e uma sinalização

do Grupo, que até então estava se mostrando condescendente à minha lógica. A chinelagem mais tarde pontua que as aulas de malandragem faziam um convite para que a Cidade Visível se predispusesse a aprender com essa situação limite, a fim de que, enquanto educadora, pudesse compartilhar de maneira mais efetiva da lógica da cultura de rua.

O enamoramento conflitivo mediado pela chinelagem permite paulatinamente a escuta de outras percepções existentes no entorno em que se estabelecem as oficinas, relatadas por um dos funcionários do Auditório Araújo Vianna que trabalhava como guarda da instituição. As percepções do guarda apresentam-se aos olhos imbuídos da racionalidade do pensamento da Cidade Visível quando me questiona, em dado momento da conversa, sobre a validade do trabalho desenvolvido com o Grupo e do risco que corria estando sozinha na sala, sem proteção alguma. A presença permanente da segurança e risco ao tratar de intervenções com moradores de rua se explicita na fala do funcionário, que não pôde ser transcrita literalmente porque feita com base no acontecimento e devido ao fato de ele ter sido remanejado para outra instituição posteriormente. Portanto, ao recuperar parte das idéias e percepções do funcionário, utilizo o que foi possível relembrar da conversa por meio do registro feito nos diários de campo, o que não invalida sua contribuição.

As reflexões do guarda acompanharam-me até o encontro coletivo com a oficina do jornal nos sábados. O encontro, bastante tenso devido à potência da força das memórias (res)sentimentos, trouxe conteúdos ricos para a pesquisa. Os conteúdos explicitados na auto-eco-organização das decisões do Grupo na reunião do jornal em torno dos acontecimentos de chinelagem fornece maior visibilidade a alguns aspectos evidenciados durante as entrevistas gravadas com alguns integrantes do Grupo abordando o tema da chinelagem nos grupos formados por moradores de rua, no contexto do cotidiano da cidade. Dentre as entrevistas destaco o relato de Lúcio sobre os casos de expulsão em grupos de moradores de rua:

“... a expulsão se dá exatamente quando acontece esses bolo. O que que eu falo quando é esse bolo? Esses bolos são os roubos, né. Porque tem aqueles que vivem do roubo, né?... aí quando esse menino começa a roubar demais. Aí ele vem assim: - Ó meu! Não vem mais prá cá. Nós não te queremos mais aqui, vai roubar prá outro lugar, vai andar com tal turma. Vai lá pro centro, lá pro Gasômetro. Mas aqui nós não te queremos mais. Então mais é quando tão roubando muito na volta então há a expulsão.”



As contribuições de Lúcio sobre o processo em que ocorrem as expulsões nos grupos de moradores de rua permitem a compreensão da ética da rua e da solidariedade a ela imbricada, como ele bem ressalta.

“Fora que, fora não... também quando ocorre esses roubos geralmente o ladrão não fica no local do crime e aí quem paga o pato é o resto. E o resto não quer pagar pato, não quer continuar a ficar pagando pato. Então quando esse fulano aparece: - Ô meu, tu fez isso, isso e aquilo, vieram aqui bateram em nós, te abre! É bem essa expressão que eles usam: Te abre! Não te queremos mais aqui.”

Imbuídos de uma compreensão maior por meio de um olhar mais profundo sobre os relatos, é possível compreender a reação em forma de turbilhão apresentada pelo Grupo na reunião de sábado. A reunião possibilita visibilizar a emergência da ética expressa no relato. A forma de resolver o problema da chinelagem é realizada inicialmente com a denúncia de dois integrantes do Grupo responsabilizados pela ação, acompanhada da escuta das defesas proferidas pelos acusados da chinelagem. As palavras “Te abre” ressurgem nas várias Bocas da Rua. Após as defesas apresentadas, o Grupo encaminha a expulsão, momento bastante tenso em que é tentada uma renegociação, por parte das demais integrantes da Rede de Apoio, com vistas a evitar a expulsão, fortemente refutada pela maioria do Grupo. Diante do impasse fica claro que uma intervenção contrária encaminhada implica não respeitar a decisão do Grupo, ferindo sua autonomia de decisão, aspecto explicitado em dado momento da reunião. A saída é respeitar a decisão de expulsão, não ignorando a possibilidade de aprofundar a discussão com o Grupo na tentativa de reinserir os expulsos novamente na oficina em momento posterior, encaminhamento aceito pelos demais. Resolvida a questão pelo menos por ora, o Grupo retoma as atividades com o jornal. Entretanto, a tensão que o acontecimento provoca permanece ainda latente no Grupo de Rede de Apoio e intensifica-se ainda mais no desenrolar de minha interação com a equipe de técnicos envolvidos no trabalho com o Grupo de moradores de rua.

Porém a percepção do tensionamento no Grupo da Rede de Apoio não impede que a vivência da reunião seja acompanhada de um apuramento maior dos sentidos, envolvendo uma reeducação do olhar. A frase de Luís em um de meus primeiros contatos com o Grupo: “*Tem que estar ligada!*” se faz mais presente nas reflexões posteriores e nas atuações e intervenções na oficina. Constituem-se vários questionamentos. Entre eles estavam: Por que as chinelagens não me eram visíveis? Que elementos estariam envolvidos em sua ação? Como

elas se processavam na oficina? Era possível percebê-las em sua interação? Que sinalizações faziam? Era possível percebê-las? A partir dessas perguntas e do debruçar sobre os registros de campo, as aulas de malandragem se estabelecem a partir de então, como possibilidade de uma aprendizagem baseada na reeducação do olhar capaz de perceber e compreender um pouco dos movimentos invisíveis da chinelagem e seus ensinamentos.

As dicas dos integrantes após os eventos das chinelagens foram bastante importantes, tais como “*Tem que tá com um olho aberto e outro fechado!*”, “*Tem que confiar desconfiando!*” ou, ainda “*Fica com o dinheiro e o celular, tudo no corpo*”. A complexidade da semântica da rua, evidente nos cuidados sinalizados pelo Grupo, demonstra também um sentimento de solidariedade constituído por atitudes antagônicas mas, ao mesmo tempo, complementares existentes na lógica da ética da rua que Lúcio menciona:

“Então esse sentimento entre os moradores de rua para com o outro existe. Aquela questão da própria gíria. A gente usa muito a palavra parceiro. Parceiro é uma gíria, né? No meio do pessoal dos que vivem na rua. E quando alguém é machucado, por mais que não teje sido com aquela pessoa, parece que foi feita. É aquela verdadeira história assim: - Ah, bateu nele, machucou ele é a mesma coisa que tá me machucando. Eu vou me doer, porque vai doer.”

O exercício de reeducação do olhar que as aulas de malandragem exigem na relação estabelecida com o grupo permite trabalhar sempre no limite que suas lições reportam, oferecendo os ensinamentos necessários para que trabalho com esses grupos continue se efetivando, instruindo a relação de convivência com o Grupo. O convite a fazer parte agora da lógica da rua é aceito. O aceite fornece subsídios para compreender a sensação de fragilidade que circunda os educadores quando se deparam com acontecimento como o da chinelagem. A impossibilidade de perceber no campo do visível as chinelagens, suas interações e sinalizações, não com o objetivo de evitá-las totalmente, porque isso é impossível, mas para compreendê-las e delas extrair aprendizagens significativas, reside na tentativa ingênua que nós, educadores, mantemos em não abandonar o conceito de sujeito moderno, centrado e unívoco construído pelo pensamento iluminista.

Este é um dos aspectos que não podem ser ignorados na atuação com os educandos, sejam eles de rua ou não. Ignorar ou, mais que isso, negar a complexidade das dimensões do humano, algo inerente à própria vida, é um dos limites que dificultam a interação com esses

grupos sociais. Apesar de estar ciente da diversidade da cultura da rua, minha atuação com os moradores mantinha o olhar ingênuo ao utilizar no olhar que estendia ao Grupo as impressões e valores culturais da Cidade Visível que nega a sombra, o obscuro e o demoníaco presentes no humano. Sendo assim, mesmo estabelecida a vinculação com o Grupo, eu representava a estrangeira. É essa condição de estrangeirismo que as aulas de malandragem insistem em lembrar através das chinelagens, mas que não despontencializam o diálogo e a relação educativa que pode ser concretizada com essas populações.

Os ensinamentos demonstram os outros desdobramentos das memórias (res)sentimentos que se revitalizavam não só nos momentos de criação e recriação das produções já demonstradas, mas também nas relações por elas mediadas na oficina. O (res)sentimento está presente sempre, pulsante embora invisível, não deixando cair no esquecimento os lugares de memória dos quais partem os itinerários educativos dos envolvidos no processo. Os movimentos invisíveis da chinelagem redimensionam a frase de Lúcio que abre o primeiro capítulo deste trabalho: *“Eu te vejo, mas você não me vê”*.

A distinção de ambos os lugares, Cidade Visível e Cidade Invisível, que a frase reporta oportuniza a visibilização dos movimentos que antecedem a chinelagem que se concretizam em momentos da oficina em que a cultura de rua consegue, com suas estratégias organizativas, preconizar a simultaneidade de seus tempos por meio de deslocamentos nervosos, confusão, gestos ágeis e somente perceptivos ao olhar educado para ver. Isso explica um fenômeno que ocorre quando a chinelagem se apresenta: sempre após ter acontecido o furto nas oficinas um dos integrantes diz ter sentido, percebido ou visto quem apronta a chinelagem. Tal fenômeno acontece sempre que o infrator não está mais presente por ter que sair mais cedo ou coisa assim, evidenciando um movimento de fuga que nós, educadores, inicialmente somos incapazes de relacionar com a ação da chinelagem. Ao tomar consciência desse movimento, a indignação que sempre me sucede diante do relato de quem vê a chinelagem é substituída pela compreensão da existência da parceria própria entre os moradores de rua, haja vista que cagüetar um companheiro é algo condenável pela ética da rua, ato que pode ser punido de forma violenta, inclusive.

Sendo assim, aos poucos a ética da rua começa a apresentar ao olhar da Cidade Visível seus sentidos e redes. As aulas de malandragem conseguem realizar suas aprendizagens,

permitindo que a oficina de Educação Patrimonial se enriqueça, constituindo-se, juntamente com o trabalho do jornal, com relativa autonomia. O processo da relativa autonomia conquistada pelo Grupo da oficina acarreta uma ruptura com a proposta do projeto do jornal *Boca de Rua*. O rompimento dá origem à oficina Aprendizizes da Rua, assim denominada pelo grupo dos moradores de rua que permanecem participando dos dois projetos. Os desdobramentos que marcam as etapas do rompimento têm como movimento desencadeador as chinelagens e a relativa autonomia da oficina, embora estivessem presentes outros elementos.

### 3.3 A OFICINA APRENDIZES DA RUA: TENSIONAMENTOS E RUPTURAS

O surgimento da oficina Aprendizizes da Rua é resultado de movimentos de rupturas e tensionamentos que não se reduziram às paredes da sala ocupada pela oficina no Auditório Araújo Viana. Tais movimentos são vivenciados também no contexto de interação com o Grupo da Rede de Apoio do jornal *Boca de Rua*.

O elemento desencadeador deste processo cheio de aprendizagens é, sem dúvida, a reunião do Grupo em torno da chinelagem. A reação do Grupo de moradores de rua e seus desdobramentos posteriores desencadeiam uma visibilização maior das diferenças de idéias e abordagens entre os profissionais envolvidos no trabalho com o Grupo que, embora presentes nas reuniões semanais com a equipe, não se evidenciavam de forma tão nítida no primeiro momento de convivência com os profissionais.

A oficina, com sua auto-eco-organização diferenciada em alguns procedimentos, haja vista que estabelecia uma intervenção no âmbito da Educação que ora se aproximava e ora se afastava das concepções das demais integrantes da Rede de Apoio pertencentes às áreas do Jornalismo e da Psicologia, dá origem a um embate de idéias entre os diferentes campos de saber envolvidos no processo. O tempo e as relações das artes do fazer da oficina afetam o tempo e as relações estabelecidas do Grupo da Rede de Apoio, revigorando uma vez mais o conflito permanente entre o concebido e o vivido existente na relação da Cidade Visível com a Invisível. Nas interações dos profissionais envolvidos, o concebido evidencia-se na concepção fragmentada e parcelar das vivências sociais das quais somos todos herdeiros,

enquanto na mesma medida o vivido se apresenta por meio das questões complexas que o grupo de moradores coloca nas oficinas a todos os integrantes da Rede de Apoio. Daí a pertinência de um exercício de fôlego da ética da compreensão, extremamente necessário para a concretização de ações educativas transdisciplinares que permitam aos profissionais que atuam em trabalhos sociais transpor as fronteiras dos estatutos de saber engessados por uma formação profissional centrada na especialização redutora e arbitrária.

O reducionismo da especialização e sua formação compartimentada descontextualizam as ações e o pensamento que as preconizam, tornando-nos cegos às suas limitações. A cegueira do pensamento moderno constituidor de verdades absolutas faz incorrer nas armadilhas das respostas imediatistas e reconfortantes das certezas e verdades absolutas. O embate vivenciado na equipe da Rede de Apoio entre Educação, Psicologia e Jornalismo é constatado na herança herdada por nós de um pensamento que necessita de uma reforma que viabilize uma ciência com consciência. Ao fazer essas considerações, não pretendo invalidar os ricos processos vividos e promovidos por projetos sociais que, como o jornal *Boca de Rua*, realizam uma proposta admirável e digna de respeito dos demais agentes sociais que fazem parte da cidade, entre eles os educadores. Muito pelo contrário, a vivência com os conflitos que se mostraram na equipe e a análise dela decorrente implica em constituir uma crítica necessária a todos os educadores interessados em contribuir para o crescimento e amadurecimento dos projetos ligados a movimentos sociais existentes nos espaços da cidade.

Com isso quero ressaltar que as aprendizagens mediadas pelos conflitos apresentados entre profissionais da Rede fazem retomar o questionamento mencionado por Morin e já lançado anteriormente nesse trabalho de que, além de estabelecer a transdisciplinaridade, é preciso discutir junto aos profissionais que trabalham com movimentos sociais a respeito de que transdisciplinaridade é preciso realizar para que se possa abandonar as cegueiras das vaidades pessoais e profissionais.

Os tensionamentos entre o campo da Educação e os campos da Psicologia e Jornalismo resultantes da negação por parte dos demais integrantes da Rede de Apoio de que a oficina, como o jornal, é um espaço educativo rico em criação e recriação da vida, bem como de revitalização e valorização das memórias da cultura de rua, tornam claro que o estabelecimento de uma ação transdisciplinar se encontra associada à necessidade de nova

postura frente ao humano, ao conhecimento e às relações com o outro, cuja diferença de idéias pode somar ao invés de dividir. Sob esta perspectiva transdisciplinar, os embates realizados nas reuniões com a Rede de Apoio demonstram a existência de um paradoxo em sua sistematização e proposta de trabalho em forma de Rede, presente na própria denominação da equipe, e também em algumas colocações de Lúcio em um dos momentos da oficina de Educação Patrimonial quando, ao fazer uma crítica ao sistema de organização institucional ligado à assistência aos moradores de rua, lança a idéia de uma ação em rede transdisciplinar:

“... mas de se fazer uma Conferência, de começar a se criar temas prá começar a discussão, do aprofundamento há... abrangendo vários assuntos: a questão das drogas, a questão da violência ... e muitos outros assuntos. Se fazer uma Conferência prá discutir exatamente a questão do morador de rua, de ver realmente o que que as instituições, como melhor podem, vamos dizer assim... criar uma rede, um intercâmbio relacionando uma com a outra, de se tirar essas pessoas da rua, né? Porque eu sempre penso assim ó... as instituições trabalham muito o particularmente: - Ah, nós vamos dar o almoço, ah nós vamos dar a janta, ah nós vamos dar o pouso. Mas por que não aquele que frequenta durante o dia não saia daqui de dia e vai prá outra casa? Começa essas discussões e de se fazer essa Conferência, junto com isso prá não ficar uma coisa teórica, né? Fazer essa gincana entre as instituições que trabalham com os moradores e menores, meninos de rua.”

Além de revitalizarem a noção de rede compartilhada pela proposta da equipe, as colocações de Lúcio desnaturalizam as falas dos colegas proferidas durante as reuniões sobre o fato de a oficina encontrar-se distante, separada do *Boca* e, portanto, não-integrada ao Projeto do jornal. A fala de Lúcio, explicitada nas oficinas ao abordar o tema da rede, demonstra o quanto as atividades de Educação Patrimonial estavam integradas não só ao jornal mas ao trabalho da Rede de Apoio, uma vez que, ao socializar suas idéias com os colegas, o integrante do Grupo “educa” para a necessidade desse olhar sobre a cidade e o trabalho social do *Boca de Rua*.

A proposta de trabalho em forma de rede e as relações conflitivas com a Rede de Apoio frente às diferenças das práticas pedagógicas da oficina, religada à complexidade da fala de Lúcio, demonstram o paradoxo anteriormente citado entre o discurso e a prática estabelecidos nas reuniões da equipe e nos trabalhos de cada profissional, alertando para os cuidados necessários quando se intervém em ações sociais como pesquisador.

Apesar de falar e projetar iniciativas a partir de uma concepção em rede, a ação da Rede de Apoio continuava disciplinar e fragmentada, sem uma reflexão necessária. A oficina, neste

contexto, através de suas análises e críticas socializadas com o Grupo, buscou trocar, aprender, compartilhar dos anseios e expectativas com relação ao Grupo. A intenção era contribuir com as impressões constatadas durante as oficinas a fim de entender melhor os processos educativos dos moradores e, ao mesmo tempo, da equipe da Rede de Apoio. Entretanto, é possível constatar que algumas tentativas preconizadas nesse sentido esbarram quase sempre na rigidez do concebido que nos é tão familiar. Paulatinamente um movimento de resistência com relação às abordagens da oficina se faz visível pela negação da escuta e dos registros construídos com o Grupo. A negação e a resistência dão lugar, aos poucos, à necessidade de controle maior sobre as oficinas por parte dos integrantes da Rede de Apoio. Por meio dele, a tentativa inconsciente do Grupo era de realizar uma homogeneização dos tempos e ações do jornal e da oficina, reação perfeitamente compreensível e justificável, uma vez que a oficina havia “desacomodado as coisas”.

O movimento do Grupo sinaliza a necessidade de nova organização com relação à oficina, que acarreta também uma reorganização da relação da oficina com o jornal, uma vez que o controle busca conter o turbilhão de suas interações. A forma de contrapor a vigilância a fim de não interromper as oficinas e sua proposta, buscando contribuir para as reflexões das reuniões com a Rede de Apoio, passa a ser a de utilizar negação da escuta exercitada pelo Grupo sobre a oficina como estratégia aprendida com a cultura de rua, a fim de conseguir manter a relativa autonomia adquirida.

Ao fazer referência à “relativa autonomia” da oficina dentro de um projeto maior busco clarear sobre a consciência que tinha como educadora e integrante da Rede de Apoio de que as atividades educativas da oficina não estavam descoladas do jornal e, portanto, suas premissas estavam integradas aos princípios do Projeto do *Boca de Rua* que consistiam em respeitar as diferenças do grupo, compreender as dinâmicas de seu funcionamento, construir propostas coletivas de trabalho e de convivência solidária com os moradores de rua, valorizar as vivências e saberes e contribuir para que a Rede de Apoio se efetivasse na prática. Tais aspectos são mencionados por César em um dos momentos de avaliação sobre a sistemática da oficina de Educação Patrimonial:

“A oficina tá legal, também tá ótima. Bah! Eu acho legal essa oficina aí mesmo. Enquanto que puder dá essa oficina prá nós a gente se sente contente, alegre, né, porque bah, é um trabalho que a gente tá aprendendo, né? Uma profissão e seguinte: eu espero que mude para melhor, né, tá melhor, mais se puder um pouco mais melhor, melhor é... tudo na paz, né,

tudo na tranquilidade, mais uns colegas se dando, uns tavam ameaçando o outro, né e seguinte: só isso que eu tenho a declarar tomara que ... bah, ó, que continue sempre melhor.”

As considerações de César somam-se às impressões de Antônia ao falar sobre o que mais gosta nas oficinas: *“Ah, da música, das conversas, de fazer a oficina, de fazer os “bottons”, as coisas assim é de conversar, tomar café, depois descer, descansar, subir, dialogar né? Um conta uma história, outro conta outra, aí a gente aprende coisas que a gente não sabia”.*

Continuar garantindo a relativa autonomia da oficina perante a Rede de Apoio significava exercitar não um movimento de rompimento, mas de preconizar um diálogo e escuta da diferença que permitissem a todos aprender com os conflitos, qualificando ainda mais o trabalho e as relações constituídas com os profissionais. Tal aprendizagem se aproxima de alguns ensinamentos que as aulas de malandragem oferecem através do relato de Lúcio sobre os tensionamentos que ocorrem entre os grupos de moradores de rua que circulam pela cidade, como ele bem exemplifica:

“Claro que tem desavenças como todo o grupo social tem, como toda comunidade tem. Tem discussão entre os moradores de rua, tem desentendimento, mas há sempre o sentimentalismo. Ele é igual a mim, nós somos igual a eles. Nós temos que se unir, nós temos que lutar pelos nossos direitos e eles estão torcendo. Então esse sentimento entre os moradores de rua para com o outro existe. Aquela questão da própria gíria. A gente usa muito a palavra parceiro. Parceiro é uma gíria né? No meio do pessoal dos que vivem na rua. E quando alguém é machucado por mais que não teje sido com aquela pessoa parece que foi feita. É aquela verdadeira história assim: - Ah, bateu nele, machucou ele é a mesma coisa que tá me machucando. Eu vou me doer, porque vai doer.”<sup>13</sup>

A profundidade do relato acima demonstra que, além da crueldade existente na ética da cultura de rua, há entre os moradores de rua um sentimento de solidariedade. Uma solidariedade que, diante da luta contra a crueldade do mundo, permite que eu veja no outro, no diferente, um parceiro. É parceria que vai além de seu significado semântico, pois advém de uma relação concreta e vivida que permite a sensibilização pelas dores do outro.

Ao articular esse elemento educativo dos itinerários da rua agregando-os às circunstâncias tensas das relações profissionais da Rede de Apoio e às disputas de saberes/poderes intrínsecas a elas aproprio-me das aprendizagens que a errância urbana oferece através de sua ética.

<sup>13</sup> A repetição desta fala neste capítulo se justifica pelo conteúdo educativo da solidariedade da cultura de rua.



Os conteúdos educativos da errância urbana convidam a um aprendizado de trabalho em parceria, que não foi possível construir com o Grupo da Rede de Apoio em respeito aos processos individuais de cada um dos profissionais no período em que as tensões se apresentaram acerca do trabalho construído pelas duas profissionais que continuam com o grupo: uma educadora e uma psicóloga. Após a ruptura com o jornal *Boca de Rua*, a oficina continua com sua proposta em outro espaço da Redenção.

A aprendizagem oriunda da ruptura é de que a errância urbana na contemporaneidade convida a abandonar o gelo do hábito ao qual recorremos ao nos deparar com a diferença em quaisquer circunstâncias. Hábito de silenciar, de aprisionar a palavra, de negar a escuta e qualquer movimento que contraste com o que se estabeleceu como verdade absoluta e lugar de estatuto de saber. As experiências erráticas de uma das Bocas de Rua ensinam, de maneira simples e singela, muito embora complexa, caminhos possíveis para uma ação transdisciplinar que transcenda as fronteiras do gelo do hábito, aprendizagem que implica ao mesmo tempo um rompimento bastante fecundo com a proposta do jornal e, conseqüentemente, com a Rede de Apoio, cujas tensionamentos vividos não romperam a vinculação com os moradores de rua que se mantiveram na oficina. Dos ensinamentos dessa errância urbana surge uma nova proposta revigorada pelo turbilhão de interações da ética da rua: a oficina Aprendizizes da Rua que, com sua cognicidade, continua a efetivar seus ensinamentos

### **3.3 “COGNICIDADE”: A CIDADE, A MEMÓRIA E A EDUCAÇÃO DAS BOCAS DA RUA**

A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto (DECCA, 1992, p. 130).

A aproximação e as reflexões sobre os processos vividos no contato com os Lugares de Memória das memórias (res)sentimentos da cultura de rua permite conhecer alguns itinerários educativos inscritos pelos moradores de rua nos espaços educativos da cidade. Os registros das memórias (res)sentimentos desses itinerários encontram-se inscritos no imaginário, nos espaços, nos gestos, nas falas e nos sentimentos que compõem a tessitura das memórias da cidade e das Bocas da Rua.

O movimento educativo que as Bocas da Rua preconizam no cenário urbano torna a cidade um lugar de possibilidades educativas constituídas através de uma cognicidade, isto é, de um saber da e na cidade construído cotidianamente e percebido somente por aqueles que “*possuem olhos para ver*” as ligações entre a Cidade, a Memória e a Educação. Conhecer essa cognicidade e os imbricamentos que concretiza significa compreender através do contato com novas formas de conhecimento que a cidade é um espaço museal cujas dinâmicas, processos educativos e memoriais tornam visível uma Museologia Social.

Ao considerar a cidade como um ecomuseu ou como um museu, por onde transitam as memórias dos moradores de rua, a Educação Patrimonial se revitaliza como metodologia educativa possível inserida em uma Museologia Social a partir da cognicidade baseada em uma antropolítica comprometida com as políticas públicas educacionais, com as novas formas de gestão da cidade e com a complexidade das memórias urbanas e seu direito e acesso à memória. As contribuições desse campo específico do conhecimento têm como matéria-prima o patrimônio humano, que traz elementos educativos que redimensionam as discussões e as práticas educativas, uma vez que viabilizam, através dos Lugares de Memória da Cidade, um processo educacional que enfoca as questões sociais, econômicas e ambientais.

A perspectiva de entendimento da cidade como um ecomuseu encharcado pelo vivido potencializa o que o museólogo Hugues de Varine (2000, p. 24) chama de gramática dos homens:

... gramática básica dos homens, das coisas e do meio em sua evolução. Instrumentos de conservação no pleno sentido do termo e, ao mesmo tempo, laboratórios, esses ecomuseus têm um papel pedagógico essencial que interessa muito particularmente aos responsáveis nacionais e regionais da educação.

A polifonia urbana da cultura de rua, somada às contribuições de Varine, visibiliza uma Educação para o próximo milênio que considere o meio ambiente global do homem e esteja preocupada com a defesa e a preservação do meio, bem como da qualidade de vida, problematizando as práticas educativas tradicionais. Para isso, é necessário que a escola se aproxime de outras fontes de estudo, que tenham como ponto de partida a validação dos saberes plurais do patrimônio humano de seu entorno, silenciados pelo currículo monocultural.

Sob este prisma, o papel da escola se amplia, haja vista que, uma vez empreendido esse movimento de aproximação com outros saberes/fazer, contribui para a desnaturalização das instituições museais da cidade, como museus e memoriais. A Educação a partir daí religa-se a uma cognição do sensível expressa pelo vivido, já que suas ações passam a ser efetivamente construídas pelas mãos e pelas vozes da comunidade. Nesta perspectiva, as complexidades presentes na tessitura do social ganham visibilidade, desnaturalizando o discurso competente, respaldado pelo domínio dos especialistas. Os pontos de referência para a Educação com base em uma ecos planetária passam a contemplar as artes daqueles considerados invisíveis pela lógica da cultura escolar, revelando suas visões de mundo, resultando em uma auto-eco-organização do próprio estabelecimento escolar.

... à linguagem das coisas reais, o prefixo “eco” refere-se a uma noção de ecologia humana e às relações dinâmicas que o homem e a sociedade estabelecem com sua tradição, seu meio ambiente e os processos de transformação desses elementos, quando alcançaram um certo estágio de consciência de sua responsabilidade de criadores (VARINE, 2000, p. 69).

Sendo assim, os saberes/fazer dos itinerários educativos da memória da rua, revitalizados por uma Educação preocupada com o humano e o futuro do planeta, fazem emergir políticas públicas de Gestão da cidade, da Educação e da Memória mais horizontalizadas. A validação da existência de um “patrimônio humano” mediante a ótica de uma Museologia Social presentificada na cidade coloca em cena indivíduos considerados protagonistas de uma prática educativa que torna visível a memória de uma comunidade, suas técnicas e conhecimentos, demonstrando as vivências dos diferentes grupos sociais. Desta forma, os espaços educativos da cidade passam a servir de matéria-prima para o estabelecimento de uma pedagogia global mediante seus Lugares de Memória, preocupada em abordar sobre os problemas existentes em cada realidade local a fim de que a população, através da análise e da reflexão, possa criar soluções possíveis, mencionadas por Varine (2000, p. 73):

Considerando que a essa população cabe a tarefa de construir seu próprio futuro, o ecomuseu pretende dar-lhe os elementos de informação necessários à apreensão do problema levantando e, simultaneamente, a vontade eficaz de chegar a uma solução original por meio da combinação de elementos e fatores extraídos do passado, do presente, do repertório de recursos técnicos disponíveis e da possibilidade de inovação.

A essa pedagogia global necessitam estar ligados eixos temáticos envolvendo o conhecimento da identidade comunitária e a descoberta da complexidade de suas realidades: a escola, o consumo, as relações interculturais, a saúde, o estudo dos problemas urbanos, entre outros. A ela encontra-se subentendida a pertinência de uma educação do olhar, importante para a tomada de consciência dos educadores, das diferenças culturais e das situações de desigualdade social.

Ao estabelecer práticas de Educação Patrimonial contemplando as questões da cidade e os sujeitos plurais que nela habitam, a Educação proporciona a inserção de temas que tratem sobre a realidade urbana, extremamente necessária nos dias atuais. Por meio da aproximação entre a escola e o universo das Bocas de Rua, os fenômenos urbanos passam a fazer parte dos debates e ações educativas, chamando a atenção dos educadores para as discussões das políticas de planejamento urbano. Para realizar esse movimento educativo são aspectos relevantes a escuta do outro, o respeito à diferença e estabelecimento da ética da compreensão, como demonstra esta pesquisa com moradores de rua, através do trabalho do jornal *Boca de Rua* e das oficinas de Educação Patrimonial.

A ação educativa com base nos aspectos citados permite encontrar, no contato com a cultura de rua, elementos não só para compreender a cidade, mas também para visibilizar as múltiplas redes solidárias existentes entre a Cidade Visível e a Cidade Invisível constituídas pelas memórias (res)sentimentos das Bocas da Rua, mesmo sob constante vigilância, que revelam outras formas de habitar a cidade. Além disso, o universo da rua amplia, por meio da sua religação com a Cidade, a Memória e a Educação, nossas percepções enquanto educadores, antes limitadas à visão de memória como objeto de “resgate” do passado. Ao mergulhar nesse universo marcado por sombras, segredos, sentimentos, dores e prazeres, apropriamo-nos da concepção de memória, vista como um trabalho elaborado pelos grupos sociais, destacado por Adair:

“Ai né, a partir desse trabalho que a gente tá fazendo, né, que a gente está sabendo que isso daí vai ser divulgado e vai ser mostrado prá outras pessoas. Queria falar também que a partir desse trabalho que a gente tá fazendo prá pessoas, prá pessoas sê consciente do nosso trabalho e valorizá, valorizá o nosso trabalho. E também queria dizê que a pessoa que mora na rua é a mesma coisa que ela falou aí ó, nós trabalhemo, temo o nosso serviço. Uns cuidam carro, outros vendem jornalzinho, os guris também tem um... tem o carrinho de papelão deles que eles juntam carrinho de papelão deles que o ... que é o ganha pão deles dia a dia. E aí eu só queria dizê pro pessoal que vai ouvir essa fita que a gente não qué uma chance deles. A gente só qué que eles valorizem o serviço que a gente tá fazendo e que a gente tá mostrando para a sociedade.”

As palavras de Adair reivindicam uma aprendizagem a ser aceita pelos educadores que acreditam em uma Educação capaz de reencantar-se, mesmo frente aos desafios diários. Ao propor essa aprendizagem mergulhada na complexidade, as memórias (res)sentimentos da rua, através da logomarca do *Boca de Rua*, revitalizam seu sentido metafórico, chamando atenção para os personagens anônimos, considerados portadores de uma memória considerada maldita, cuja tessitura de fazeres/saberes se concretiza fora da realidade escolar e dos Lugares de Memória institucionalizados e seus ditames de organização e gestão do espaço da cidade, com fios da diversidade, incerteza e complexidade.

## **CONCLUINDO: UM RISCO QUE APESAR DE SER UM RISCO TEM HISTÓRIA PRÁ CONTAR.**

Procurar realizar em breves páginas a etapa conclusiva deste trabalho de pesquisa mostra-se uma tarefa bastante difícil. Ficam as memórias das vivências compartilhadas com o Grupo de moradores de rua e suas aprendizagens acompanhadas das sensações de vazio e preenchimento. Vazio porque concluído, “por ora”, mais um percurso da caminhada de dois anos em busca de maior qualificação profissional, extremamente necessária e enriquecedora. Preenchimento porque a aproximação com o universo dos itinerários educativos das memórias (res)sentimentos da cultura de rua representa uma aventura que continua, através do trabalho de Educação Patrimonial nas Oficinas “Aprendizes da Rua”. Isto faz com o ponto final desta dissertação não represente o fim, mas a possibilidade de vislumbrar horizontes que se alargam à medida que a curiosidade ressurgir por meio da expectativa do devir.

Como um oráculo, a frase escolhida para concluir parte da discussão desta pesquisa remete a novos horizontes ao trazer a polifonia de seus traços, ora fortes, ora fracos, e seu colorido vibrante. Porém, a estética estilhaçadora da poética da frase deixa perceptível a duplicidade característica da errância urbana. Risco traço, esboço, traçado. Risco perigo, atenção, cuidado e tantos outros sentidos mais. Ao revitalizar a duplicidade do patrimônio humano representado pelo risco, o autor desnaturaliza a escrita unívoca e a linguagem geométrica da Cidade Visível ao fazer-nos religar os diversos saberes e sentidos dados à palavra.

Ao efetivar a religação dos saberes que constituem os sentidos da palavra risco, poeticamente mostra caminhos educativos possíveis, uma vez que o risco, seja ele qual for, “*apesar de ser um risco tem história prá contar*”, como demonstram os registros, as trocas e as socializações das memórias apresentadas neste trabalho. Riscos que, por meio do processo de elaboração do jornal *Boca de Rua* e da oficina *Aprendizes da Rua*, produzem ações educativas que se situam nos espaços urbanos, possibilitando uma interlocução entre as Cidades Visível e Invisível e as pluralidades nelas existentes.

As interações sociais desencadeadas pelo trabalho do jornal e da oficina mostram os itinerários dos “riscos” que, com suas astúcias e artes do fazer, apresentam nas descontinuidades de seus traços “*um ímpeto de andorinhas, que avançam no ar transparente com um ágil movimento de cauda e desenham com a lateral das asas a curva do horizonte que se alarga*” (CALVINO, 1999, p. 140). Neste sentido, ao viabilizarem o alargamento de nossos horizontes, as Bocas da Rua acabam por revelar durante a pesquisa a potência de seus vôos e o quanto suas artes saltimbancas constituem, apesar da vigilância severa da Cidade Visível, uma rede que denomino rede transdisciplinar. Ao estabelecer suas teias e tramas, a rede tem como ponto de partida a cognicidade (saberes/fazer) preconizadora de uma antropolítica, cuja matéria-prima são as memórias (res)sentimentos da infância, da rua e da cidade.

Ao se apropriarem dos espaços da cidade ressignificando-os através de suas memórias, as Bocas da Rua descortinam a nosso olhar a existência de movimentos educativos não-institucionalizados que reivindicam um sistema de organização e gestão da cidade mais solidária e que tem muito a ensinar através de suas “aulas de malandragem”, reivindicação expressa nos múltiplos contatos que a cultura de rua estabelece com a Cidade Visível mediados pela divulgação das ações pedagógicas do jornal e da oficina de Educação Patrimonial. Ações que colocam um desafio à Cidade Visível e à Invisível: exercitar a ética da compreensão que auto-eco-organizativamente se concretiza nos arredores do Parque da Redenção, local estratégico onde o Grupo estabelece as tessituras de uma relação cidadã possível no encontro com os passantes e instituições educativas, compondo uma rede revitalizadora e regeneradora da vida.

A visibilização de um movimento em forma de rede transdisciplinar, elemento constatado durante a pesquisa a ser aprofundado em estudo futuro, contemplando juntamente os profissionais ligados às instituições de assistência aos moradores de rua, pode potencializar ainda mais as contribuições da metodologia de Educação Patrimonial no âmbito educacional, que neste trabalho não se restringe a simples registro e rememoração de memórias vítimas do esquecimento. Representa mais que isso. Ela, na verdade, revitaliza uma memória (res)sentida cuja função é também política porque convida a desnaturalizar conceitos até então apreendidos de forma descontextualizada e compartimentada, disciplinadores dos olhares e das políticas públicas da Cidade Visível.

São essas redes solidárias em que narrar é habitar que permitem a resistência da cultura de rua à crueldade do mundo. A cultura de rua, com seu movimento fluido e nômade, viabiliza por meio das relações que estabelece com a Cidade Visível a compreensão dos educadores de outros contratos e éticas sociais diferentes dos institucionalizados. São essas redes que fazem com que a desumanidade não triunfe, uma vez que efetivam paulatinamente a convivência possível entre ambas as cidades.

A frase *“Eu te vejo, mas você não me vê”* simboliza um convite que consiste em aproximar-se dos “riscos” e, conseqüentemente, dos itinerários educativos das memórias (res)sentimentos, a fim de trazer para a superfície do visível as aprendizagens existentes nas narrativas e nos lugares por onde estas artes do fazer transitaram e/ou ainda transitam, problematizando as políticas de gestão da cidade e da memória através do imaginário da rua, também constituidora da cidade.

*“O imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra”* (LE GOF, 1994, p. 12). O encontro com os itinerários educativos das memórias (res)sentimentos mostra a cidade como um lugar de produção de sentidos, explicitados pelas narrativas de seus sujeitos, reveladoras de um imaginário que evidencia a riqueza de memórias não-institucionalizadas, ou seja, não-capturadas pela territorialidade dos Lugares de Memória, neste caso os museus, memoriais, bem como a escola.



Portanto, as vivências com a Educação Patrimonial no contexto da realidade da rua elucidam as formas de auto-eco-organização do patrimônio humano e seu imbricamento com o patrimônio edificado e o patrimônio ambiental, revitalizados pelas memórias (res)sentimentos por meio do tensionamento constante entre o concebido e o vivido, negado pela Cidade Visível e seu conceito organicista. Por outro lado, os registros das Bocas da Rua tencionam a concepção da cidade como arauto de uma memória engessada pela identidade nacional, fazendo com que a cidade se constitua como um espaço educativo museal.

Ao tornar a cidade um ecomuseu, as memórias (res)sentimentos contribuem para uma desinstitucionalização dos Lugares de Memória oficiais, mediante a apresentação de uma Museologia Social preocupada em viabilizar a intersecção entre a Educação, a Memória e a Cidade. Ao religarem os campos da Museologia e da Educação, as memórias (res)sentimentos fornecem elementos educativos evidenciados durante a pesquisa para um ensino que aborde as problemáticas enfrentadas nos dias atuais no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida nas grandes metrópoles contemporâneas. Sendo assim, as memórias (res)sentimentos e sua simultaneidade de tempos e espaços pressupõem uma Educação capaz de dialogar e aprender com a diferença, haja vista que a cultura de rua, por ser cambiante e volátil, resiste às armadilhas da permanência característica do modelo de ensino formal preconizador de esquecimentos.

Ao realizar uma política educacional verticalizada e centralizadora, o ensino formal com seu currículo monocultural relega ao esquecimento os “riscos” e as problemáticas que dizem respeito ao dia-a-dia dos sujeitos que transitam pelos centros urbanos. A cidade, como campo de lutas e de embates entre memórias institucionalizadas e não-institucionalizadas, sempre esteve fora dos debates sobre as políticas públicas adotadas nos campos da Educação e de Gestão Urbana. Portanto, a errância urbana na contemporaneidade emerge de forma fluida, opondo-se ao enclausuramento a que foi submetida pela racionalidade moderna. Seus riscos deflagram o movimento criativo de memórias não-inventariadas pela arquitetura pedagógica da escola e dos Lugares de Memória oficiais. A complexidade das memórias (res)sentimentos desacomoda as práticas educativas institucionalizadas ao estilhaçar as metanarrativas e seus sistemas de pensamento ordenado.

Desta forma, ao aproximar-se das memórias (res)sentimentos dos moradores de rua, a Educação Patrimonial pressupõe uma Educação que esteja em permanente contato com o inusitado das memórias involuntárias, cuja lógica se apresenta ao olhar científico, desordenada, sem nexos, mas que encerra em si concepções de mundo que põem em perigo nossas maneiras de ler e entender o mundo, pois revelam um universo que não queremos ver, uma vez que descortina nossa “convivência” com as arbitrariedades das tentativas de políticas de inclusão na verdade fechadas. Os riscos das Bocas de Rua profetizam que precisamos, portanto, flertar com a diferença e a diversidade para que, como educadores, possamos resistir ao predomínio ratinheiro que nos impede de voar como as andorinhas, aprendendo com os riscos dos horizontes que se alargam.



Figura 20 – Riscos  
(Araújo Viana -- 2003)

## REFERÊNCIAS

ALVES, Anunciação Glória da. Cidade: Espaço de revelação. In: SANTOS, Milton. *Ensaio de geografia contemporânea*. Obra revisitada, EDUSP, 2001.

ANSART, Pierre. História e memória dos (res)sentimentos. In: BRECIANE, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória (res)sentimento*: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001, p. 15-56.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAQUERO, M. Gonçalves. *Reflexões sobre a pesquisa nas ciências humanas*. Lisboa: Porto, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. Ser leve e ser líquido. In: *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. O sonho da pureza. In: *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. A criação e anulação dos estranhos. In: *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Do acaso à intenção em estudos sociais. In: *Planejamento em destaque: análises menos convencionais- Cadernos educação básica*. POA: Mediação, 2000, V.5.

BIKLEN, Sari; BOGDAN, Robert. *Investigação qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Lisboa: Porto, 1994.

BRECIANE, Stella Maria. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 12-13.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: BRECIANE, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2001.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Liara de Oliveira de. *Boca de Rua: Exclusão social no discurso jornalístico*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001. Monografia de conclusão do curso (habilitação em Jornalismo), Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano; Artes de fazer*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, v. 1.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano; Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2000, v. 2.

COSTA, Freire Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e cidadania. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico DPN, 1992 (Parte do material apresentado e discutido no Congresso Internacional "Patrimônio Histórico e Cidadania" promovido pelo DPH. Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo).

DUARTE, Ana. *Educação Patrimonial; Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*. Lisboa: Texto, 1993.

ENGUIITA, Fernández Mariano. *Trabalho, Escola e ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Jornal *Boca de Rua*. Porto Alegre, n. 10, out. 2003.

FERRARA, D'alesio Lucrécia. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 194.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico: Explicação das Normas da ABNT*. 12. ed. Porto Alegre: s. n., 2003.

GIROUX, A. Henry. *Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. In: PORTO ALEGRE. *Museologia Social*. Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 95-110.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.

*Jornal Boca de Rua*. Vozes de uma gente invisível. Porto Alegre, n.0, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Drogas, apenas um pedaço da história. Porto Alegre, n.1, abr. 2001.

\_\_\_\_\_. O inverno é o inferno. Porto Alegre, n. 2, jul. 2001.

\_\_\_\_\_. Memórias do cárcere. Porto Alegre, n. 4, jan. 2002.

\_\_\_\_\_. Os sem infância. Porto Alegre, n. 5, maio. 2002.

\_\_\_\_\_. Cobertor curto. Porto Alegre, n. 6, ag. 2002.

\_\_\_\_\_. Profissões – perigo. Porto Alegre, n. 8, fev/mar/abr. 2003.

\_\_\_\_\_. A escola da rua. Porto Alegre, n 9, out. 2003.

\_\_\_\_\_. Cidade partida. Porto Alegre, n. 12, mar/abr/ma. 2004.

LEFEBVRE, Henry. *Tiempos equívocos*. Barcelona: Kairós, 1997.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. São Paulo: Estampa, 1994.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. In: Educação e patrimônio histórico-cultural. *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 27, p. 91-101, jan./jun. 2000.

MORADORES de rua de Porto Alegre. A história de um Boca de Rua: capítulo final. Supervisão: Agência Livre para a Infância, Cidadania e Educação – ALICE. *Jornal Boca de Rua*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, out. 2001.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra – pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ciência com consciência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. *O método 4. As idéias, habitat, vida, costumes, organização*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A religação dos saberes: O desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Meus demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, Edgar; MOIGNE, Le Louis-Jean. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2000.

MOLL, Jaqueline. *História de vida, histórias de escola: Elementos para uma pedagogia da cidade*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PESAVENTO, Jatahy Sandra. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Memória de Porto Alegre: espaços e vivências. Cadernos de Memória – 1*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1988.

PRIGOGINE, Ilya. *O nascimento do tempo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto (Portugal): Afrontamento, 1999.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 37-58.

SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Jatahy Sandra. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

TELLES, Norma Abreu. *Cartografia brasilis ou: Esta história está mal contada*. São Paulo: Loyola, 1984.

TELMO, Cottinelli Isabel. *O patrimônio e a escola: Do passado ao futuro*. 2. ed. Lisboa: Texto, 1989.

VARELA, Julia; URIA, Alvarez Fernando. A maquinaria escolar. *In: Teoria e Educação*, Porto Alegre: Pannonica, n. 6, 1992.

VARINE, Hugues de. O Ecomuseu. *In: Educação e patrimônio histórico-cultural. Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 37, p. 61-90, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. A nova Museologia: ficção ou realidade. *In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Museologia Social*. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 22-33.

VILELA, Eugénia. Errância, filosofia e memória. *In: Habitantes de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.